



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Relatório de Atividades

2011



Í N D I C E

1 – GESTÃO JURISDICIONAL	3
2 – OBJETIVOS E METAS.....	22
2.1 - Análise do Mapa/Plano Estratégico da Unidade.....	23
2.2 - Plano de Ação referente ao Exercício de 2011.....	27
3 – INDICADORES DE PARÂMETROS UTILIZADOS PARA AVALIAÇÃO DE OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E PROGRAMÁTICAS.....	38
4 – PROGRAMAS E AÇÕES EXECUTADOS NO EXERCÍCIO DE 2011	
4.1 - PROGRAMA: 0569 – Prestação Jurisdicional na Justiça Federal.....	43
4.1.1 - Demonstrativo da Dotação/Execução do Programa/Atividades e Projetos.....	43
4.1.2 - Resultado da Execução do Programa 0569.....	45
4.1.2.1 - Assistência Médica e Odontológica	45
4.1.2.2 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes	47
4.1.2.3 - Auxílio-Transporte aos Servidores.....	47
4.1.2.4 - Auxílio-Alimentação aos Servidores	47
4.1.2.5 - Capacitação de Recursos Humanos.....	48
4.1.2.6 - Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	50
4.1.2.7 - Julgamento de Causas	50
4.1.2.8 - Funcionamento do Centro Cultural da Justiça Federal.....	61
4.1.2.9 - PROJETO 1136 – Modernização de Instalações da Justiça Federal	63
4.1.2.10 - PROJETO 3757 – Implantação de Sistema Integrado de Gestão de Informação Jurisdicional na Justiça Federal - ISIGI.....	64
4.1.2.11 - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	67
4.2 - PROGRAMA: 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União	68
4.2.1 - Demonstrativo da Dotação/Execução do Programa/Operações Especiais	68
4.2.2 - Resultado da Execução do Programa 0089.....	68
4.2.2.1 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões	68
4.3 - PROGRAMA: 0901 – Cumprimento de Sentenças Judiciais	70
4.3.1 - Demonstrativo da Dotação/Execução dos Orçamentos	70
4.3.2 - Resultado da Execução do Programa 0901.....	71
4.3.2.1- Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios).....	71
4.3.2.2 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (RPVs)	73
4.3.2.3 – Devolução de Valores.....	75
CONCLUSÃO.....	76
ANEXOS	78
Anexo I - Demonstrativo da Força de Trabalho	79
Anexo II – Matriz dos Indicadores Estratégicos da 2ª Região.....	81

1 - GESTÃO JURISDICIONAL:

Em cumprimento ao inciso XXXII do art. 22 do Regimento Interno deste Tribunal, o TRF-2ª Região apresenta o Relatório de Atividades do Exercício de 2011

O desenvolvimento tecnológico, as mudanças sociais, o resgate dos direitos das minorias, a acessibilidade aos portadores de necessidades especiais, todo esse panorama exige uma Justiça atuante que, efetivamente, proporcione aos cidadãos a entrega da prestação jurisdicional com celeridade.

Não obstante isso, o investimento nas formas mais pragmáticas de resolução de conflitos para pacificação social configura-se na importante função dos Juizados Especiais Federais, das Turmas Recursais e dos Núcleos de Conciliação.

Com firme propósito de disseminar, na Justiça Federal da 2ª Região - JF - 2ª Região, as boas práticas na racionalização dos diversos processos de trabalho, a Administração deste Regional envidou esforços voltados ao alinhamento entre as Unidades Judiciárias da 2ª Região.

DAS METAS

Dispondo de diálogo com a gerência e seus segmentos auxiliares, o corpo de dirigentes aderiu à implementação das diversas ações contempladas no Planejamento Estratégico da JF - 2ª Região.

Não só contando com firme orientação do Conselho Nacional de Justiça - CNJ e do Conselho da Justiça Federal - CJF, mas também com o planejamento estratégico deste Tribunal, com ações alinhadas ao prazo e à efetividade, apura-se um exercício de conquistas no campo do aprimoramento da prestação jurisdicional com adoção dos recursos tecnológicos e do amadurecimento do perfil gerencial.

Nesse contexto, registra-se que, entre os 93 tribunais brasileiros, a JF - 2ª Região recebeu, no exercício de 2011, o "*Certificado Especial para os Tribunais que se destacaram no cumprimento da Metas de 2010*", estabelecidas pelo CNJ. O Certificado foi concedido em reconhecimento às Cortes que conseguiram alcançar, pelo menos, 6 das 10 metas prioritárias fixadas para o Judiciário em 2010. Mesmo com relação às metas não alcançadas, é útil anotar que os percentuais apurados na JF- 2ª Região superaram a média apurada no Judiciário nacional.

O conjunto das metas estabelecidas pelo CNJ - sejam as fixadas para 2011, sejam as remanescentes decorrentes de metas não atingidas em sua globalidade em exercícios anteriores - será objeto de exame circunstanciado pela Coordenadoria de Gestão Estratégica – CEGEST, em seção própria, neste Relatório.

De forma a imprimir um panorama geral do bom desempenho da Gestão na JF - 2ª Região, pontua-se, com satisfação, de início, o cumprimento integral das 4 metas gerais aplicadas ao exercício de 2011 a toda a Justiça Federal, bem como a de nº 9, específica desse ramo do Judiciário.

A meta 01/2011 - criar unidade de gerenciamento de projetos para auxiliar a implantação da gestão estratégica - foi integralmente cumprida. Com efeito, o Escritório de Projetos centraliza as informações, apoia o planejamento e a estruturação dos projetos, faz o acompanhamento, em termos de execução, e controla o desenvolvimento de um conjunto de projetos. O trabalho desenvolvido por essa Unidade organizacional apresenta-se como valioso instrumento aos ordenadores de despesa na tomada de decisões.

No âmbito da Justiça Federal, foi editada a Resolução nº 148/CJF, de 26/5/2011, que dispôs sobre a implantação e operação dos escritórios de projetos estratégicos e da gestão de projetos, programas e portfólio no âmbito do CJF e da Justiça Federal de 1º e 2º Graus.

Na esfera do TRF - 2ª Região, a unidade Escritório de Projetos foi instituída, quando do advento da Coordenadoria de Gestão Estratégica – CEGEST, vinculada à Secretaria Geral, por intermédio da Resolução nº 23, de 6/7/2009.

No âmbito da Justiça Federal de 1º Grau da 2ª Região - JF - 1º Grau/2ª Região, anota-se que, na Seção Judiciária do Rio de Janeiro - SJRJ, foi implantada a Coordenadoria de Planejamento Estratégico e Projetos, que contempla as competências do Escritório, nos termos da Resolução nº 32, de 15/12/2010; na Seção Judiciária do Espírito Santo - SJES, elegeu-se a alternativa de incorporar as funções típicas da unidade sob exame às atribuídas à Seção de Gestão Organizacional, por meio da Resolução nº 31, de 30/8/2011.

A meta 2/2011 - implantar sistema de registro audiovisual de audiências em pelo menos uma unidade judiciária de primeiro grau em cada tribunal - coroa mais uma etapa cumprida no processo de modernização das técnicas aplicadas ao Judiciário.

A meta 3/2011 - julgar quantidade igual à de processos de conhecimento distribuídos em 2011 e parcela do estoque, com acompanhamento mensal - vem apresentando êxito a cada ano, desde 2009.

A meta 4/2011 - implantar pelo menos um programa de esclarecimento ao público sobre as funções, atividades e órgãos do Poder Judiciário em escolas e quaisquer espaços públicos - contou com a expressiva contribuição do TRF- 2ª Região e da SJRJ e da SJES.

Com efeito, é imprescindível que o Judiciário como um todo se volte, com profundidade, à divulgação das funções desempenhadas pelos diversos órgãos vinculados a esse Poder. A informação clara, objetiva e acessível proporciona ao público em geral, e aos estudantes em particular, acesso ao importante universo da cidadania, cuja prática fundamental, em solo republicano, pressupõe a viva atuação dos indivíduos, conscientizando-os dos deveres e direitos, para a efetiva interação democrática.

Na SJRJ, o programa *Conhecendo a SJRJ* apresenta aos alunos do ensino médio o funcionamento da Justiça Federal neste Estado. A SJES realizou iniciativas importantes como, por exemplo, palestras na Prefeitura de Vitória e esclarecimento sobre os “Direitos dos Idosos”. O TRF – 2ª Região, por intermédio do Centro Cultural Justiça Federal - CCJF, disponibiliza programa de esclarecimento sobre a história do prédio que abriga o CCJF, passando pela instalação do Supremo Tribunal Federal - STF, com foco no panorama histórico até a atualidade. Essa iniciativa integra-se ao citado *Conhecendo a SJRJ*, recebendo visitas de estudantes de escolas públicas.

Sensível à importância da comunicação, a Administração, por intermédio da Resolução nº 40/PRES, de 18/8/2011, promoveu ajustes na estrutura organizacional da então Secretaria de Documentação e Produção Editorial, a fim de melhor evidenciar aqueles segmentos focados na relevante tarefa de disseminação da informação.

A meta de nº 9/2011, específica para a Justiça Federal, que previa a implantação do processo eletrônico judicial e administrativo em 70% das unidades de 1º e 2º Graus até dezembro de 2011, foi um sucesso.

Na realidade, essa foi mais uma excelente conquista no campo informatização dos processos judiciais e administrativos. A Justiça Federal, efetivamente, vem trabalhando para que os processos de trabalhos sejam virtualizados, imprimindo celeridade aos procedimentos, liberando a força de trabalho para o desenvolvimento das aptidões técnico-profissionais que garantam a realização do binômio celeridade e qualidade das ações, pautadas na frequente capacitação.

Considerando fatores alheios à atuação das Unidades Judiciárias da 2ª Região, foi apresentada ao CNJ proposta de ajuste na formulação das metas de 2009 e 2010, que ainda se encontram pendentes. A íntegra das motivações consta da seção desenvolvida pela Coordenadoria de Gestão Estratégica – CEGEST.

Segundo o Portal de Estatísticas da 2.ª Região, observa-se o grau de cumprimento de 94,1% para a Meta 2 de 2009 e 84,6% para a Meta 2 de 2010 (acumulado global de 92,4%). Com relação à Meta 3 de 2010 (*Reduzir em pelo menos 10% o acervo de processos na fase de cumprimento ou de execução e, em 20%, o acervo de execuções fiscais*), houve o integral cumprimento da primeira parte (foram 21,5% das execuções) e o não atingimento com relação à segunda parte (-14,8% das execuções fiscais).

Finalmente, quanto à Meta 4 de 2010, houve, no acumulado de toda Região, cumprimento de 74,3% da mesma.

Já com relação à meta de processos julgados consignada na Lei Orçamentária Anual - LOA, enfatiza-se o aumento de 9.794 do número de julgados com relação ao exercício de 2010, demonstrando o esforço concentrado da força de trabalho deste Regional.

Além de outros desafios traduzidos em metas qualitativas, a exemplo daquelas estampadas no planejamento estratégico e as definidas pelo CNJ, houve alguns eventos que contribuíram para que a meta prevista na LOA não fosse alcançada.

De fato, a alteração da força de trabalho relativa à parcela dos desembargadores federais - em razão de 3 aposentadorias, substituições por juízes convocados e à nomeação de 2 novos integrantes - impactou, de modo desfavorável, o rendimento dos Gabinetes, bem como o retardo na nomeação dos novos desembargadores.

Assim, além da meta fixada na LOA, observando-se o critério quantitativo, coube ao TRF-2ª Região gerenciar e perseguir o cumprimento das metas fixadas pelo CNJ, cujo detalhamento constará de seção própria deste Relatório. Mesmo assim, com a dedicação do corpo de magistrados e servidores foi possível alcançar 91% da meta prevista na LOA (87.000).

No entanto, cumpre pontuar que a taxa do programa “Prestação Jurisdicional da Justiça Federal”, que mede o desempenho do TRF - 2ª Região, da SJRJ e da SJES, conquistou índice de 27%, enquanto a previsão era de 21%. De fato, o estabelecimento de indicadores e metas revela importante etapa do planejamento nas instituições. Assim, a indicação precisa de resultados a serem atingidos demonstra não só a transparência dos atos, mas também o comprometimento de magistrados e servidores no contínuo aperfeiçoamento da prestação jurisdicional.

DAS CONCILIAÇÕES

Foram muitas as ações, empreendidas no exercício de 2011, direcionadas aos segmentos das atividades finalísticas, sendo oportuno evidenciar os eventos descritos na sequência.

Política abraçada pela JF - 2ª Região, compartilhada com o CNJ, as ações voltadas a alternativas de pacificação de conflitos, por intermédio da conciliação, têm merecido o papel de destaque na pauta dos dirigentes.

A Presidência do TRF - 2ª Região sempre externou o entendimento de ser a conciliação um caminho alternativo e bastante eficaz para a pacificação social. Isto porque as disputas judiciais sempre vêm acompanhadas de desgaste emocional e seguem ritos processuais mais complexos, com a possibilidade de impugnação através de vários recursos previstos no Código Processual, o que demanda um prazo mais longo para solucioná-las, com dispêndios de força de todos os lados. Nesse sentido, a Presidência, acompanhada por seus pares, em especial do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do TRF - 2ª Região - NPSC2, concita os entes públicos e privados a participarem desse processo de conciliação, que veio na esteira da modernidade e em resposta à Emenda Constitucional nº 45 no que toca à duração razoável do processo.

Já na esfera das iniciativas encampadas em prol das conciliações, pontua-se a expedição da Resolução nº 15, de 15/4/2011, que promoveu as seguintes alterações: ajuste na denominação do Gabinete de Conciliação para “Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos” - na estrutura da Presidência - e criação das Seções de Apoio, de Triagem e de Mutirão, subordinadas ao NPSC-2.

Sob o ponto de vista do fortalecimento desse movimento em prol da sedimentação de soluções alternativas para pôr fim às demandas, consigna-se o advento das Resoluções nº 19, de

24/5/2011, que criou, na estrutura da SJRJ, o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CESOL, e a de nº 45, de 30/8/2011, que estruturou o Centro na SJES.

Vale salientar que a criação desses Centros revela o engajamento da JF - 2ª Região com a simplificação dos ritos e com a resolução de conflitos por intermédio de mecanismos mais simples, ágeis e que resultem na conciliação entre as partes, a partir do uso de métodos pré-processuais. O empreendimento contempla política deste Tribunal que está em consonância fina com a Resolução nº 125/CNJ, que prevê a criação de núcleos permanentes de conciliação e de centros judiciários para atender aos juizados e varas das áreas cível, fazendária, previdenciária e de família.

O JUDICIÁRIO CHEGA ÀS COMUNIDADES

Outro importante empreendimento que contou com a participação do TRF - 2ª Região foi a *Ação Itinerante da Casa de Direitos da Cidade de Deus*. A iniciativa resultou de uma parceria firmada entre o CNJ, a Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro, o Ministério da Justiça e os Tribunais de vários ramos do Judiciário. Ampliar o alcance do atendimento, em especial à população menos favorecida economicamente, difundir os direitos aos membros da Comunidade, propiciar a prestação de serviços, tais como a expedição de documentos oficiais, objetivam o resgate da cidadania.

No caso do TRF - 2ª Região, o trabalho, conduzido pela Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais da 2ª Região - COORDJEF, incluiu a participação de 2 magistrados e servidores que, como aconteceu na edição anterior do evento, ocorrida em abril, estiveram de plantão para esclarecer dúvidas dos cidadãos sobre questões julgadas pelo Judiciário Federal, como, entre várias outras, as que envolvem a concessão de benefícios da Previdência, o FGTS, o financiamento da casa própria pelo Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e contas da Caixa Econômica Federal.

Em 22/7/2011, a Presidência assinou, entre diversos órgãos, Termo de Acordo de Cooperação com o CNJ, que prevê a participação da instituição no Projeto “Justiça Aqui”, que constitui o 1º Centro Unificado do Judiciário do País. Criado para atender aos complexos da Penha e do Alemão, na zona norte do Rio de Janeiro, com população aproximada de 500 mil moradores da região, o Projeto oferece, em um mesmo local, acesso do público a todos os ramos do Poder Judiciário. Áreas, antes dominadas pelo tráfico e por onde grassava a violência, são retomadas pelo Poder Público, contando com a participação do Judiciário nas esferas estadual e federal, considerando ser função do Judiciário garantir o pleno exercício da cidadania, colocando à disposição da população meios capazes e suficientes para concretização dos ideais de Justiça.

Em 11/9/2011, o TRF - 2ª Região, por meio da Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais e da Subseção Judiciária de São João de Meriti, participou do projeto promovido pelo mencionado Município, com o apoio de diversas instituições, como o Tribunal de Justiça, o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, a Defensoria Pública, o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, o Ministério Público, entre outros. Na ocasião, juízes federais e servidores da Justiça Federal permaneceram em regime de plantão, no fórum local, para prestar atendimento à população.

DOS MUTIRÕES

A JFES foi a primeira seccional da Região Sudeste a cumprir a meta anual do CNJ de audiências designadas em mutirão, definida no Acordo de Cooperação mencionado no tópico Sistema Financeiro da Habitação.

No exercício de 2011, assinaram Acordo de Cooperação o CJF, o CNJ, os Tribunais Regionais Federais - TRFs, a Empresa Gestora de Ativos - EMGEA e a Caixa Econômica Federal - CEF, com vistas à realização de mutirão nacional de julgamentos de processos do Sistema Financeiro da Habitação - SFH. Novo Acordo foi firmado entre esses órgãos de forma a viabilizar o pagamento de perícias contábeis em relação aos mutuários hipossuficientes.

Na solenidade de encerramento da Semana Nacional de Conciliação, realizada no período de 28/11 a 2/12/2011, a Presidência do TRF-2ª Região, representantes do NPSC2 e representantes da CEF entregaram certificados de quitação dos financiamentos do SFH a mutuários que firmaram acordo durante o Mutirão.

Com a resolução dos processos, torna-se possível ao devedor livrar-se da dívida e os recursos arrecadados retornam ao Sistema, o que viabiliza a construção de novas moradias.

Dando seguimento à política de incentivo à pacificação dos conflitos, foi expedido o Provimento Conjunto nº 13, de 12/8/2011, pela Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região e pelo NPSC2, de modo a regulamentar o mutirão pré-processual de cobranças de anuidades da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.

Por intermédio da Resolução nº 38, de 8/8/2011, foi delegada ao Diretor do NPSC2 competência para designar juízes federais para atuarem nos mutirões de conciliação, realizados no âmbito da 2ª Região.

Em suma, o NPSC2 tem por escopo o processo pacífico da mediação como solução de conflitos, oferecendo aos jurisdicionados uma Justiça ágil e eficiente, em cumprimento à orientação do CNJ no que tange ao Movimento Nacional pela Conciliação.

Ao longo do exercício de 2011, foram realizados dez mutirões, tendo sido celebrados 3.378 acordos, que correspondem a 63,46% do total das 5.323 audiências realizadas, envolvendo o montante de R\$ 66.104.926,57, conforme se vê no quadro abaixo:

Mutirão - Período e Local de Realização	Matéria	Instituição	Nº de Audiências Realizadas	Acordos		Valor em R\$
				QTD	%	
14º 21 a 25.02 – TRF-2ª Região	SFH	CEF/EMGEA	198	105	53,03%	6.025.077,70
15º 29.03 a 01.04 – SJES	SFH	CEF/EMGEA	53	21	39,62%	1.572.421,72
16º 23.05 a 03.06 TRF-2ª Região	SFH	CEF/EMGEA	585	339	57,95%	15.375.150,44
17º 07 a 14.07 – SJRJ (Interior)	SFH	CEF/EMGEA	184	77	41,85%	3.107.383,13
18º 02 a 05.08 – SJES	SFH	CEF/EMGEA	223	119	53,36%	2.880.882,49
19º 12 a 23.09 – TRF-2ª Região	SFH	CEF/EMGEA	782	393	50,26%	18.718.081,15
1º 17 a 20.10 - SJES	Dano Moral	CEF	176	120	68,18%	195.460,30
1º Pré- Processual 15 a 19.08 – RJ	Cobrança de Anuidades	OAB	216	169	78,24%	444.597,36
2º Pré- Processual 03 a 07.10 – RJ	Cobrança de Anuidades	OAB	260	218	83,85%	562.092,30
Semana Nacional de Conciliação 28.11 a 02.12 RJ e ES	SFH, Dano Moral, Cobrança de Anuidades, Gratificação de Desempenho e Benefício Previdenciário	CEF, ECT, OAB, SFH, INSS e AGU	2.646	1.817	68,67%	17.223.779,98
RESULTADOS TOTAIS			5.323	3.378	63,46%	66.104.926,57

Fonte: Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos-NPSC2

Vale destacar que a abertura da Semana Nacional de Conciliação 2011 foi realizada no Rio de Janeiro, na sede do Tribunal de Justiça, cuja estrutura propiciou à Justiça Federal realizar, naquele local, as audiências do mutirão pré-processual de cobrança de anuidades da OAB/RJ. No Salão Nobre do TRF-2ª Região, foram realizadas as audiências de processos relativos ao Sistema Financeiro da Habitação (CEF/EMGEA); as audiências de processos que tratam de Gratificação de Desempenho (AGU) e de dano moral (ECT) foram realizadas no CESOL, localizado no Foro da Av. Rio Branco, e as audiências dos processos cuja instituição interessada é o INSS foram realizadas nas próprias varas federais. Outro ponto importante foi o fato de diversas varas do Interior, bem como juizados especiais federais, terem aderido a esse esforço concentrado, levando a 2ª Região a apresentar números muito expressivos, proporcionando grande efetividade na prestação jurisdicional.

SÍNTESE DAS ATIVIDADES DA EMARF

A Escola da Magistratura Regional Federal - EMARF, cumprindo seu papel institucional, promoveu, sob a coordenação de suas 13 Comissões Temáticas, 83 eventos, entre Fóruns, Grupos de Trabalho, Grupos de Estudos, Programa de Estudos Avançados e Ensino à Distância.

Foi dado prosseguimento ao “Ensino à Distância – EAD”, tendo sido oferecidos 9 cursos, pela EMARF e por outras instituições, com carga horária total de 425 horas/aula:

Os Fóruns contaram também com a presença de público externo, num total de 2.324 inscritos, entre operadores e estudantes de Direito.

A EMARF mantém 11 convênios de cooperação técnica, com diversas instituições nacionais e internacionais. Em 2011, enfocam-se os Acordos de Cooperação mútua para realização de atividades acadêmicas firmados com o Tribunal Regional Eleitoral – TRE/ Escola Judiciária Eleitoral – EJE e o Instituto dos Advogados Brasileiros – IAB.

Realizado entre os dias 17 e 20 de novembro de 2011, a ideia do segundo Fórum Regional Criminal da 2ª Região – FORECRIM - planejado e executado pela Escola da Magistratura Regional Federal – EMARF repete a proposta de ajustar entendimentos e condutas.

O objetivo do último encontro se direcionou para a reflexão sobre as implicações contratuais e práticas na atuação das varas e juizados especiais federais com a vigência da Lei nº 12.403, de maio de 2011, que altera as regras das medidas cautelares penais.

O Congresso reuniu 52 magistrados, além de procuradores da República e advogados e contou com a participação de representantes deste Regional, das Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, da Associação dos Juízes Federais na 2ª Região, do Instituto dos Advogados Brasileiros e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Os participantes que atuam nas turmas, varas e juizados federais criminais dividiram-se em 9 grupos de trabalho, para produzir os 26 enunciados aprovados, que, embora não vinculem as decisões, assumem um papel importante na orientação dos julgados.

Digna de nota a implantação no segundo semestre de 2011, do Novo Portal da Revista da EMARF utilizando o Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas - SEER, *software* recomendado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior - CAPES para a construção e gestão de publicação periódica eletrônica. O sistema pretende proporcionar melhoria na avaliação da qualidade dos periódicos e uma maior rapidez no fluxo das informações. (Disponível ao público pela *internet* no endereço <http://seer.trf2.jus.br:81/emarf/ojs/index.php/emarf>).

DA EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO

Na expansão da JF – 1º Grau/2ª Região, anotam-se: a instalação da 2ª Vara Federal de Duque de Caxias, da 2ª Vara Federal de Nova Iguaçu, das 4ª e 32ª Varas Federais Cíveis do Rio de Janeiro e da 2ª Vara Federal de Itaboraí. Há previsão legal para acréscimo de juízos, de acordo com o cronograma até 2014, ampliando o número de municípios beneficiados.

No campo da automatização, pode-se elencar uma série de medidas visando à consecução da modernização das atividades desta Corte. Em agosto de 2011, a JF - 2ª Região começou a operar a última fase da integração processual digital com a Advocacia Geral da União – AGU. Fruto do Termo de Acordo de Cooperação Técnica nº 58, assinado em 2009, essa iniciativa permite que uma única solução tecnológica seja adotada para assegurar a troca de informações processuais eletrônicas entre os tribunais brasileiros, bem como entre o Judiciário e outros órgãos públicos. A quarta fase, que a JF - 2ª Região foi a primeira a operar no Brasil, possibilita que o Governo encaminhe ao Judiciário *on line* petições, recursos e pareceres.

No evento de lançamento dessa última etapa, realizado no Fórum Federal Marilena Franco, no Centro do Rio de Janeiro, a Presidência pontuou que o Sistema vai descongestionar a página do TRF - 2ª Região e evitar, com isso, a perda de prazos.

O Sistema de Processo Judicial Eletrônico - PJe, desenvolvido pelo CNJ, tendo como piloto o Tribunal Regional Federal da 5ª Região – TRF-5ª Região, será implantado em âmbito nacional. Com a finalidade de apoiar o desenvolvimento do Sistema, foi instituído o Núcleo de Digitalização – NUDIG, por intermédio da Resolução nº T2-RSP-2011/00015, de 27/10/2011, vinculado à Secretaria de Atividades Judiciárias –SAJ.

O papel a ser desempenhado pelo NUDIG será imprescindível, já que caberá ao Núcleo a centralização dos procedimentos de virtualização (etapas de preparação e higiene, digitalização, indexação e validação) das petições e documentos que compõem e/ou compõem os autos eletrônicos que tramitarão na 2ª Região. As atividades conferidas ao NUDIG estendem-se aos processos recebidos de outras Justiças por meio físico, que serão disponibilizados para distribuição, bem como aos recursos especiais e extraordinários admitidos, advindos da Assessoria de Recursos, com destino aos Tribunais Superiores.

Merece focalizar, ainda, o convênio celebrado com o Tribunal Regional Federal da 3ª Região – TRF 3ª Região, em 6/12/2011, objetivando o estabelecimento de padrões e a divisão de trabalho que possibilitem a troca de dados e informações, bem como a utilização dos recursos materiais e humanos destinados à implantação do “PJe”.

Os investimentos tecnológicos realizados, à conta do projeto *Implantação de Sistema Integrado de Gestão de Informação Jurisdicional - ISIGI*, foram destinados ao nivelamento da infraestrutura de tecnologia da informação – TI (R\$ 2.635.458,60) e ao projeto estratégico “Justiça 100% Digital” (R\$ 7.641.182,00). Salienta-se, com relação a este último, que a aquisição de sala-cofre atenderá, não só ao TRF- 2ª Região, mas também à SJRJ.

O conjunto de aquisições terá por fim:

- o atendimento, através da construção de um *Datacenter* Seguro, à necessidade de guarda e armazenamento dos processos e documentos digitais em geral, considerando que deles dependem a continuidade dos processos de trabalhos críticos do TRF - 2ª Região e da SJRJ, tanto jurisdicionais quanto administrativos;
- o atendimento à meta 2 definida pelo CNJ, integrando o registro de imagens das sessões aos registros de áudio que já vinham sendo realizados há alguns anos;
- o desenvolvimento de um sistema de busca textual integrada para os serviços de jurisprudência, atos normativos, diário eletrônico, inteiro teor e consulta processual, incorporando todas as facilidades e o desempenho oferecidos pela solução *Google*, já reconhecida internacionalmente;
- a extensão do serviço de impressão com uso da frente e do verso dos papéis em todas as unidades do TRF - 2ª Região, conforme estabelecido na Resolução 90/2009 do CNJ;
- a ampliação da capacidade de armazenamento de dados e processos eletrônicos.

Importa sublinhar que, para viabilizar a implementação do “Projeto Estratégico da Justiça 100% Digital”, foram celebrados, em 2009, contratos – um com o Banco do Brasil - BB e outro, com a Caixa Econômica Federal – CEF, contando com a participação do CJF e dos 5 Tribunais Regionais Federais, para utilização de tecnologia de documentos eletrônicos em favor do processamento de causas da 2ª Região, substituindo os processos em papel por documentos similares em meio digital. Além da implantação de processo digital no 1º e 2º Graus, também faz parte do projeto o atendimento das cláusulas inerentes a sistemas de nivelamento de infraestrutura de Tecnologia da Informação - TI constantes das Resoluções nº 90 e 99 do CNJ.

Com relação aos recursos comprometidos até o exercício de 2011 pelo BB e pela CEF, em decorrência da execução dos contratos, destaca-se o montante no valor de R\$ 9.323.684,98, em benefício das Unidades Judiciárias da 2ª Região, conforme detalhado na tabela abaixo:

Órgão	Valores Comprometidos até 2011	Fonte Pagadora
TRF - 2ª Região	678.292,00	CEF
Subtotal	678.292,00	
Seção Judiciária do Rio de Janeiro	5.743.635,64	BB
	2.569.011,34	CEF
Subtotal	8.312.646,98	
Seção Judiciária do Espírito Santo	332.746,00	CEF
Subtotal	332.746,00	
TOTAL GERAL	9.323.684,98	

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação

Os equipamentos e programas (*software*) adquiridos, por conta desses contratos, observada a programação do Plano de Ação até o exercício de 2014, correspondem ao cumprimento de etapas imprescindíveis à obtenção de êxito pleno na implantação do processo eletrônico na JF - 2ª Região.

Na atividade *Julgamento de Causas*, foi comprometido o montante de R\$ 2.336.921,88, compreendendo o nivelamento de infraestrutura de TI (R\$ 2.167.622,88), o projeto “Justiça 100% Digital” (R\$ 122.000,00) e o projeto “Administração 100% Digital”, que consta do portfólio dos projetos estratégicos do TRF-2ª Região (R\$ 47.299,00).

O Sistema “PJe” não foi implantado no exercício de 2011, no TRF-2ª Região, haja vista a existência de problemas enfrentados pelo CNJ na manutenção de uma única versão nacional do Sistema.

Relativamente à 1ª Instância, sublinha-se que o uso do Sistema APOLO foi estendido a 100% das varas, excluídas as criminais, para assegurar o investimento já efetivado e o cumprimento da meta nacional nº 9/2011 do CNJ.

Porém, no que toca ao processo eletrônico administrativo, menciona-se a aplicação do Sistema Integrado de Gestão Administrativa – SIGA, que integra todas as unidades da Região.

No terreno administrativo, vale mencionar, como fruto do trabalho preventivo e sempre no zelo pela segurança da informação, a expedição da Resolução nº 22, de 30/5/2011, alterada pela Resolução nº 30, de 8/7/2011, que cria a Comissão Local de Segurança da Informação - CLSI e disciplina a implantação da Política de Segurança da Informação no âmbito do TRF-2ª Região. Esse Ato institui a Comissão Local de Resposta a Incidentes – CLRI.

Dentre as competências conferidas ao CLSI, destaca-se a elaboração de Plano de Continuidade de Negócios, a ser utilizado pela CLRI, com medidas que garantam a continuidade das atividades e o retorno à situação de normalidade em caso de desastre ou falha nos recursos que suportam os processos vitais de negócio do Tribunal e utilizar as métricas de segurança de informação definidas pelo Comitê de Segurança da Informação da Justiça Federal - CSI-Jus.

O normativo atende ao art. 13 da Resolução nº 90 do CNJ. Tal dispositivo prevê que o TRF - 2ª Região deve elaborar e aplicar a política de segurança da informação, por meio de um Comitê Gestor, alinhada com as diretrizes nacionais.

INSTRUMENTO DE TRANSPARÊNCIA, DE ACESSIBILIDADE E DE EFICIÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

O Portal de Estatísticas do TRF - 2ª Região constitui ferramenta de suma importância para o planejamento estratégico da JF - 2ª Região, com o qual é possível conhecer o número de processos distribuídos, em tramitação ou julgados, assim como obter informações sobre o cumprimento das metas estabelecidas pelo CNJ e ter acesso a todo tipo de dados a respeito dos processos em tramitação nos órgãos jurisdicionais. Logo, revela-se como um canal facilitador para o

planejamento, a gestão e a avaliação de desempenho dos magistrados, o que, inegavelmente, influi na celeridade da prestação jurisdicional, além de reforçar e ampliar os mecanismos de publicidade .

No que tange à inclusão social, foi formado o grupo, sob a coordenação da Presidência, de levantamento de requisitos de acessibilidade para o “PJe”, com a finalidade de discutir e elaborar um projeto de usabilidade/acessibilidade, além de buscar ferramentas de acessibilidade para que as pessoas com deficiência (visual, auditiva, motora etc..) - sejam elas servidores, magistrados, advogados ou jurisdicionados - possam utilizar o Sistema com autonomia e independência.

O Sistema Integrado de Gestão Administrativa – SIGA, desenvolvido pela JF - 2ª Região, foi objeto do Convênio firmado, em 8/12/2011, entre o TRF - 2ª Região, o TRF - 3ª Região e a SJRJ. O Convênio está aberto à adesão dos demais órgãos integrantes da Justiça Federal. O instrumento objetiva a conjugação de esforços para utilização, manutenção e desenvolvimento evolutivo do SIGA a ser utilizado para a criação, movimentação e gerenciamento dos documentos, processos administrativos e outras funcionalidades nos órgãos integrantes do ajuste.

Em razão da relevância do SIGA, em 30/12/2011, foi firmada, outrossim, parceria com o CJF, a Presidência do TRF - 2ª Região e a Diretoria do Foro da SJRJ, objetivando, num primeiro momento, aperfeiçoá-lo e, após, a futura distribuição às demais Regiões.

Os objetivos traçados pelo CNJ e pelo CJF, somados às ações desenvolvidas pela JF - 2ª Região, avultam-se como fundamentais ao pleno exercício da missão constitucional própria dos órgãos do Poder Judiciário. Traçado esse espírito norteador, fica patente a motivação da luta diária por melhorias nos serviços, a transparência dos atos públicos, a efetividade e a segurança jurídica.

Mantendo-se o espírito de instrumento de controle difuso dos atos administrativos praticados por magistrados e servidores, além da função importante de esclarecimento de dúvidas e de disseminação das informações sobre as funções exercidas pelos segmentos judiciais e administrativos, foi assinada a Resolução nº 20, de 17/9/2010, que criou a Ouvidoria, em atendimento ao art. 9º da Resolução nº 103 - CNJ, de 24/2/2010. Antes da lavratura desse ato, as atividades ligadas à Ouvidoria eram exercidas por Assessoria vinculada à Corregedoria-Geral da 2ª Região, com foco exclusivo no 1º Grau.

Posteriormente, revendo a sistemática, o TRF - 2ª Região editou a Resolução nº T2-RSP-2011/00006, de 11/10/2011, revogando a anterior e implantando a Ouvidoria-Geral da Justiça Federal da 2ª Região, que servirá de canal de comunicação direta entre o TRF-2ª Região e os cidadãos, no sentido de ampliar a transparência dos atos praticados pelos magistrados e servidores no âmbito da 2ª Região.

Com efeito, a Resolução nº T2-RSP-2011/00007, de 11/10/2011, cria a Coordenadoria de Apoio à Ouvidoria-Geral da JF - 2ª Região - COAUGE. A implementação dessa medida garantiu a estrutura organizacional necessária ao funcionamento da referida Ouvidoria-Geral.

Assim, pontuam-se alguns atos que se alinham ao objetivo maior da Justiça, que é a prestação jurisdicional com foco no princípio constitucional da eficiência.

Sob o ângulo gerencial, enfeixam-se ações que otimizaram os processos de trabalho, tais como: a consolidação do Inteiro Teor como instrumento de publicação eletrônica, a obrigatoriedade da utilização do SIGA - importante mecanismo de gestão documental institucional - o qual comporta todos os expedientes e processos administrativos, sejam físicos ou eletrônicos; finalização do processo de implantação e utilização de assinatura digital baseada em certificado emitido por autoridade certificadora oficial, bem como a larga utilização do Portal de Estatísticas deste Tribunal ([http:// portaldeestatisticas.trf2.gov.br/portal/](http://portaldeestatisticas.trf2.gov.br/portal/)) como instrumento de transparência dos dados relativos à atividade judiciária desta Região, eventos que, em seu conjunto, refletem-se sobremaneira na facilidade de acesso a quaisquer tipos de informação à população, seja pela *internet*, seja no atendimento direto ao jurisdicionado.

No mesmo sentido, foram editados outros atos normativos relevantes ao aprimoramento das atividades:

- A Resolução nº 03, de 28/1/2011, dispõe sobre o recolhimento de custas devidas à União no âmbito da JF de 1º e 2º Graus da 2ª Região.
- A Resolução nº 05/PRES, de 11/2/2011, versa sobre a redistribuição imediata dos inquéritos, outros procedimentos investigatórios e ações penais, de competência originária do Tribunal, à Seção Especializada em matéria penal.
- A Resolução nº 16, de 6/5/2011, regulamenta, no âmbito da JF - 2ª Região, os procedimentos afetos aos processos sobrestados sob os regimes da repercussão geral do recurso extraordinário e dos recursos repetitivos do recurso especial.
- A Resolução nº 32, de 12/7/2011, alterada pela Resolução nº 41, de 19/8/2011, dispõe sobre criação do Comitê Regional de Tabelas Processuais Unificadas no âmbito da JF - 2ª Região.
- A Resolução nº 42, de 23/8/2011, consolida, em um único instrumento, a competência territorial e a material dos diversos juízos da 2ª Região, que se encontravam previstas em diferentes atos normativos.
- A Resolução nº T2-RSP-2011/00010, de 18/10/2011, dispõe sobre a implantação do Sistema de Malote Digital no âmbito da JF - 2ª Região.
- A Resolução nº 09, de 15/3/2011, regulamenta o 13º Concurso Público para Provimento de Cargos de Juiz Federal Substituto de Primeira Instância na 2ª Região.

No que concerne à normatização das atividades, a cargo da Corregedoria-Geral da Justiça Federal da 2ª Região, destacam-se: O *Provimento nº 18*, de 10/6/2011, o qual altera as disposições da Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional da JF - 2ª Região, de modo a permitir que advogados, procuradores e membros do Ministério Público devidamente cadastrados,

mas não vinculados a processo específico, tenham acesso automático para fins de mero registro a atos e documentos de autos eletrônicos, desde que demonstrem interesse, ressalvados os casos de processos em segredo de justiça. E o Provimento nº 25, de 11/11/2011, o qual altera as disposições da Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional da JF - 2ª Região no que se refere às inspeções aos estabelecimentos penais federais.

Vale mencionar, ainda, a Portaria nº T2-PTC-2011/00404, de 12/12/2011, a qual aprovou o roteiro padronizado de procedimentos utilizados nas Correições Ordinárias realizadas nos órgãos jurisdicionais das SJRJ e da SJES.

A jurisdição da JF- 1º Grau/2ª Região - é exercida por 134 juízes federais e 86 juízes federais substitutos, distribuídos em 104 Varas (86 no Rio de Janeiro e 18 no Espírito Santo), 30 Juizados Especiais Federais (27 no Rio de Janeiro e 3 no Espírito Santo) e 3 Turmas Recursais (2 no Rio de Janeiro e 1 no Espírito Santo).

A distribuição das varas e dos juizados especiais no âmbito da JF - 2ª Região é demonstrada na tabela abaixo:

Quadro de Varas e Juizados Especiais Federais da Justiça Federal da 2ª

Região

	VARAS FEDERAIS		JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS	
	Capital	Outros Municípios	Autônomo	Adjunto
SJRJ	49	37	27	13
SJES	13	5	3	8
TOTAL	62	42	30	21

Fonte : Corregedoria-Geral do TRF-2ª Região

No exercício de 2011, com exceção das varas com competência criminal, todos os órgãos jurisdicionais da 2ª Região - incluindo varas, juizados e turmas recursais do Rio de Janeiro e do Espírito Santo - já são digitais, sendo que existiam, em 31/12/2011, na SJRJ 379.608 processos eletrônicos e na SJES, 62.169 processos eletrônicos. Com essa tecnologia, da petição inicial à sentença, todos os documentos são digitalizados e ficam disponíveis para consulta na página do Órgão.

Em suma, a criação de varas e juizados eletrônicos assegura transparência, agilidade no trâmite das causas e economia aos cofres públicos, além de contribuir para a redução do impacto ambiental.

No exercício de 2011, foram instaladas 5 varas, de acordo com a programação do CJF em observância à Lei nº 12.011/2009. A implantação dessas unidades judiciárias, nas localidades abaixo, atende a uma população de 8.202.291 habitantes.

Localidade		Data de Instalação	Jurisdição	Nº Habitantes
SJRJ	Vara Federal	Duque de Caxias (2.ª Vara)	14.01.2011 - Para as causas afetas às Varas Federais: Duque de Caxias - Para as causas afetas ao Juizado Especial Federal: Belford Roxo Duque de Caxias	855 046
		Itaboraí (2.ª Vara)	25.03.2011 Cachoeiras de Macacu Itaboraí Rio Bonito Silva Jardim Tanguá	228 996
		Nova Iguaçu (2.ª Vara)	19.01.2011 - Para as causas afetas às Varas Federais: Nova Iguaçu - Para as causas afetas ao Juizado Especial Federal: Japeri Nova Iguaçu Queimados	795 212
		Capital (4.ª e 32.ª Varas Federais Cíveis)	23.03.2011 Itaguaí Rio de Janeiro Seropédica	6 323 037

Fonte: Corregedoria Geral do TRF - 2ª Região e Censo Populacional 2010. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE- (29/11/2010). Página visitada em 11/12/2011.

Esboçando uma síntese das ações ora concretizadas, ora iniciadas no exercício de 2011, pode-se aludir a alguns desses eventos.

A realização do pagamento de todos os precatórios no 1º semestre. Durante o exercício de 2011, foram realizados depósitos, com recursos gerenciados pelo TRF – 2ª Região para pagamento de sentenças judiciais transitadas em julgado (Precatórios e Requisitórios de Pequeno Valor – RPVs) no valor aproximado de R\$1,7 bilhão, para o universo de 100.396 beneficiários.

No tocante à *Pesquisa de Satisfação dos Usuários do TRF-2ª Região*, realizada anualmente desde 2001, foi apurado o índice de 84,5% de aprovação, com melhora sobre o ano anterior que foi de 82,7%, embora não tenha atingido à meta fixada para 2011 de 91%. Sabe-se, à demasia, que as pesquisas são importantes instrumentos de gestão e planejamento não apenas para

determinar a satisfação com os serviços prestados pelo Judiciário, mas também para desenvolver estratégias visando à melhoria dos mesmos para os usuários externos (partes, advogados, estagiários e outros interessados) e usuários internos (magistrados e servidores).

DOS CONVÊNIOS

O TRF - 2ª Região e o INSS assinaram, em 29/9/2011, Termo de Compromisso para gestão de bens sequestrados de fraudadores da Previdência. Segundo os termos do instrumento, a Previdência assume o dever de cumprir, bem e fielmente, os deveres inerentes à administração de bens imóveis alcançados pelo termo.

O documento estabeleceu que os rendimentos provenientes da administração dos bens devem ser depositados em conta judicial.

Com base nessa iniciativa, concebe-se um meio para que a Administração Pública recomponha o patrimônio que pertence ao povo.

Além dos instrumentos firmados pelo TRF - 2ª Região noticiados ao longo deste relatório, cumpre focar, entre muitas, as seguintes parcerias:

- Convênio firmado com o Tribunal de Justiça do Estado Rio de Janeiro - TJRJ, em 09/5/2011, objetivando a realização do primeiro atendimento dos Juizados Especiais Cíveis nos Aeroportos do Rio de Janeiro (Galeão e Santos Dumont), nos conflitos de competência da Justiça Federal.
- Convênio celebrado com o TJRJ e o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região – TRT – 1ª Região, em 26/7/2011, visando ao pagamento dos precatórios inscritos no Regime Especial de Liquidação dos Entes Públicos no Estado do Rio de Janeiro, estabelecendo os padrões para o cálculo do rateio proporcional das verbas depositadas nas contas especiais e a formação de listas autônomas por tribunal.

DAS AMPLIAÇÕES

O contrato nº 069/2009 firmado entre o TRF - 2ª Região e a CEF, sem ônus para o TRF - 2ª Região para a viabilização das condições econômico-financeiras e logísticas, por meio do custeio de aquisições de bens, serviços e realização de obras, com vistas à melhoria da prestação jurisdicional, contou, no exercício de 2011, com a aplicação de R\$ 2.269.111,49, abrangendo contratações de serviços, aquisição de bens permanentes para a SJRJ (R\$ 2.210.529,38) e a elaboração de Projeto Executivo de ampliação do prédio da Subseção Judiciária de Cachoeira do Itapemirim/SJES (R\$ 58.582,11).

Considerando as dificuldades de espaço físico enfrentadas pelo TRF - 2ª Região, a Presidência determinou estudos para a construção da nova sede para comportar as atuais demandas dos serviços. A construção da nova sede garantirá a regularidade da prestação de serviços, com

ampliação de espaços necessários ao desenvolvimento das atuais e futuras atividades, seja dos setores da área-fim, seja dos segmentos administrativos.

Nesse sentido, anota-se que o Plano de Obras, para o período de 2012/2015 da JF - 2ª Região, contempla os fundamentos para a realização de diversas ações, em cumprimento à Resolução n.º 114, de 20/4/2010, do CNJ c/c Resolução n.º 16, de 19/5/2008, do CJF. Esse documento foi aprovado pelo Tribunal Pleno, na sessão plenária realizada em 7/7/2011, em obediência ao art. 4º da Resolução n.º 114/CNJ. Em seguida, foi o referido Plano de Obras enviado ao CJF, para os fins devidos.

A construção da nova sede do TRF - 2ª Região constou como ação prioritária no Plano de Obras. A 2ª Região não pode se furtar aos reclamos sociais pela entrega da tutela jurisdicional mais ágil. Daí a necessidade de ampliar as suas instalações para melhor atender aos jurisdicionados.

Esposando esses ideais em busca pela excelência na prestação dos serviços é que foram envidados esforços, de forma concentrada na adoção das medidas gerenciais hábeis à consecução do Projeto, que conta, inclusive, com terreno no Centro do Rio de Janeiro para a nova edificação.

Com o crescimento do TRF - 2ª Região decorrente do desenvolvimento de nossos serviços e da criação de diversas unidades organizacionais, motivadas por normativos baixados pelo CJF, CNJ, TCU, de forma a disciplinar procedimentos para garantir a observância tanto do princípio da eficiência, quanto o da publicidade, com viés da transparência da prática de atos e da produtividade dos magistrados - a ampliação da estrutura organizacional, a instituição de novas turmas, a especialização destas e o incremento gradativo do quadro de vagas (magistrados e servidores), com ingresso de estagiários e os funcionários das firmas contratadas, a área útil disponível não comporta mais a demanda reprimida.

Com relação à área de tecnologia da informação, foram levadas em consideração as recomendações do Grupo de Inspeção da Corregedoria do CJF, que acentuaram a pertinência da integração da Central de Processamento de Dados contemplando toda a 2ª Região, isto é, centralizar, em único espaço, tanto o CPD do TRF - 2ª Região, quanto o da SJRJ e o da SJES. Nesse ponto, cabe observar que, por motivo de ordem técnica, foi priorizada a centralização do TRF - 2ª Região e da SJRJ, ficando a integração com a unidade da SJES para avaliação posterior.

Cabe destacar a contratação de empresa para prestação de serviços de implantação de uma "sala-cofre". Essa ação tem por finalidade o atendimento das necessidades do TRF - 2ª Região e da SJRJ, com vistas à preservação de informações institucionais e alta disponibilidade de sistemas críticos de informação, incorporando infraestrutura de segurança certificada e sistemas de controle e monitoração do ambiente.

Além desses fatores, vale mencionar a existência da *Proposta de Anteprojeto para Ampliação do Quadro de Pessoal da Justiça Federal* que prevê o acréscimo de 20 Gabinetes para a 2ª Região. Isso significa um grande impacto na ocupação do imóvel existente. Assim, a Administração

vem adotando as providências que possibilitem a instalação de 4 Gabinetes para 2012, conforme deliberado pelo CJF na Sessão de 19/11/2011.

Como os dirigentes da JF - 2ª Região têm apreço pelo planejamento de suas ações e, ainda, a expectativa de ampliação do número de magistrados para toda a Justiça Federal, sempre tendo em mira a prestação jurisdicional de excelência, o TRF - 2ª Região procedeu a gestões junto à Secretaria do Patrimônio da União – SPU para ocupação de imóvel situado na Usina na cidade do Rio de Janeiro, visando ao deslocamento de algumas unidades da parte administrativa – marcenaria, almoxarifado e gráfica.

Cabe acrescentar que o TRF - 2ª Região já dispõe da posse do imóvel, sendo que o instrumento de cessão encontra-se em fase de formalização.

Com relação ao Contrato nº 069/2009, celebrado entre o TRF - 2ª Região e a CEF, a documentação pertinente à aquisição do imóvel situado na Rua Visconde de Inhaúma encontra-se sob apreciação pela Advocacia Geral da União – AGU. Está prevista a conclusão dessa ação no exercício de 2012, o que concorrerá para o aumento da área útil na atual sede, com o deslocamento de segmentos para o imóvel referenciado.

Acrescenta-se que o terreno localizado na Avenida Ernani do Amaral Peixoto em Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, encontra-se sob a posse da SJRJ. A finalização do processo de aquisição da propriedade será concluída no exercício de 2012. Esta importante ação proporcionará a construção da Subseção Judiciária de Niterói.

Dessa forma, a partir do remanejamento de setores operacionais, haverá condições de atender à demanda por espaço, com acréscimo de área para atendimento às necessidades da Secretaria de Tecnologia da Informação – STI, contemplando a sala-cofre, redimensionamento de áreas de setores como o NPSC2, a Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais, para ajustá-las às atuais demandas. Ademais, faz-se oportuno conceber a provável instalação de novos gabinetes, caso aprovado pelo Congresso Projeto de Lei sobre a ampliação dos Tribunais Regionais Federais.

Com este cenário, evidenciam-se a austeridade e a firme decisão na escolha de caminhos que possam levar ao cumprimento das ações tempestivamente, sempre no resguardo do interesse público.

Considerando, pois, que os gestores devem perseguir a observância das normas, fazendo-as cumprir de forma plena, não podem descuidar-se dos bens imóveis sob sua responsabilidade. É investida neste compromisso que, paralelamente aos estudos para a construção da nova sede, a Administração dispõe de programação no sentido de que as instalações dos atuais imóveis se mantenham devidamente conservadas. Isto significa que os diversos serviços implementados seguem uma rígida cronologia, de forma a abarcar a manutenção e a recuperação das instalações em seu conjunto. Esses empreendimentos são projetados e constam do respectivo projeto *Modernização das Instalações da Justiça Federal*.

Compete adiantar que, após a conclusão da nova sede, as instalações atuais servirão ao desenvolvimento das Unidades Judiciárias de 1º Grau, garantindo-se, assim, o investimento aplicado no complexo predial existente.

DEMANDAS DA VICE-PRESIDÊNCIA

Consigna-se que a Vice-Presidência apontou, em seu Relatório de Atividades, alguns fatores que vêm obstaculizando o bom andamento das atividades a cargo da Assessoria de Recursos – AREC.

Sabendo das dificuldades enfrentadas há anos pela Egrégia Vice-Presidência, foi expedida a Resolução nº 16, de 6/5/2011, regulamentando, no âmbito da JF- 2ª Região, os procedimentos afetos aos processos sobrestados sob os regimes da repercussão geral do recurso extraordinário e dos recursos repetitivos do recurso especial.

Com essa iniciativa, foi possível disciplinar a baixa de autos judiciais sobrestados na esfera da AREC aos respectivos juízos de origem, para aguardarem o trânsito em julgado do recurso - paradigma, ressalvados os casos indicados no referido normativo.

Na sequência, enfoca-se que a falta de espaço adequado ao desenvolvimento dos trabalhos sob responsabilidade da AREC constitui item prioritário da Gestão. Esse problema será equacionado com a futura transferência de algumas unidades organizacionais para os imóveis situados no bairro da Usina e na Rua Visconde de Inhaúma - Centro.

No que tange aos demais pontos abordados naquele Relatório, mormente no que diz respeito à necessidade de ampliar a força de trabalho, em que pese compartilhar das preocupações expostas, a Presidência não vislumbra a solução das pendências a curto prazo, uma vez que os cargos públicos são criados por lei e a deficiência de funcionários é enfrentada em todos os setores da JF – 2ª Região.

Referência no circuito carioca, o Centro Cultural Justiça Federal - CCJF -prosseguiu com as atividades relativas às diversas manifestações artísticas, recebendo, no exercício de 2011, aproximadamente 135.000 visitantes.

Em face dos resultados obtidos com ações endereçadas à efetividade, como a atuação dos Mutirões de Conciliação, a participação expressiva no cumprimento de metas estabelecidas pelo CNJ e a observância ao rigoroso planejamento gerencial que inclui revisão constante dos processos de trabalho, a Administração constata a eficiência dos meios empregados e dispõe da certeza de que empreendimentos como ampliação do Quadro de Pessoal, a construção da nova sede do TRF - 2ª Região, o acompanhamento e a implementação *pari passu* da evolução tecnológica, a interiorização da Justiça Federal na 2ª Região e a continuidade das ações voltadas às formas de pacificação dos conflitos integram a pauta dos itens prioritários da Gestão.

2 – OBJETIVOS E METAS:

A Lei nº 12.381, de 09/02/2011, aprovou o Orçamento Geral da União - OGU para 2011, estimando a receita e fixando a despesa do exercício. A Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 2ª Região foi contemplada, para a execução no referido exercício, com uma dotação inicial de R\$ 1.074.151.816,00 (um bilhão, setenta e quatro milhões, cento e cinquenta e um mil, oitocentos e dezesseis reais), havendo posteriormente um acréscimo de R\$ 71.786.802,00 (setenta e um milhões, setecentos e oitenta e seis mil, oitocentos e dois reais). Houve, ainda, uma redução de R\$ 11.230.571,00 (onze milhões, duzentos e trinta mil, quinhentos e setenta e um reais), resultando numa dotação autorizada de R\$ 1.134.708.047,00 (um bilhão, cento e trinta e quatro milhões, setecentos e oito mil e quarenta e sete reais).

Ao longo do exercício de 2011, a Justiça Federal da 2ª Região - JF - 2ª Região - recebeu *destaques* no montante de R\$ 1.800.817.390,00 (um bilhão, oitocentos milhões, oitocentos e dezessete mil, trezentos e noventa reais) para atender às Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado. Por outro lado, foram concedidos pela SJRJ e pelo TRF- 2ª Região destaques ao Superior Tribunal de Justiça - STJ, no valor de R\$ 211.429,09 (duzentos e onze mil, quatrocentos e vinte e nove reais e nove centavos) em atendimento ao ofício OFI/SG/SPO/CJF nº 2011014379, de 15/09/2011, para o pagamento de Auxílio-Moradia / PAE dos Ministros Arnaldo Esteves Lima e Benedito Gonçalves.

No exercício de 2011, restaram indisponíveis para execução recursos contingenciados no montante de R\$ 3.632.172,00, sendo R\$ 1.419.995,00 relativos ao TRF – 2ª Região e R\$ 2.212.177,00 referentes à SJRJ e à SJES, conforme a tabela a seguir:

R\$				
Dotação Orçamentária	Valor TRF- 2ª Região	Valor Seções	Entidades	TOTAL
Dotação Inicial	277.020.107,00	797.131.709,00	0,00	1.074.151.816,00
Acréscimos	13.499.390,00	58.287.412,00	0,00	71.786.802,00
Especiais	0	0	0,00	0,00
Redução Orçamentária	3.996.000,00	7.234.571,00	0,00	11.230.571,00
Dotação Autorizada	286.523.497,00	848.184.550,00	0,00	1.134.708.047,00
Destaques Recebidos	0	0	1.800.817.390,00	1.800.817.390,00
Destaques Concedidos	202.200,42	9.228,67		211.429,09
TOTAL	286.321.296,58	848.175.321,33	1.800.817.390,00	2.935.314.007,91
Dotação Indisponível	1.419.995,00	2.212.177,00		3.632.172,00
TOTAL GERAL	284.901.301,58	845.963.144,33	1.800.817.390,00	2.931.681.835,91

Fonte: SIAFI/Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças – SPO/ TRF-2ª Região

Os créditos orçamentários disponibilizados para JF-1º e 2º Graus/2ª Região foram, no exercício de 2011, distribuídos em 03 (três) Programas: 0569 - Prestação Jurisdicional na Justiça Federal; 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União e 0901 - Cumprimento de Sentenças Judiciais.

R\$				
PROGRAMA		Dotação Autorizada	Destaques Recebidos/Concedidos	TOTAL
0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União	145.174.619,00		145.174.619,00
0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal	985.901.256,00	-211.429,09	985.689.826,91
0901	Cumprimento das Sentenças Judiciais		1.800.817.390,00	1.800.817.390,00
TOTAL		1.131.075.875,00	1.800.605.960,91	2.931.681.835,91

Fonte: SIAFI/ SPO/TRF-2ª Região

Obs.: a coluna "dotação autorizada" não considera a dotação indisponível.

Dos programas destinados à JF-2ª Região, destaca-se o Programa 0569 – Prestação Jurisdicional na Justiça Federal, que é composto de 12 ações, sendo 8 Atividades, 1 Operação Especial e 3 Projetos (1136 – Modernização de Instalações da Justiça Federal; 3755 – Implantação de Varas Federais; 3757 – Implantação de Sistema Integrado de Gestão de Informação Jurisdicional). De acordo com o previsto na Lei 11.653, de 7/4/e 2008 (Plano Plurianual para o período de 2008/2011) o aludido Programa tem como objetivo garantir pleno exercício do direito por meio da prestação dos serviços jurisdicionais, observando o disposto nos artigos 108 e 109 da Constituição Federal e legislação complementar.

O Programa 0901 – Cumprimento de Sentenças Judiciais, considerando os *destaques* recebidos de Autarquias e Fundações Públicas, destina-se ao pagamento de débitos judiciais devidos pela União.

2.1 - ANÁLISE DO MAPA/PLANO ESTRATÉGICO DA UNIDADE

O Mapa Estratégico da JF - 2ª Região, aprovado em sessão do Plenário do TRF - 2ª Região, por meio da Resolução nº 48, de 18/12/2009, baseia-se na representação equilibrada de um conjunto de **15 (quinze) objetivos estratégicos** e de indicadores operacionais e financeiros, segundo três perspectivas (sociedade, processos internos e recursos), interligados por relações de causa e efeito e operacionalizados por ações e projetos, apontando o caminho para o sucesso da missão institucional e o alcance da visão de futuro, qual seja, *“até 2014, ser reconhecida perante à sociedade como modelo de efetividade, transparência e segurança jurídica”*, conforme se verifica na figura1.



Figura 1 – Mapa Estratégico da Justiça Federal da 2ª Região

A JF- 2ª Região deu continuidade, ao longo de 2011, ao segundo ano da fase de execução e acompanhamento do Planejamento Estratégico Regional aprovado para o quinquênio 2010-2014.

Para a consecução dos objetivos estratégicos traçados foram priorizados pela Administração os projetos a serem desenvolvidos e implantados no período, de acordo com a alocação de recursos orçamentários necessários à execução das diversas ações voltadas à melhoria dos processos de trabalho e da prestação jurisdicional.

A JF- 2ª Região atuou, em conjunto com o CJF e o CNJ, no desdobramento da estratégia do Poder Judiciário. Participou de reuniões de trabalho, tanto do Comitê Técnico Nacional, instituído pelo CJF com membros da área de gestão estratégica de todos os cinco TRFs e do CJF, como da Subcomissão Nacional de Metas Nacionais, criada pelo CNJ para o acompanhamento do cumprimento das atuais metas, bem como para discussão e proposição de metas futuras do Poder Judiciário.

No tocante à estratégia nacional da Justiça Federal, o CJF trabalhou com os Tribunais, no sentido de buscar o alinhamento integrado da execução, em torno de um novo mapa estratégico nacional e de um conjunto de indicadores de desempenho comuns a todos órgãos da Justiça Federal. Tal revisão e atualização do mapa está prevista para ser submetida ao Plenário do CJF no primeiro trimestre de 2012.

É importante ressaltar a participação dos órgãos da 2ª. Região em projetos de caráter nacional, tanto em nível de elaboração conjunta quanto de acompanhamento de sua implementação por outros órgãos. Dentre os projetos, podem ser relacionados o PJe (Processo Judicial Eletrônico), Malote Digital, Pesquisa de Clima Organizacional e Satisfação dos usuários da Justiça Federal.

Com relação às Metas Nacionais de 2011 para o Poder Judiciário, pode-se perceber uma estreita vinculação entre aquelas e a execução do Planejamento Estratégico.

Em consonância com o modelo de gestão estratégica adotado para o Poder Judiciário, vale destacar a vinculação, em termos de iniciativas e projetos, às metas nacionais de 2011, as quais foram anunciadas no final do exercício pelo CNJ após a aprovação no 4o Encontro Nacional do Judiciário, realizado no Rio de Janeiro.

Assim, para o atendimento destas metas nacionais, diversas ações foram priorizadas ao longo do ano, algumas não previstas no planejamento original. Dentre elas podem-se destacar:

- Apoio aos projetos de integração de ações no Complexo do Alemão (projeto Casa de Direitos e projeto Justiça Aqui, ambos do CNJ), através de Acordos e Termos de Cooperação;
- Implementação, em nível regional, de uma metodologia para gerenciamento de projetos, através da criação, por atos normativos e alocação de servidores, dos Escritórios de Projetos Regional e Institucionais, com o apoio do CJF;
- Apoio e participação na campanha nacional pela conciliação de 2011, com o conceito “Conciliar é a forma mais rápida de resolver conflitos”, através da realização de diversos mutirões de conciliação, processual e pré-processual, com vistas à prevenção, composição e solução de litígios;
- Intensificação das comunicações eletrônicas, através da expansão do uso do SIGA-DIGITAL e implantação efetiva do Sistema de Malote Digital;
- Participação no Fórum de Educação à Distância do Poder Judiciário e nos Cursos de Formação de Tutores e Coordenadores de Educação à Distância, promovidos pelo CNJ, visando difundir a metodologia de Educação à Distância como ferramenta de gestão e disseminação do conhecimento e proporcionar alternativas para o desenvolvimento de pessoas com otimização de recursos públicos. A proposta é a expansão gradativa do modelo de educação à distância já adotado pela EMARF, para aplicação aos servidores da JF - 2ª Região.

Desta forma para o cumprimento integral das cinco metas nacionais para o ano de 2011 foram definidas as seguintes ações e projetos:

TABELA 1– PLANO DE AÇÃO PARA AS METAS NACIONAIS DE 2011

Meta	Plano de Ação/Projeto	Situação
01/2011	Implantados os Escritórios de Projetos Estratégicos no TRF - 2ª Região e nas seccionais e cumpridos os demais requisitos da meta no que tocante a adoção da metodologia de gerenciamento de projetos estratégicos, bem como a transparência das informações gerenciais.	Cumprida
02/2011	Na SJRJ todas as Varas Criminais possuem equipamentos apropriados e servidores capacitados para utilização do sistema de registro audiovisual em audiências. Na SJES o sistema de registro audiovisual em audiências já tem sido utilizado nas Varas Criminais desde 2008.	Cumprida
03/2011	A meta é uma reedição da meta 01/2010, quando a 2ª Região já havia atingido o índice de 103%. Neste exercício foram cumpridos 107,2%.	Cumprida
04/2011	O TRF –2ª Região, por intermédio do Centro Cultural Justiça Federal - CCJF, disponibiliza programa de esclarecimento sobre a história do prédio que abriga o CCJF, passando pela instalação do Supremo Tribunal Federal - STF, com foco no panorama histórico até a atualidade. Essa iniciativa integra-se ao programa <i>Conhecendo a SJRJ</i> , recebendo visitas de estudantes de escolas públicas. Na SRJ, o programa Conhecendo a SJRJ apresenta aos alunos do ensino médio o funcionamento da Justiça Federal do Rio de Janeiro. É direcionado a alunos e educadores de ensino médio, e tem por objetivos desmistificar os órgãos do Poder Judiciário e o papel dos magistrados; despertar reflexões sobre o exercício da cidadania; fornecer subsídios para possíveis escolhas acadêmicas; e informar as atribuições da Justiça Federal, destacando sua relevância social. Durante a visita à SJRJ, os estudantes acompanham palestras sobre cidadania e o papel dos Poderes da República – com ênfase sobre o Judiciário e sobre a Justiça Federal; assistem a simulação de uma audiência e fazem uma visita orientada ao CCJF. A SJES realizou iniciativas, como por exemplo, palestras na Prefeitura de Vitória e esclarecimento sobre os Direitos dos Idosos.	Cumprida
09/2011	De um total de 164 unidades judiciárias na 2ª Região: 164, dentre do 1º grau (varas, juizados e turmas recursais) e gabinetes dos desembargadores federais no TRF- 2ª Região, 126 unidades já tiveram o processo eletrônico efetivamente implantado. Este grau de virtualização de 77% atendeu plenamente o disposto na meta 09/2011 que previa a instalação em 70% das unidades. As 11 varas criminais e os 27 gabinetes do TRF- 2ª Região ainda não implantaram o processo eletrônico, o que deve ser viabilizado nos próximos exercícios.	Cumprida

2.2 - PLANO DE AÇÃO REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2011

A partir da divulgação das Metas Nacionais do Poder Judiciário para o exercício de 2011, após o IV Encontro Nacional do Judiciário promovido pelo CNJ realizado no Rio de Janeiro em dezembro de 2010, o gerenciamento de projetos adquiriu maior relevância, através da Meta nº 1, cujo objetivo seria “criar unidade de gerenciamento de projetos para auxiliar a implantação da gestão estratégica”. Neste contexto, foram publicadas a Resolução nº 148/2011, do CJF e expedida a Circular nº 13/2011, da Secretaria Geral do TRF- 2ª Região, que permitiram ao Escritório de Projetos, implementado no TRF- 2ª Região em uma seção vinculada à Coordenadoria de Gestão Estratégica, realizar as atividades de acompanhamento e execução dos projetos estratégicos, tanto aqueles do TRF- 2ª Região quanto os das Seccionais, em função da sua competência prevista enquanto Escritório de Projetos Regional.

Assim, em conjunto com os Comitês Regional e Institucional, coube ao Escritório de Projetos do TRF- 2ª Região fazer uma nova análise do portfólio (conjunto) de projetos, tanto em caráter regional, através de orientação para que os correspondentes Escritórios de Projetos Seccionais atualizassem suas informações sobre projetos, quanto em caráter institucional, reavaliando a composição da carteira de projetos no TRF - 2ª Região. Com essa perspectiva de trabalho, o Escritório de Projetos do TRF - 2ª Região realizou reuniões setoriais com as áreas gestoras envolvidas na execução dos projetos estratégicos, tomando como base os seguintes critérios:

■ **Reclassificação** dos projetos listados de acordo com o conceito original do termo projeto, enquanto “empreendimento temporário, capaz de gerar um produto ou um serviço único, com recursos limitados.”

■ **Categorização** de projetos enquanto **estratégicos** somente para aqueles que “estão associados aos fatores críticos de sucesso dos objetivos estratégicos, e que contribuem para o alcance das metas estratégicas e da Visão de Futuro da Justiça Federal”.

■ **Recategorização** de projetos que poderiam ser agrupados enquanto **programa**, por fazerem parte de um “conjunto de projetos inter-relacionados administrados de forma coordenada com a finalidade de facilitar o gerenciamento, garantindo o alcance de resultados integrados”.

■ **Inclusão** de projetos que não tinham sido contemplados no documento original do Planejamento Estratégico, mas que por sua natureza ganharam a condição de Projetos Estratégicos, com execução prevista até o final de 2014 e aprovação da alta administração do TRF- 2ª Região.

Em função disso, obteve-se o seguinte quadro situacional de projetos para a 2ª. Região, ao final de 2011:

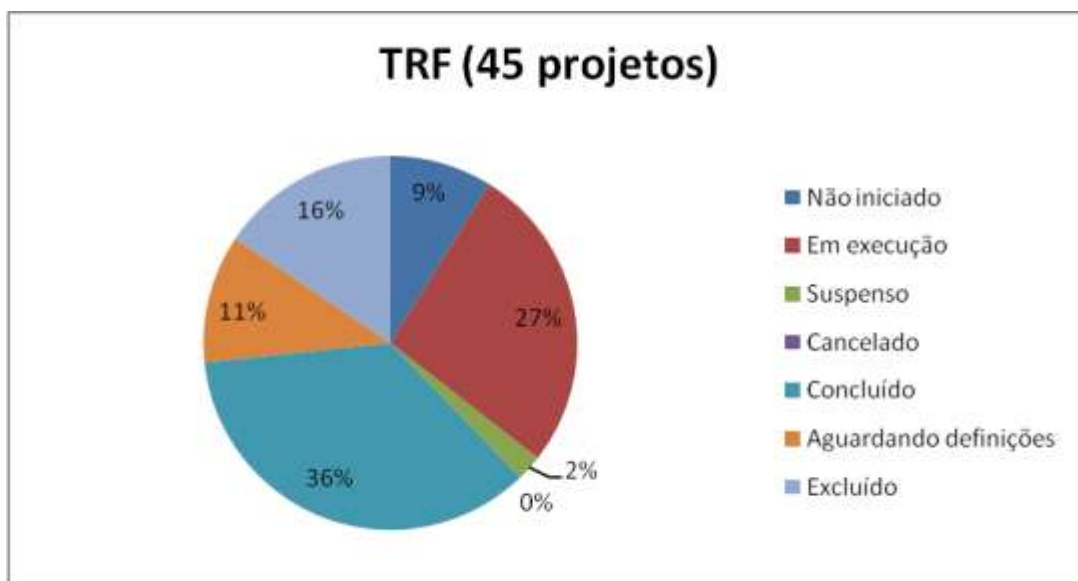
TABELA 2: STATUS DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS DA 2ª. REGIÃO

Unidade Responsável	Projeto	Status	Previsão de Término
TRF- 2ª Região	1. Acessibilidade – PNE	Aguardando definições	dez/2014
TRF- 2ª Região	2. Ouvidoria Geral	Concluído	jan/2012
TRF- 2ª Região	3. Atendimento ao Cidadão	Não iniciado	dez/2014
TRF- 2ª Região	4. Consulta Processual Via Quiosque CEF	Excluído	-
TRF- 2ª Região	5. Cultura e Cidadania	Concluído	dez/2010
TRF- 2ª Região	6. Administração 100% Digital	Em execução	dez/2014
TRF- 2ª Região	7. Justiça 100% Digital	Em execução	dez/2014
TRF- 2ª Região	8. Portal de Informações Gerenciais	Aguardando definições	dez/2014
TRF- 2ª Região	9. Elaboração do PDTI	Concluído	abr/2010
TRF- 2ª Região	10. Padronização das Tabelas Nacionais	Em execução	dez/2014
TRF- 2ª Região	11. Implantação de novas Varas e JEFs	Em execução	dez/2014
TRF- 2ª Região	12. Ampliação do Número de Varas e JEFs	Excluído	-
TRF- 2ª Região	13. Modernização da infraestrutura	Excluído	-
TRF- 2ª Região	14. Ampliação da Área Física do TRF	Em execução	dez/2014
TRF- 2ª Região	15. Modernização dos Elevadores	Concluído	dez/2014
TRF- 2ª Região	16. Atualização do Parque Gráfico	Em execução	dez/2014
TRF- 2ª Região	17. Reestruturação das Salas de Perícia	Concluído	ago/2010
TRF- 2ª Região	18. Segurança Institucional	Excluído	-
TRF- 2ª Região	19. Biblioteca Digital	Em execução	dez/2014
TRF- 2ª Região	20. CAE - Curso de Aperfeiçoamento e Especialização de Magistrados	Concluído	out/2010
TRF- 2ª Região	21. Programa de Aperfeiçoamento e Especialização de Servidores – PCRH	Concluído	nov/2010
TRF- 2ª Região	22. Saúde	Concluído	dez/2010
TRF- 2ª Região	23. Pesquisa de Clima Organizacional	Excluído	dez/2014
TRF- 2ª Região	24. Implantação do novo Sistema de Gestão de Pessoas – SGP	Aguardando definições	dez/2014
TRF- 2ª Região	25. Ampliação do Número de Cargos Efetivos	Excluído	-
TRF- 2ª Região	26. Valorização funcional	Concluído	out/2010

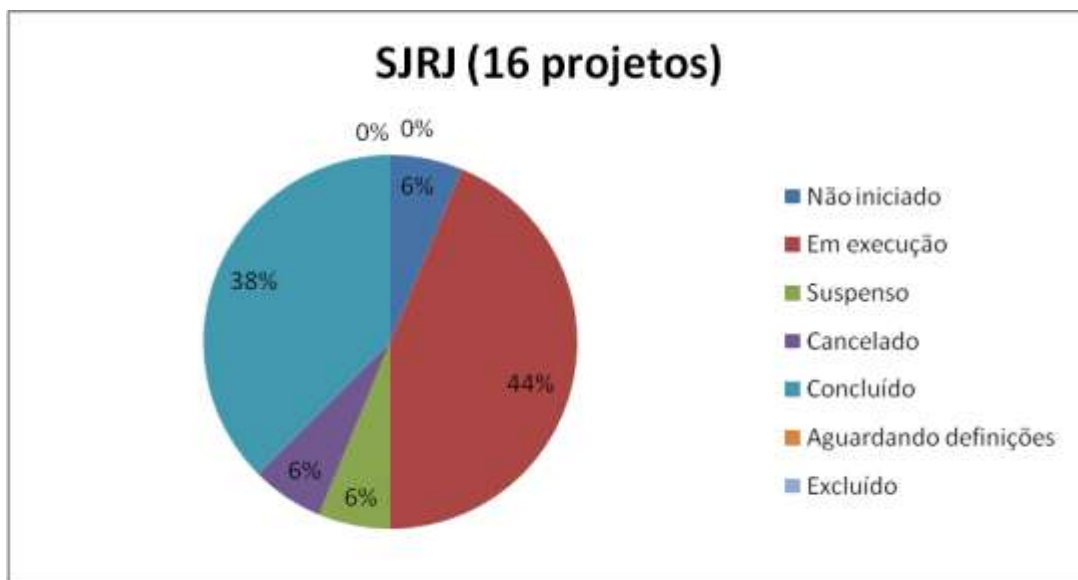
Unidade Responsável	Projeto	Status	Previsão de Término
TRF- 2ª Região	27. Comunicação Institucional	Não iniciado	dez/2014
TRF- 2ª Região	28. Programação Visual	Em execução	dez/2014
TRF- 2ª Região	29. Nova <i>Intranet</i>	Em execução	dez/2014
TRF- 2ª Região	30. Reformulação do Portal	Em execução	dez/2014
TRF- 2ª Região	31. Pesquisa de Satisfação dos Usuários da 2ª Região	Concluído	nov/2010
TRF- 2ª Região	32. Escritório de Processos	Não iniciado	dez/2014
TRF- 2ª Região	33. Escritório de Projetos	Concluído	dez/2014
TRF- 2ª Região	34. FOREJEF – Fórum Regional dos JEFs	Excluído	-
TRF- 2ª Região	35. GAG - Grupo de Apoio ao Gabinete	Concluído	dez/2010
TRF- 2ª Região	36. JEF Itinerante	Concluído	dez/2010
TRF- 2ª Região	37. Mutirão de conciliação	Concluído	dez/2010
TRF- 2ª Região	38. Perícia Itinerante	Concluído	dez/2010
TRF- 2ª Região	39. Agenda Ambiental	Suspenso	dez/2014
TRF- 2ª Região	40. Racionalização do Consumo de Energia Elétrica	Aguardando definições	dez/2014
TRF- 2ª Região	41. Nova Sede do TRF- 2ª Região	Aguardando definições	dez/2014
TRF- 2ª Região	42. Governança de TI	Não iniciado	Não definida
TRF- 2ª Região	43. Memória Institucional	Em execução	dez/2014
TRF- 2ª Região	44. 1ª. Conferência de Dirigentes - JF - 2ª. Região	Concluído	dez/2011
TRF- 2ª Região	45. Biblioteca Acessível	Em execução	dez/2014
SJRJ	1. Reforma Foro Rio Branco	Não iniciado	dez/2012
SJRJ	2. Transferência Sede Nova Iguaçu	Concluído	nov/2011
SJRJ	3. Transferência Sede de Itaboraí	Em execução	jun/2012
SJRJ	4. Instalação da 6ª VF de São João de Meriti e transferência de sede	Em execução	mai/2012
SJRJ	5. Transferência da 4ª Vara Cível para Rio Branco	Concluído	dez/2011
SJRJ	6. Transferência da 32ª Vara Cível para Rio Branco	Concluído	dez/2011
SJRJ	7. Instalação da 9ª Vara Federal de Execução Fiscal	Concluído	jan/2012
SJRJ	8. Instalação da 10ª Vara Federal Criminal	Concluído	jan/2012
SJRJ	9. Transferência Sede Administrativa	Em execução	dez/2011

Unidade Responsável	Projeto	Status	Previsão de Término
SJRJ	10. Transferência da SESA/RB e SEPER para Almirante Barroso	Concluído	nov/2011
SJRJ	11. Ampliação da ocupação da AB	Em execução	dez/2013
SJRJ	12. Transferência Sede de Magé	Cancelado	jun/2012
SJRJ	13. Ampliação das Turmas Recursais	Concluído	dez/2011
SJRJ	14. Transferência da TI - TRF- 2ª Região para o 7º andar da Rio Branco	Não iniciado	Não definida
SJRJ	15. Instalação da 2ª Vara Federal de São Pedro da Aldeia	Em execução	mar/2012
SJRJ	16. Instalação do 2º JEF compartilhado com o 1º JEF em Campos	Em execução	abr/2012
SJES	1. Alinhamento Estratégico da Estrutura Organizacional	Não iniciado	Não definida
SJES	2. Justiça Federal, Muito Prazer	Concluído	dez/2011
SJES	3. Acessibilidade de Portadores de Necessidades Especiais	Concluído	dez/2011
SJES	4. Ampliação do Fórum de Cachoeiro de Itapemirim	Em execução	9 meses após início da expansão
SJES	5. Administração 100% Digital	Em execução	mar/2012
SJES	6. Justiça 100% Digital	Em execução	Não definida
SJES	7. Acesso Cidadão - Reformulação da <i>Intranet</i> e da <i>Internet</i>	Concluído	dez/2011

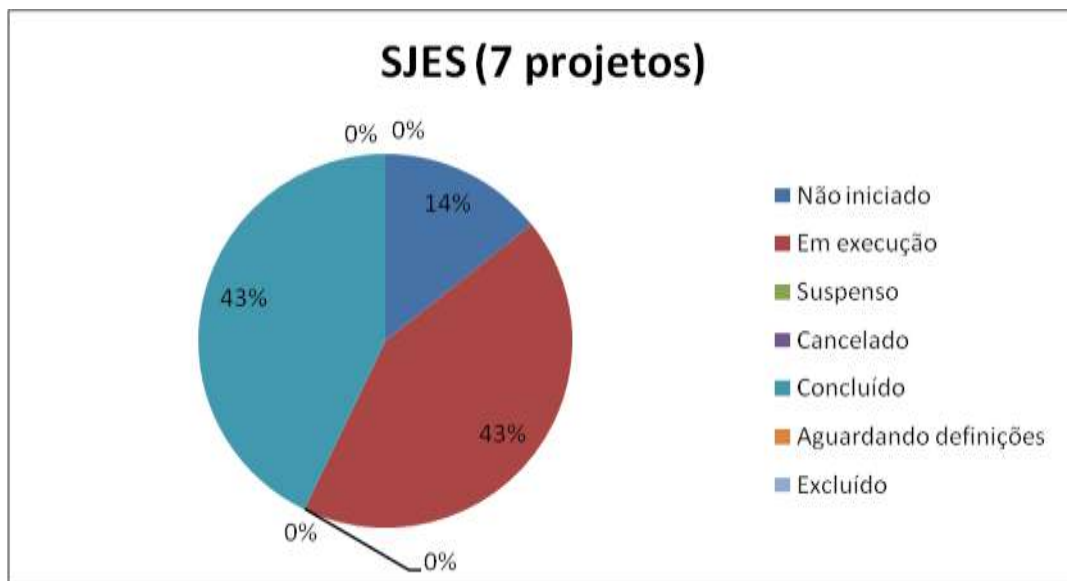
Fonte: Coordenadoria de Gestão Estratégica – CEGEST/ TRF – 2ª Região

GRÁFICO 1: STATUS DOS PROJETOS DA TRF – 2ª. REGIÃO

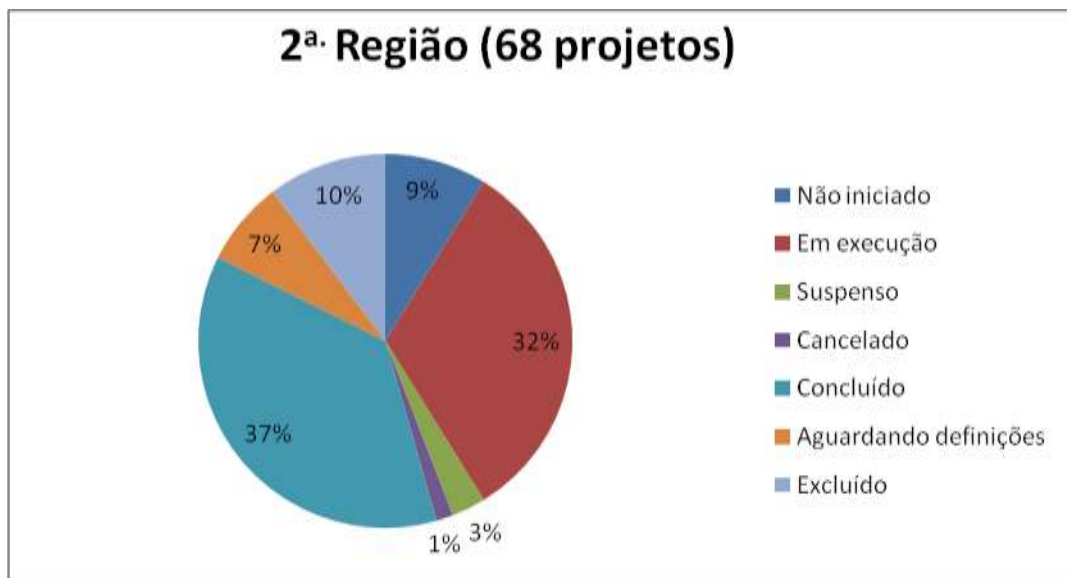
Fonte: CEGEST/TRF – 2ª Região

GRÁFICO 2: STATUS DOS PROJETOS DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

Fonte: CEGEST/TRF – 2ª Região

GRÁFICO 3: STATUS DOS PROJETOS DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO

Fonte: CEGEST/TRF – 2ª Região

GRÁFICO 4: STATUS DOS PROJETOS DA 2ª. REGIÃO (TOTAL)

Fonte: CEGEST/TRF – 2ª Região

Uma análise dos gráficos exibidos anteriormente nos permite verificar que mais da metade (69%) dos projetos estratégicos constantes na carteira de projetos da 2ª Região estão concluídos ou em andamento. Considerando-se já se passaram dois anos desde a implantação do Planejamento Estratégico, constata-se uma evolução positiva em termos de execução e acompanhamento do portfólio, com tendência de melhoria efetiva a partir da operação plena dos

Escritórios de Projetos (Regional e Institucionais) na coordenação e apoio metodológico às iniciativas da 2ª Região em 2012.

A Meta nº 1 do Poder Judiciário possuía vários itens de ações que deveriam ser implementadas, a fim de que se pudesse considerá-la cumprida integralmente. Como alguns itens diziam respeito à “orientação dos gestores na condução das etapas de execução de um projeto”, foi feito um esforço adicional, em termos de capacitação, para que se pudesse qualificar um número maior de servidores para atuar como gerentes de projetos. No TRF- 2ª Região, com o apoio da Secretaria de Recursos Humanos, através de sua Divisão de Capacitação e Treinamento, foram oferecidos 3 cursos, com 33 pessoas qualificadas em Gerenciamento de Projetos. No caso da Seção Judiciária do Espírito Santo, também houve treinamento em Gerenciamento de Projetos, através de curso ministrado na própria seccional, com qualificação de 16 servidores.

Outros quesitos para o cumprimento integral da Meta nº 1 diziam respeito à publicidade e transparência das informações relacionadas ao conjunto de projetos da 2ª. Região. Para atender a essa exigência, foi criada uma estrutura tipo *web*, com uma página de *Intranet* (acessível por qualquer navegador atualizado) e um *software* de ambiente colaborativo (o *Sharepoint* da *Microsoft*) capaz de disponibilizar a relação de projetos e outros documentos relacionados ao gerenciamento de projetos (aplicação da metodologia, planilhas de controle, etc.).

Com isto, ao longo de 2011, o Gerenciamento de Projetos pode atuar de maneira mais efetiva enquanto elemento de apoio à realização do Planejamento Estratégico da Justiça Federal da 2ª. Região.

As figuras a seguir ilustram a estrutura na *web* criada para disponibilizar as informações gerenciais sobre projetos estratégicos na 2ª. Região.

CEGEST - Coordenadoria de Gestão Estratégica - Windows Internet Explorer

http://trfnet.trf2.gov.br/cegest/cgi-bin/cegest.exe/sys/start.htm?tpl=home

Favortos Início - Projetos Estratégicos... Início - Projetos Estratégicos... Início - Projetos Estratégicos... Início - Projetos Estratégicos...

CEGEST - Coordenadoria de Gestão Estratégica

Página Segurança Ferramentas

PRINCIPAL

CEGEST
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
ACORDOS E CONVÊNIOS
NORMATIVOS
METAS DO PODER JUDICIÁRIO
INDICADORES
PROJETOS
MÓDULO DE QUALIDADE DO PODER JUDICIÁRIO
MATERIAL DIDÁTICO INFORMATIVO
CANAL DA ESTRATÉGIA DO JUDICIÁRIO
BÔNUS
LINKS ÚTEIS

APRESENTAÇÃO



“Uma estratégia sem táticas é o caminho mais lento para a vitória. Táticas sem estratégia representam o caos que antecede uma derrota”.

CEGEST
Coordenadoria de Gestão Estratégica

INDICADORES ESTRATÉGICOS DA 2ª REGIÃO

PROJETOS ESTRATÉGICOS DA 2ª REGIÃO

PORTAL DE ESTATÍSTICAS DA 2ª REGIÃO
Núcleo de Estatísticas

METAS NACIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA EM NÚMEROS
Dados Estatísticos - CNJ

Resolução nº 6/2012
ALINHAMENTO INSTITUCIONAL

topo da página

Intranet local (Modo Protegido): Desativado

Início - Projetos Estratégicos - Windows Internet Explorer

http://trfnet.trf2.gov.br/cegest/cgi-bin/cegest.exe/sys/start.htm?tpl=home

Favortos Início - Projetos Estratégicos... Início - Projetos Estratégicos... Início - Projetos Estratégicos... Início - Projetos Estratégicos... Início - Projetos Estratégicos... Início - Projetos Estratégicos...

Início - Projetos Estratégicos

Página Segurança Ferramentas

Informações Gerenciais da Justiça Federal da 2ª Região

Projetos Estratégicos | Portal de Estatísticas | Justiça em Números - CNJ | Relatório Projeção 2011

Todos os sites

Projetos em Foco

Tipo	Título	Sit
Não há itens a serem mostrados neste modo de exibição da lista "Projetos".		

Projetos TRF 2ª Região

Título	Responsável	Gerente	Prazo	Situação
100 - TRF2 (43)				
Demandante - ACOS (1)				
Demandante - AGOR (2)				
Demandante - AREP (2)				
Demandante - CCJP (1)				
Demandante - CEGEST (1)				
Demandante - CORUEP (4)				
Demandante - Corregedoria (1)				
Demandante - EIMAF (1)				
Demandante - INOPI (1)				
Demandante - Presidência (3)				
Demandante - Secretaria Geral (1)				
Demandante - SED (7)				
Demandante - SES (5)				
Demandante - SRH (5)				
Demandante - STT (5)				

Sumário

Documentos

- Biblioteca do Escritório
- Documentos de Projeto
- Capacitação e Treinamento
- Acompanhamento dos Projetos Estratégicos

Listas

- Projetos
- Agenda

Discussões

Sites

Pessoas e Grupos

Indicadores

Agenda

Hora de Início	Título	Projeto
23/2/2011 12:00	teste de agendamento	

Intranet local (Modo Protegido): Desativado

Concomitante aos projetos regionais, a JF - 2ª Região não mediu esforços para alcançar o cumprimento das Metas do Poder Judiciário, tanto as pendentes dos anos de 2009 e 2010, quanto às relativas ao ano de 2011.

No início de 2011, foram consideradas pendentes de cumprimento as seguintes metas nacionais, as quais seriam acompanhadas pelo CNJ.

TABELA 3: METAS NACIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO PENDENTES NA 2ª. REGIÃO

Metas Nacionais para 2011
Meta 1. Criar unidade de gerenciamento de projetos nos tribunais para auxiliar a implantação da gestão estratégica.
Meta 2. Implantar sistema de registro audiovisual de audiências em pelo menos uma unidade judiciária de primeiro grau em cada Tribunal.
Meta 3. Julgar quantidade igual a de processos de conhecimento distribuídos em 2011 e parcela do estoque, com acompanhamento mensal.
Meta 4. Implantar pelo menos um programa de esclarecimento ao público sobre as funções, atividades e órgãos do Poder Judiciário em escolas ou quaisquer espaços públicos.
Meta 9.(*). Implantar processo eletrônico judicial e administrativo em 70% das unidades de primeiro e segundo grau até dezembro de 2011. (*) meta específica para o segmento Justiça Federal
Metas Prioritárias para 2010
Meta 2. Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) até 31/12/2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do Tribunal do Júri, até 31/12/2007;
Meta 3. Reduzir em pelo menos 10% o acervo de processos na fase de cumprimento ou de execução e, em 20%, o acervo de execuções fiscais; (referência: acervo em 31/12/2009);
Meta 4. Lavrar e publicar todos os acórdãos em até 10 dias após a sessão de julgamento.
Metas de Nivelamento de 2009
Meta 2. Identificar os processos judiciais mais antigos e adotar medidas concretas para o julgamento de todos os distribuídos até 31/12/2005 (em 1º, 2º grau ou tribunais superiores).

Foi designado pela Presidência do TRF - 2ª Região através da Portaria nº 2011/591, de 31/05/2011, alterada, posteriormente, pelas portarias nº 2011/719, de 28/07/2011 e T2-PTB nº 2011/00078, de 14/10/2011, um desembargador federal como gestor coordenador das metas nacionais de 2011 e das metas remanescentes ainda não cumpridas na 2ª Região, com a atribuição de gerenciamento e controle para o efetivo cumprimento das mesmas até 31/12/2011, bem como representar o TRF- 2ª Região perante o CNJ e o CJP.

A partir de 2011, o CNJ iniciou nova configuração da gestão das metas com a criação das subcomissões nacionais de metas, por segmento do Judiciário. Através da Portaria CNJ nº 044, de 27/05/2011, foi instituída a Subcomissão de Metas da Justiça Federal, com o objetivo de facilitar a interlocução com o CNJ e os tribunais, recebendo dúvidas, sugestões e demandas referentes às metas atuais, ao glossário e ao sistema de informação, bem como a apresentação de propostas de novas metas para 2012 e 2013, a serem votadas nos encontros anuais do Poder Judiciário, conforme Resolução nº 70, do CNJ.

A nova configuração da gestão das metas por intermédio das Subcomissões teve como benefício permitir maior aprofundamento dos temas e mais interação entre cada ramo da justiça e o CNJ, propiciando a redação de propostas de metas e de glossários mais adequados para 2012 e 2013, com atenção às peculiaridades de cada Justiça.

Assim, com o intuito de subsidiar as reuniões de trabalho com a referida Subcomissão, os gestores da Justiça Federal levaram ao conhecimento do CNJ as seguintes dificuldades enfrentadas para o cumprimento integral das metas nacionais referentes aos anos de 2009 e 2010:

- **Meta 2/2009 e 2/2010:** O cumprimento integral dessas Metas encontra-se prejudicado por fatores como o retorno de autos de instâncias superiores para novo julgamento e o sobrestamento de processos que aguardam julgamento de recursos. Diante disso, definiu-se a necessidade de rever o critério de cumprimento para os Tribunais que continuam acompanhando. Sugeriu-se estabelecer um percentual satisfatório de cumprimento, porém o CNJ optou por continuar com a atual sistemática de avaliação.

- **Meta 3/2010:** Sugeriu-se desconsiderar do glossário as cartas, os sobrestados, os suspensos, os arquivados, os pendentes de RPV e outros que retardam seu cumprimento. O alvo móvel também foi apontado como fator “dificultador”. Definiu-se que o CNJ fará uma avaliação dos processos que deverão ser contabilizados, a fim de harmonizar o entendimento entre os Tribunais.

- **Meta 4/2010:** Foi sugerido que a contabilização do grau de cumprimento leve em conta o resultado acumulado ao longo do período e não no mês de referência e que os “dias” sejam considerados como “dias úteis” e que “publicar” seja alterado para “tornar público”. As alterações sugeridas foram incorporadas ao novo glossário das metas, a partir de setembro/2011.

Ao final de 2011, o desempenho no cumprimento das metas nacionais fixadas para o exercício atingiu o índice de 100%, evidenciando os esforços de magistrados e servidores da 2ª Região na busca de um desempenho de excelência.

No tocante às metas remanescentes de 2009 e 2010, embora não se tenha alcançado o percentual de 100%, o desempenho obtido foi bem expressivo, como demonstrado abaixo:

- Meta nº 2 (englobando o total da Meta 02/2009 e 2010) aumentou de 85,7% em dezembro/2010 para 92,4% em 2011, restando o saldo de processos para julgar de 6.194 processos

na 2ª Região. Vale lembrar que o saldo inicial da meta nº 02 (base: 31/12/2008) montava 81.765 processos;

- Meta nº 3/2010 foi cumprida parcialmente, pois na parcela estabelecida de redução de 10% no acervo de processos na fase de execução foi atingido o percentual de 21,5%, enquanto no acervo de execução fiscal foi verificado um aumento no acervo na ordem de 14,8%, ao contrário da redução fixada de 20%.

- Meta nº 4/2010 atingiu em dezembro/2011 um percentual de 84,5% de publicação dos acórdãos em até 10 dias após a sessão de julgamento, comparado ao índice obtido no ano anterior de 52,5%.

O desempenho geral da JF - 2ª Região pode ser visualizado na tabela 4 a seguir.

TABELA 4: GRAU DE CUMPRIMENTO DAS METAS NACIONAIS PELA 2ª. REGIÃO

Metas Nacionais para 2011	Grau de Cumprimento (%)
Meta 1. Criar unidade de gerenciamento de projetos nos tribunais para auxiliar a implantação da gestão estratégica.	100%
Meta 2. Implantar sistema de registro audiovisual de audiências em pelo menos uma unidade judiciária de primeiro grau em cada Tribunal.	100%
Meta 3. Julgar quantidade igual a de processos de conhecimento distribuídos em 2011 e parcela do estoque, com acompanhamento mensal.	100%
Meta 4. Implantar pelo menos um programa de esclarecimento ao público sobre as funções, atividades e órgãos do Poder Judiciário em escolas ou quaisquer espaços públicos.	100%
Meta 9.(*). Implantar processo eletrônico judicial e administrativo em 70% das unidades de primeiro e segundo grau até dezembro de 2011. (*) meta específica para o segmento Justiça Federal	100%
Metas Prioritárias para 2010	Grau de Cumprimento (%)
Meta 2. Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) até 31/12/2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do Tribunal do Júri, até 31/12/2007;	84,6%
Meta 3. Reduzir em pelo menos 10% o acervo de processos na fase de cumprimento ou de execução e, em 20%, o acervo de execuções fiscais; (referência: acervo em 31/12/2009);	21,5%(execução não fiscal) -14,8% (execução fiscal)
Meta 4. Lavrar e publicar todos os acórdãos em até 10 dias após a sessão de julgamento.	87,3% (dez 11) 74,4%(acum11)

Metas de Nivelamento de 2009	Grau de Cumprimento (%)
Meta 2. Identificar os processos judiciais mais antigos e adotar medidas concretas para o julgamento de todos os distribuídos até 31/12/2005 (em 1º, 2º grau ou tribunais superiores).	94,1%

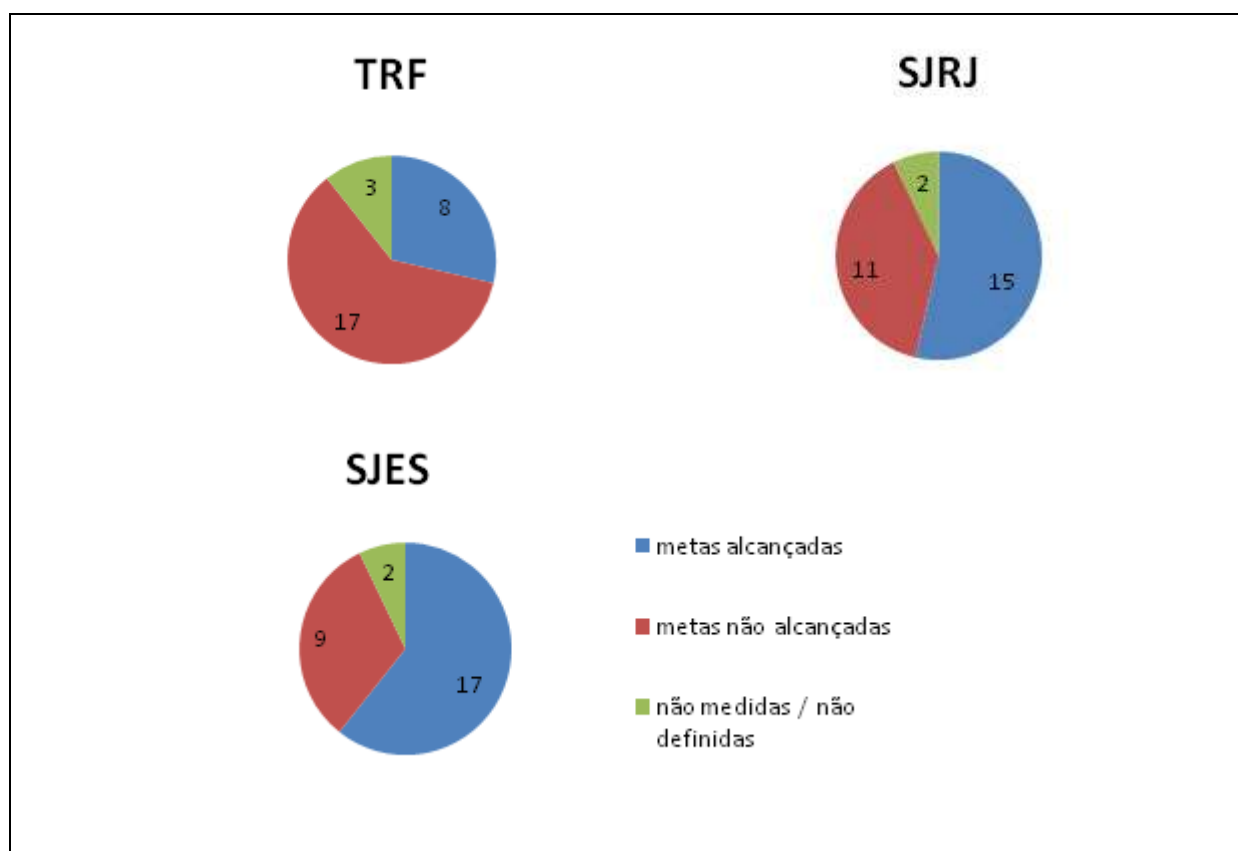
Durante o 5º Encontro Nacional do Judiciário, realizado em Porto Alegre, em novembro de 2011, foram aprovadas pelos Presidentes dos 90 tribunais do país as novas metas que deverão ser perseguidas pelo Poder Judiciário para 2012. Uma das inovações do CNJ, no Encontro, foi a antecipação da votação de duas metas de produtividade para 2013, de forma a permitir que os tribunais tenham tempo de planejar e incluir no orçamento os recursos para projetos e ações que vão auxiliar no cumprimento de tais objetivos.

3 - INDICADORES DE PARÂMETROS UTILIZADOS PARA AVALIAÇÃO DE OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E PROGRAMÁTICAS

O desempenho estratégico da JF - 2ª Região é monitorado através da mensuração trimestral e consolidação anual de 28 indicadores estratégicos, ocasião em que é analisado o alcance das metas estabelecidas no plano estratégico, tanto para o TRF- 2ª Região como para as seccionais vinculadas.

Para cada um dos indicadores foi proposta uma meta anual a ser atingida, com a descrição de como sua valoração seria aferida, de modo a bem demonstrar os resultados da gestão, indicando-se, inclusive, qual unidade seria o responsável pelo acompanhamento daquela medição, o que permitiu, didaticamente, o envolvimento das diversas áreas na execução do planejamento, otimizando o controle das ações estratégicas estabelecidas para o período em análise.

A seguir apresentam-se os gráficos de desempenho das metas do planejamento estratégico e uma tabela resumo, contendo os 28 indicadores estratégicos com os respectivos resultados alcançados em 2009, 2010 e 2011.

GRÁFICO: ALCANCE DAS METAS ESTRATÉGICAS (em unidades)

Fonte: CEGEST/TRF – 2ª Região

FIGURA – COMPARATIVO DESEMPENHO INDICADORES 2009/2010/2011

INDICADOR	ÓRGÃO											
	TRF2						SRJ					
	REALIZADO			META			REALIZADO			META		
	2009	2010	2011	2011	2011	2011	2009	2010	2011	2011	2011	2011
1 Satisfação da Sociedade	85,8%	82,7%	84,5%	91%	NM	91%	ND	NM	NM	91%	NM	91%
2 Idade do Acervo (TRF e 1º Grau)	22%	16%	14,5%	12%	46%	48%	46%	55,5%	48%	36%	47%	45,1%
3 Idade do Acervo (JEF)	NA	NA	NA	NA	5%	9%	49%	2,3%	9%	0%	4%	8%
4 Congestionamento (Fase Conhecimento - TRF e 1º Grau)	46%	50%	46,6%	40%	49%	66,8%	40%	46%	66,8%	43%	35%	64,9%
5 Congestionamento (Fase Conhecimento - JEF)	NA	NA	NA	NA	34%	45,4%	53%	53%	45,4%	28%	60%	67,9%
6 Tramitação do Processo (Administrativo)	55%	41,3%	32%	70%	NM	65%	NM	59,9%	65%	60%	27%	74,2%
7 Despesa por Processo	R\$ 3.608,43	R\$ 4.575,21	R\$ 4.305,74	R\$ 3.600,00	R\$ 1.850,86	R\$ 2.140,43	R\$ 2.044,69	R\$ 2.040,00	R\$ 2.040,00	R\$ 2.671,53	R\$ 3.474,38	R\$ 2.940,00
8 Virtualização de Processos (TRF e 1º Grau)	0%	0%	0,01%	60%	ND	86,8%	85,3%	100%	100%	ND	80%	100%
9 Virtualização de processos (JEF)	0%	0%	NA	NA	ND	99,4%	99,8%	100%	100%	ND	84%	99,2%
10 Processos de Trabalho	0,5%	3,5%	ND	90%	ND	16,6%	ND	90%	90%	ND	6,4%	ND
11 Magistrados por Habitantes	0,13	0,13	0,18	0,14	1,34	1,35	1,05	1,32	1,19	1,19	0,9	1,16
12 Interiorização da Justiça	NA	NA	NA	NA	19,6%	21,7%	21,7%	21,7%	21,7%	6,6%	7,9%	6,4%
13 Congestionamento (Fase Execução 1º Grau)	NA	NA	NA	NA	90%	87,5%	84%	88,5%	91,5%	88%	88,5%	82%
14 Congestionamento (Fase Execução - JEF)	NA	NA	NA	NA	61%	42,7%	41%	55%	44,5%	68%	44,1%	62%
15 Iniciativas Sociais	ND	381	405	385	ND	9	12	10	ND	ND	8	20
16 Pessoas Beneficiadas pelas Iniciativas	ND	114.119	138.518	125.000	ND	1.086	1.628	700	ND	ND	3.220	3000
17 Consumo de Papel (resmas por capita)	13,6 resmas	6,4 resmas	9,7 resmas	7 resmas	11 resmas	7,75 resmas	9,9 resmas	10 resmas	13,15 resmas	7,2 resmas	14,5 resmas	11,4 resmas
18 Consumo de Água (m³ per capita)	22,3 m³	23,6 m³	24,8 m³	21,6 m³	20,3m³	17,8m³	17,9m³	20,5 m³	17m³	14,8m³	14,5m³	16 m³
19 Consumo de Energia Elétrica (Kwh per capita)	4.577 Kwh	4.928 Kwh	4.957 Kwh	4.609 Kwh	2.035 Kwh	3.673 Kwh	3.513 Kwh	2.075 Kwh	1.902 Kwh	2.087 Kwh	2.491 Kwh	1.800 Kwh
20 Responsabilidade Ambiental	36	52	54	42	7	18	15	10	ND	ND	6	16
21 Projetos Estratégicos Executados no Prazo	ND	77%	50%	80%	ND	100%	66%	80%	ND	72%	85,7%	80%
22 Convênios de Cooperação Técnica	70%	100%	100%	75%	ND	66%	100%	88%	ND	100%	100%	65%
23 Mídia Positiva	74%	88,3%	55,4%	81%	ND	NM	66,7%	80%	ND	91,5%	81,5%	80%
24 Satisfação dos Servidores com a Comunicação Interna	ND	NM	40,9%	50%	ND	NM	64,2%	75%	ND	NM	36,5%	50%
25 Capacitação	25%	22%	18,8%	27,5%	ND	36,5%	45%	27,5%	ND	29%	28%	27,5%
26 Clima Organizacional	ND	NM	54,9%	55%	ND	NM	76,3%	55%	ND	NM	67,9%	55%
27 Absenteísmo	6%	3,3%	3,2%	6%	ND	5,8%	5,6%	6%	ND	4,3%	3,7%	6%
28 Padrões Mínimos de TI	ND	70%	81,5%	40%	ND	75%	87,5%	85%	ND	NM	62,9%	40%
29 Satisfação com as Instalações	ND	ND	63,6%	75%	ND	ND	80,5%	74%	ND	ND	87,2%	65%
30 Disponibilidade de Serviços de TI	ND	98,6%	97,4%	98%	ND	93,7%	94,1%	98%	20%	96,4%	97,9%	98%
31 Orçamento Estratégico	13,8%	3,1%	4,5%	15,5%	11,9%	1,7%	2,5%	15%	18,5%	1,7%	5,1%	15%
32 Execução do Orçamento Estratégico	NM	60,2%	77%	85%	ND	95%	100%	85%	ND	95%	58,8%	85%

Legenda:	NA = Não se aplica	ND = Não definido
	NM = Não medido	

Fonte: CEGEST/TRF – 2ª Região

A partir do estudo do alcance global das Metas Estratégicas, consolidadas na tabela anterior, demonstra-se, abaixo, o desempenho geral da estratégia da 2ª Região ao longo do exercício:

INDICADORES	METAS 2010	Desempenho Médio (%)	METAS 2011	Desempenho Médio (%)
Metas Alcançadas	10	35,7%	13	46,4%
Metas Não Alcançadas	11	39,3%	12	42,9%
Não Medidas/Não Definidas	7	25%	3	10,7%
TOTAL	28	100%	28	100%

Fonte: CEGEST/TRF – 2ª Região

Apura-se o alcance, em média, de 13 metas, o que nos revela um desempenho positivo em torno de 46% de um total de 28 (vinte e oito) indicadores, portanto, superior ao registrado no ano anterior que foi de 36%.

O percentual médio de 43% das metas não alcançadas revela-se um importante alerta para a busca de melhorias e mudança de patamar de desempenho.

Quanto às metas não medidas, importante destacar que dentre elas, está uma diretamente relacionada ao andamento do projeto nacional do SIGJUS, gerenciada pelo CJF, o qual foi suspenso no corrente ano e as metas das seccionais relativas à pesquisa de satisfação dos usuários.

Vale registrar que a pesquisa do clima organizacional de magistrados e servidores, levada a efeito pelo CNJ em setembro/2011, possibilitou a aferição de três indicadores relacionados a mesma, quais sejam, o clima organizacional de magistrados e servidores, a satisfação com a comunicação interna e a satisfação com as instalações físicas. Na ocasião foi constatado que todos os órgãos da 2ª Região sofreram avaliação positiva no indicador do Clima Organizacional, em média de 71,5%, superando à meta estabelecida no plano estratégico de 55%.

Já a “Pesquisa de Satisfação dos Usuários do TRF- 2ª Região”, realizada anualmente desde 2001, apresentou índice de 84,5% de aprovação, com melhora sobre o ano anterior que foi de 82,7%, embora não tenha atingido à meta fixada para 2011 de 91%.

As pesquisas são importantes instrumentos de gestão e planejamento não apenas para determinar a satisfação com os serviços prestados pelo Judiciário, mas para desenvolver estratégias visando a melhoria dos mesmos para os usuários externos (partes, advogados, estagiários e outros interessados) e usuários internos (magistrados e servidores).

No tocante à despesa por processo baixado, cabe ressaltar a queda do índice, tanto no TRF- 2ª Região, como nas seccionais, sendo que no 1º grau o valor médio da despesa foi de R\$ 1,9 mil, enquanto no 2º grau ficou em torno de R\$ 4,3 mil por processo, em decorrência, principalmente, do volume de processos baixados.

Outro aspecto que merece destaque refere-se aos indicadores que medem a idade do acervo processual, os quais apresentaram queda gradativa nos últimos anos analisados, face ao grande esforço realizado no cumprimento das metas nacionais nº 2/2009, 2/2010 e 3/2011, que visam julgar os processos mais antigos em tramitação.

Os indicadores que não haviam sido avaliados em 2010, em função do não estabelecimento de metas no planejamento estratégico pela inexistência de uma linha de base, foram objeto de reavaliação por ocasião da mensuração realizada em 2011, propiciando uma análise mais criteriosa das metas.

Por fim, ressalta-se que os esforços devem se concentrar para melhorar o desempenho, buscando atingir níveis satisfatórios nas metas ainda não alcançadas, bem como para aumentar ou manter o desempenho daquelas que já se situam em índices positivos.

Os indicadores desenvolvidos servirão para corrigir e direcionar os rumos da estratégia para que todos os resultados possam ser alcançados. Sinalizam, também, se os projetos vinculados e as iniciativas são suficientes para o alcance das metas.

As fichas da totalidade dos indicadores podem ser observadas no Anexo II – Matriz dos Indicadores Estratégicos da 2ª Região.

4 – PROGRAMAS E AÇÕES EXECUTADOS NO EXERCÍCIO DE 2011

4.1 - PROGRAMA: 0569 – Prestação Jurisdicional na Justiça Federal

Objetivo: Garantir o exercício do direito por meio da prestação dos serviços jurisdicionais, observando o disposto nos artigos 108 e 109 da Constituição Federal e legislação complementar.

4.1.1 - Demonstrativo da Dotação/Execução do Programa/Atividades/Projetos:

AÇÃO: ATIVIDADE	Dotação Autorizada		Execução ⁽¹⁾	
	Orçamentária	Física	Liquidado	Física
Ação: Assistência Médica e Odontológica dos Servidores, Empregados e Dependentes ⁽¹⁾ Produto: Pessoa beneficiada (unidade) UO 12101: O valor de R\$ 2.606.680,00 foi empenhado pelo TRF 2ª Região (UO 12103) e se refere ao pagamento do Plano de Saúde dos magistrados e servidores da Justiça Federal de 1ª Grau, cujo contrato firmado pelo TRF-2ª Região, engloba as Seções Judiciárias (RJ e ES). (Dotação autorizada: R\$ 2.607.540,00). Desse total, R\$ 129.088,77 referem-se a Empenhos a Liquidar.”). UO 12103: RP não processados:	3.187.880,00	3.311	2.873.493,20 198.092,96	2.271 1.359
Ação: Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados Produto: Criança de 0 a 5 anos atendida (unidade) UO 12103: RP não processados:	768.000,00	190	753.670,25 0,00	181 0
Ação: Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados Produto: Servidor beneficiado (unidade) UO 12103: RP não processados:	528.290,00	314	509.452,88 0,00	267 0

AÇÃO: ATIVIDADE	Dotação Autorizada		Execução ⁽¹⁾	
	Orçamentária	Física	Liquidado	Física
Ação: Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados Produto: Servidor beneficiado (unidade) UO 12103: RP não processados:	8.415.326,00	1.067	8.359.482,20 55.843,80	1.091 0
Ação: Capacitação de Recursos Humanos Produto: Servidor capacitado (unidade) UO 12103: RP não processados	976.000,00	653	714.006,55 101.696,54	924 0
Ação: Assistência Jurídica a Pessoas Carentes Produto: Pessoa assistida (unidade) UO 12103: RP não processados	15.000,00	40	2.431,57 0,00	8 0
Ação: Funcionamento do Centro Cultural Justiça Federal Produto: Centro cultural mantido (unidade) UO 12103: RP não processados	4.169.942,00	1	3.256.572,78 913.250,96	1 0
Ação: Julgamento de Causas na Justiça Federal Produto: Processo julgado (unidade) UO 12101: “O valor de R\$ 7.056.000,00 foi empenhado pelo TRF 2ª Região (UO 12103) e se refere ao pagamento dos estagiários; ao pagamento do contrato de prestação de serviços de manutenção, suporte técnico e atualização dos Sistemas de Acompanhamento Processual e Sistema de folha de pagamento da Justiça Federal de 1º Grau. (Dotação autorizada: R\$ 7.056.000,00). Desse total, R\$ 961.301,83 referem-se a Empenhos a Liquidar” UO 12103: RP não processados:	206.088.104,00	87.000	195.191.613,34 10.889.371,95	79.119 0

AÇÃO: ATIVIDADE	Dotação Autorizada		Execução ⁽¹⁾	
	Orçamentária	Física	Liquidado	Física
Ação: Modernização de Instalações da Justiça Federal. Produto: Instalação modernizada (unidade) UO 12103: RP não processados	374.624,00	1	13.125,00 361.498,39	0 1
Ação: Implantação de Sistema Integrado de Gestão de Informação Jurisdicional na Justiça Federal (E-Jus). Produto: Sistema implantado (% de execução física) UO 12101: RP não processados:	10.277.213,16		677.300,00 9.599.340,60	
Ação: Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do Regime de Previdência dos servidores públicos federais. Produto: UO 12103: RP não processados	28.414.808,58		27.739.225,06 57.000,00	

Fonte: SIGPLAN/2011

Obs.:

1 - Foram computados inclusive os valores relativos a conta "Crédito Pago – Folha" efetivamente liquidados

2 – Em relação à Ação CRH, o treinamento ocorreu no exercício de 2011.

4.1.2 - Resultado da Execução do Programa 0569

4.1.2.1 - Assistência Médica e Odontológica - 2004

Em cumprimento ao art. 230 da Lei nº 8.112/90, com a redação dada pela Lei nº 9.656, de 03/06/98 e Resolução CJF nº 2 de 20/02/08, bem como, com a redação dada pela Lei nº 9.527, de 10/12/97, foram alocados recursos visando a assegurar aos servidores, aos magistrados e aos dependentes uma perfeita saúde física e mental para proporcionar melhor desempenho funcional e aumento da capacidade laborativa. Envolve despesas com serviços especializados de assistência médico-hospitalar, englobando os segmentos ambulatorial, hospitalar e obstetrícia, odontologia, serviços de assistência social e psicológica e a aquisição de equipamentos, medicamentos, vacinas, materiais de consumo e serviços de manutenção de equipamentos hospitalares e odontológicos.

Verifica-se que foi alcançada média mensal de 2.271(*) beneficiários. A meta de 3.311 não foi alcançada, haja vista que, à época da elaboração da Proposta Orçamentária para 2011, foi considerado que haveria a adesão total dos magistrados, servidores e dependentes que ainda não estavam cadastrados no Programa, o que, efetivamente, não ocorreu ao longo do exercício. Outro aspecto relevante foi o fato de alguns servidores terem migrado para planos de saúde oferecidos por outros órgãos públicos, o que afastou o direito de receber o auxílio-saúde pelo TRF- 2ª Região, tendo em vista ser vedada a acumulação de benefícios da mesma natureza percebidos pelos cofres públicos. Nesse sentido, embora formalmente a meta realizada tenha sido inferior, foram adotadas todas as medidas gerenciais ao pleno atendimento dos benefícios sociais, tendo sido alcançado o objetivo do Programa.

(*) **Fonte:** SIGPLAN/DEZ/2011.

No campo da valorização do servidor e no investimento nos aspectos motivacionais, foram desenvolvidos vários programas voltados ao bem-estar físico e psicossocial.

Em cumprimento ao disposto no artigo 206-A da Lei nº 8.112/90, introduzido pelo artigo 317 da Lei 11.907/09, que acrescentou a exigência de Exame Médico Periódico - EMP para os servidores, o TRF- 2ª Região convocou, ao longo do exercício de 2011, 765 servidores de idade igual ou superior a 45 anos, sendo realizados 302 exames.

Essa ação se conjuga a outras que objetivam proporcionar condições para o acompanhamento e a valorização do bem maior do ser humano, a saúde. Essa preocupação do legislador encontra ressonância também no fomento do clima organizacional adequado, contando com servidores motivados, satisfeitos e produtivos.

Com relação às ações executadas à conta dessa Atividade, cabe destacar:

EVENTO	BENEFICIÁRIO	QTD
Campanha de Vacinação contra o vírus Influenza	magistrados, servidores, estagiários e prestadores de serviço.	1.050
Programa de Apoio à Psiquiatria e Psicologia	magistrados e servidores do Quadro de Pessoal (ativo) do TRF da 2ª Região.	34*
Programa de Fornecimento de Medicamentos para Doenças Crônicas	magistrados e servidores <u>ativos e inativos</u> do Quadro do TRF- 2ª Região.	157
Programa de Fornecimento de Medicamentos para Doenças Agudas	magistrados e servidores em exercício no TRF- 2ª Região	759

*Média Mensal

Fonte: Planilha fornecida pela Divisão de Assistência Médica, Odontológica e Social - DIMED/SRH.

4.1.2.2 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes – 2010

Esta ação permite assegurar a assistência pré-escolar aos dependentes dos magistrados e servidores, na faixa etária de 0 a 5 anos (incluindo os excepcionais cujo desenvolvimento corresponde à idade mental relativa à faixa etária estabelecida), em cumprimento ao disposto no art. 7º, inciso XXV, da Constituição Federal/88, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 20/12/06, no art. 54, inciso IV, da Lei nº 8.069/90, regulamentado pela Resolução nº 4/CJF, de 14/03/08.

Consigna-se que o auxílio Assistência pré-escolar aos dependentes teve como teto o valor de R\$ 450,00, valor previsto na Portaria nº 005/CJF, de 29/01/10, e pago através da tabela de cotas-parte dos beneficiários e do TRF- 2ª Região, conforme percentual fixado na Resolução nº 4/CJF, de 14/03/08.

Registra-se a média mensal de 181 beneficiados (*Fonte: SIGPLAN/DEZ/2011*).

O fato de a meta atingida haver sido inferior àquela estabelecida na LOA (190) decorreu das seguintes circunstâncias: ingresso de novos beneficiários inferior ao inicialmente previsto e exclusão de crianças cadastradas por atingirem a idade-limite. Convém salientar, no entanto, que o objetivo da ação foi alcançado, uma vez que todos aqueles que requereram o benefício foram atendidos.

4.1.2.3 – Auxílio-Transporte aos Servidores – 2011

Trata-se de prestação de benefício transporte, sob a forma de pecúnia, em caráter indenizatório ao servidor ativo, permitindo, assim, o auxílio no custeio das despesas com deslocamento do servidor da residência aos locais de trabalho.

O benefício encontra amparo na Medida Provisória nº 2.165-36, de 23/08/01, publicada no D.O.U. de 24/08/01; Resolução nº 4/CJF, de 14/03/08 e Resoluções nº 12/ TRF- 2ª Região, de 22/09/00 e nº 28/ TRF- 2ª Região, de 18/10/01.

Verifica-se que a média mensal alcançou 267 beneficiários (*Fonte: SIGPLAN/DEZ/2011*).

O quantitativo apurado foi inferior à meta prevista (314), em virtude dos seguintes fatores: a adesão ao benefício não foi vantajosa para uma parcela dos servidores; exclusões voluntárias (em virtude de os valores devidos serem ínfimos); e exclusões em decorrência de exonerações, óbitos e aposentadorias. Todavia, assinala-se que o objetivo da ação foi atingido, uma vez que todos aqueles que requereram o benefício foram plenamente atendidos.

4.1.2.4 - Auxílio-Alimentação aos Servidores – 2012

Esta atividade refere-se à prestação de benefício-alimentação, sob a forma de pecúnia, pago no mês anterior ao da competência do benefício, nos termos do disposto no art. 22 da Lei nº 8.460, de 17.09.92, com a redação dada pelo art. 3º da Lei nº 9.527, de 10/12/97, sendo regulamentada para servidores através da Resolução nº 4/CJF, de 14/03/08 e Resolução nº 10/ TRF- 2ª Região, de 04/04/05, e para magistrados, conforme Resolução nº 175/CJF, de 16/12/11.

Valor mensal de R\$ 630,00, concedido para o período de 01/07/09 a 19/12/11, previsto no art. 1º da Portaria nº 0088/CJF, de 30/11/09, e de R\$ 710,00, concedido a partir de 20/12/11, conforme Portaria Conjunta nº 5, de 5/12/11, do Conselho Nacional de Justiça, dos Tribunais Superiores, do Conselho da Justiça Federal, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

Registrou-se média mensal de 1.091 beneficiários (*Fonte: SIGPLAN/DEZ/2011*).

A meta (1.067) foi ultrapassada, tendo em vista que o quantitativo previsto não incluiu magistrados, cujo direito ao benefício foi reconhecido durante a execução do Orçamento de 2011 (Resolução nº 133, de 21/06/11, do CNJ e pelas Resoluções nºs 175, de 16/12/11, e nº 180, de 26/12/11, ambas do CJF).

4.1.2.5 - Capacitação de Recursos Humanos – 4091

Os recursos alocados nesta Atividade destinam-se à execução de despesas com a qualificação dos magistrados e servidores através da compra de livros e outros materiais didáticos e da reciclagem e aprimoramento de seus conhecimentos, envolvendo a realização e participação em cursos, seminários, treinamentos, seminários, palestras e outros eventos do gênero, nas áreas jurídica, administrativa, tecnológica, comportamental e afins.

A atividade em tela reveste-se de relevância na conquista de instrumental moderno e atualizado, por parte de magistrados e servidores, de forma a que a prestação de nossos serviços alcance a excelência almejada pela sociedade.

Considerando os esforços da Administração para promover o aperfeiçoamento de sua força de trabalho, conforme dispõe o art. 39, § 2º da Constituição Federal e a Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, verifica-se que o número de treinandos em 2011, 924(*), ficou superior ao constante na Lei Orçamentária nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011, que estabeleceu a meta de 653 servidores capacitados.

(*) *Fonte: SIGPLAN/DEZ/2011*.

O TRF - 2ª Região dispõe, na função de gerente, de 331 servidores – sendo 167 cargos em comissão (CJ) e 164 funções comissionadas (FC), tendo sido treinado o quantitativo de 186 gerentes, o que representa, aproximadamente, 56,19% desses servidores. Certamente, a Lei nº 11.416/2006 reforçou o próprio espírito do treinamento, alinhando a motivação, a valorização do esforço pessoal e o foco principal no capital intelectual.

Na Área de Recursos Humanos, foram treinados 776 servidores, o que representa cerca de 61,34% da Força de Trabalho do TRF- 2ª Região, em 31/12/11 (1.265 servidores ativos).

Considerando todos os treinamentos realizados pelos servidores, apura-se um total de 1.339 capacitados, o que demonstra que os servidores, em média, participaram de dois eventos no ano.

Coube à Escola de Magistratura Regional Federal da 2ª Região - EMARF o treinamento de 148 magistrados.

Elencam-se os principais eventos de treinamento ocorridos no exercício de 2011:

- Na área de Desenvolvimento Gerencial: “1ª Conferência de Dirigentes do TRF – 2ª Região”, de 1º a 3 de setembro, que reuniu todos os dirigentes das áreas judiciária e administrativa do TRF- 2ª Região; “1ª Conferência de Dirigentes do TRF – 2ª Região, 2ª Fase”, de 7 a 9 de novembro, que reuniu todos os dirigentes da área administrativa da 2ª Região (TRF- 2ª Região – SJRJ – SJES); “Gestão Estratégica de Processos” e “Gestão Estratégica para Sustentabilidade”;
- Na área jurídica: “Desaposentação”, “Prisão, outras Medidas Cautelares e Liberdade Provisória na Lei 12.403/2011” e “Aposentadoria Especial”;
- Na área de Recursos Humanos: “Prático de GFIP/SEFIP na Administração Pública” e “Programa de Inclusão para Pessoas com Deficiência: Perspectivas e Desafios”;
- Na área de Informática: “Compartilhando e Protegendo seus Dados na Rede” e “Acessibilidade na Web”;
- Na área de Administração/Orçamento: “Avaliação de Controles Internos”;
- Na área de Documentação: “Bibliotecas Digitais” e “Gestão e Preservação de Arquivos Digitais”.

Na área de capacitação dos magistrados, é importante destacar a atuação da Escola da EMARF, que com o trabalho de suas 13 Comissões Temáticas e com a consolidação de parcerias com órgãos de referência no cenário nacional, promoveu, ao longo do ano de 2011, um total de 83 eventos, distribuídos em Grupos de Estudos, Grupos de Trabalho, Fóruns, Programa de Estudos Avançados e Cursos de Ensino a Distância, contabilizando, ao final do exercício, o treinamento de 148 Magistrados.

Por intermédio do recurso do “Ensino à Distância – EAD”, ferramenta valorizada pelo CNJ na tarefa de capacitação, foram oferecidos pela EMARF, junto com a participação de outras instituições, 9 treinamentos com carga horária total de 425 horas/aula: “A formação humanista do juiz e a instrutoria em EAD”; “Do papel ao alcance das metas – o desafio de medir o desempenho”; “Aspectos controvertidos na cobrança do PIS e da CONFINS”; “Reforma do Código de Processo Penal”; “Plano de gestão de varas criminais”; “Planejamento estratégico e gestão de projetos”; “Produção do texto no processo eletrônico”; “Gestão para o funcionamento de varas criminais e de execução penal” – 2ª edição; e “Curso sobre o sistema de processo judicial eletrônico” – módulo I.

No campo das parcerias com outras entidades também voltadas para as atividades de capacitação e desenvolvimento profissional, a EMARF mantém 11 convênios de cooperação técnica firmados com diversas instituições nacionais e internacionais (Escolas de Magistratura de outros Órgãos Públicos Federais e Estaduais, faculdades, universidades e associação e instituto de

classes) objetivando, sobretudo, a mútua realização de atividades acadêmicas, intercâmbios e o planejamento e implantação de projetos educacionais e de capacitação profissional. Em 2011, a EMARF obteve êxito em firmar esses tipos de convênios com o Tribunal Regional Eleitoral – TRE / Escola Judiciária Eleitoral - EJE, e o Instituto dos Advogados Brasileiros - IAB.

Nos Fóruns realizados no ano de 2011, que contaram com palestrantes das diversas áreas do Direito, de renomado destaque no mundo jurídico, inclusive internacional, dentre os quais merece destaque o de “Cooperação Jurídica Internacional e o novo Código de Processo Civil” que teve como palestrante o Ministro Luiz Fux, registrou-se também um significativo interesse na participação do público externo, entre operadores e estudantes de Direito, que totalizaram 2.324 inscritos.

4.1.2.6 - Assistência Jurídica a Pessoas Carentes - 4224

A Ação visa assegurar o acesso da população carente à assistência jurídica integral e o pleno exercício dos direitos e garantias individuais e coletivos previstos no art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal e envolve despesas com pagamento de honorários a defensores dativos, peritos, intérpretes e curadores especiais nomeados para a prestação desses serviços.

A execução da atividade assegurou a assistência jurídica integral e gratuita a 8(*) pessoas carentes que buscaram a proteção da Justiça Federal no âmbito do TRF- 2ª Região.

(*) **Fonte:** SIGPLAN/DEZ/2011.

O objetivo da ação foi cumprido, uma vez que todas as demandas apresentadas foram atendidas, embora a meta projetada tenha sido superior.

1.2.7 - Julgamento de Causas - 4257

Os recursos alocados nesta atividade asseguraram as condições necessárias à manutenção e ao funcionamento dos serviços desenvolvidos nas áreas administrativa e judiciária dos órgãos, garantindo a continuidade da prestação jurisdicional com a execução de despesas com a remuneração da força de trabalho; a realização de serviços indispensáveis ao funcionamento das atividades administrativas, como serviços de telefonia e telecomunicação, compra de material de consumo e permanente, assinaturas de jornais e periódicos e demais despesas administrativas; a realização de serviços de manutenção, conservação e reforma e modernização dos imóveis utilizados; a conservação e manutenção da frota de veículos oficiais; contratação de serviços e aquisição de equipamentos e produtos (*software*, *hardware*, periféricos, instalações) para o desenvolvimento e manutenção de sistemas corporativos informatizados, além do aumento e atualização da estrutura tecnológica utilizada, buscando disponibilizar soluções tecnológicas para a agilização e segurança do acesso da comunidade usuária às informações e atividades vinculadas à prestação jurisdicional da Justiça Federal.

Em 7/7/2011, foi submetida, à apreciação do Plenário do TRF-2ª Região, a revisão de metas já projetadas, por ocasião da organização do Plano Plurianual - 2012/2015.

De fato, a Presidência promoveu estudos, contando com a participação do Núcleo de Estatística - NUEST, vinculado à Secretaria de Tecnologia da Informação – STI, de forma a garantir que a proposição apresentada não ficasse distanciada do real potencial de alcance.

Alguns fatores contribuíram para que a meta prevista na Lei Orçamentária Anual (LOA para o exercício de 2011) não fosse alcançada. A alteração da força de trabalho relativa à parcela dos desembargadores federais - em razão de 3 aposentadorias, substituições por juízes convocados e à nomeação de 2 novos integrantes - impactou, de modo desfavorável, o rendimento dos Gabinetes, assim como o retardo na nomeação dos novos desembargadores;

A área de “Tributário” vem apresentando dificuldades na diminuição do acervo, o que vem afetando, de forma negativa, o cumprimento, tanto das metas estabelecidas pelo CNJ, quanto das previstas na LOA.

Motivo de ordem administrativo-gerencial relevante foi a atuação do CNJ com o estabelecimento de metas qualitativas, dentre outras, as que determinavam o julgamento dos feitos mais antigos.

Assim, além da meta fixada na LOA, observando-se a critério quantitativo, coube ao TRF- 2ª Região gerenciar e perseguir o cumprimento de metas fixadas pelo CNJ, sendo que boa parte desses últimos processos envolve níveis de complexidade variável. Mesmo assim, com a dedicação do corpo de magistrados e servidores foi possível alcançar 91% da meta prevista na LOA.

A cada novo exercício, há novas metas firmadas pelo CNJ em conjunto com todos os segmentos do Judiciário. Assim, quando uma determinada meta não é alcançada ao final do exercício de competência, ela permanece como pendente a ser cumprida no exercício subsequente.

Com base nesses dados, as projeções a partir de 2012 sofreram ajustes para adequar-se à nova realidade vivenciada pelo Judiciário, a partir das ações empreendidas pelo CNJ, levando em consideração, ainda, que as estimativas anteriores se basearam em aumentos lineares, tomando por referência números absolutos.

Portanto, o TRF-2ª Região alcançou 79.119 julgados correspondentes a 91% da meta de “Processos Julgados” prevista na Lei Orçamentária Anual - LOA (87.000). Do montante julgado, 1.892 referem-se à meta 2/CNJ (exercícios 2009 e 2010).

Conforme ressaltado, a aplicação dos recursos à conta da Atividade “Julgamento de Causas” garante a manutenção e funcionamento dos serviços desenvolvidos nas áreas judicial e administrativa. Embora não se proceda à enumeração exaustiva, compete destacar algumas ações empreendidas no exercício de 2011:

a) Ações voltadas à preservação e conservação do complexo predial que abriga a sede do TRF – 2ª Região, bem como à manutenção da qualidade ambiental:

- Prestação de serviços de levantamento e mapeamento de patologias das fachadas.

Resultado esperado: Identificar, com antecedência, possíveis pontos de infiltração e deslocamentos no revestimento externo, para eliminar qualquer risco de danos a pedestres, veículos e ao patrimônio público, bem como minimizar a desvalorização do imóvel, com os efeitos do desgaste provocados pelas chuvas.

- Fornecimento e substituição de carpete e papel de parede.

Resultado esperado: Recuperação do revestimento dos pisos e paredes, danificados pelo uso e desgaste do tempo, mantendo os ambientes em condições adequadas ao funcionamento do complexo predial.

- Limpeza robotizada e descontaminação interna do sistema de ar condicionado.

Resultado esperado: Estabelecer os padrões referenciais de qualidade do ar interior em ambientes climatizados artificialmente de uso público e coletivo, como forma de prevenção e garantia da saúde, segurança e o bem-estar dos ocupantes dos ambientes climatizados.

b) Aquisição de bens permanentes

- Aquisição de mobiliário e estações de trabalho.

Resultado esperado: Proporcionar, do ponto de vista dos usuários, melhorias nas condições de organização do trabalho e evitar problemas de saúde decorrentes de postura inadequada.

- Ampliação da plataforma de telecomunicações, atualização do sistema de tarifação e fornecimento de aparelhos de comunicação.

Resultado esperado: Possibilitar a melhoria na comunicação entre os diversos setores, bem como atualizar a versão do sistema de tarifação para aperfeiçoar o controle de gastos.

- Contratação de empresa para fornecimento e instalação de sistema áudio-visual para o Plenário e Auditório.

Resultado esperado: Proporcionar a geração e transmissão de imagens e sons com qualidade, para atender aos eventos e sessões de julgamentos aumentando a interatividade com os participantes.

- Aquisições de 6 (seis) veículos automotores, sendo três pertencentes ao grupo "B", um do grupo "D" e 2 do grupo "E".

Resultado esperado: Renovar parcialmente a frota oficial de veículos, reduzindo, assim, custos com manutenção, bem como a idade média da frota oficial.

- Fornecimento e instalação de 8 detectores de metais tipo portal.

Resultado esperado: Proporcionar, por intermédio de equipamentos modernos, reforço expressivo no serviço de monitoramento de volumes transportados nas dependências do TRF-2ª Região, instalados no acesso entrada principal, contribuindo para a diminuição do congestionamento nos horários de pico.

- Aquisição de equipamentos higienizadores de pisos e ambientes.

Resultado esperado: Garantir a higienização e descontaminação visando reduzir a contaminação dos diversos ambientes deste E. Tribunal através dos seus agentes contaminadores.

Sob a perspectiva das contratações em geral, salienta-se que, no exercício de 2011, foram efetivadas 731 contratações, compreendendo, inclusive, as Notas de Empenho substitutivas de contratos, na forma do artigo 62 da Lei nº 8.666/93. Cabe esclarecer que não foram computados os eventuais aditamentos.

Do descumprimento contratual resultou o recolhimento de multas ao erário no valor global de R\$ 33.655,93, bem como o encaminhamento de expediente à Procuradoria da Fazenda Nacional, para inscrição de débitos na Dívida Ativa da União no valor de R\$ 57.876,25.

No campo das rotinas aplicadas à administração de materiais, salienta-se que tanto as ações voltadas à aquisição e à manutenção de material, quanto às de desfazimento devem seguir a pauta das melhores práticas gerenciais. Para um planejamento adequado do espaço e da atualização de alguns bens, dada a vida útil de diversos equipamentos, impõe-se o acompanhamento da matéria, de forma a promover as ações visando à minimização de gastos e intercâmbio entre as unidades gestoras, de forma a garantir que um bem ocioso em um órgão possa ser utilizado em outro.

Neste contexto, consigna-se a transferência de equipamentos de informática às Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, bem como a doação de veículos (2 veículos Kombi *Pick Up* e 2 Kombi *Standard*) ao Centro de Preparação de Oficiais da Reserva do Rio de Janeiro – CPOR/RJ.

Os atos de transferência e doação afirmam o compromisso dos gestores tanto com a otimização dos bens administrados, revelando austeridade na gestão pública, quanto com a Agenda Ambiental.

O investimento em itens bibliográficos constitui ferramental precioso ao desenvolvimento das atividades para magistrados e servidores do Órgão, advogados, estagiários e comunidade jurídica em geral, além de proporcionar o acesso ao cidadão a obras de referência no campo jurídico.

Consigna-se a redução do montante investido na compra de livros, em comparação ao exercício de 2010, destacando-se, por outro lado, o incremento do acervo digital, a exemplo da renovação da assinatura da Biblioteca Digital Forense, no valor de R\$ 49.572,00, com 100 acessos simultâneos para toda a JF - 2ª Região, incluindo os magistrados e servidores, disponibilizando,

digitalmente, 571 títulos de livros da Editora Forense, bem como a coleção completa da Revista Forense.

De igual forma, com o objetivo de dotar o TRF – 2ª Região das informações relevantes ao desenvolvimento das atividades, foram executados os valores referentes à renovação/aquisição de 66 títulos de periódicos, referente às assinaturas de revistas técnicas e informativas.

Ainda no campo virtual, salienta-se a renovação da assinatura do DOINET- Diários Oficiais *Online*, ferramenta que permite acessar vários diários oficiais relativos a vários anos e que possui uma modalidade de pesquisa que oferece resultados precisos.

Com firme planejamento e efetivas ações, a Divisão de Biblioteca do TRF - 2ª Região - DIBLI, por intermédio de parcerias nacionais e internacionais, obteve, a título de doação, itens bibliográficos que corresponderam a uma economia ao Erário de aproximadamente R\$ 269.350,00, ampliando, significativamente, o acervo bibliográfico.

A DIBLI recebeu regularmente, ao longo do ano de 2011, 18 títulos de periódicos, como contrapartida das empresas cadastradas como Repositórios Oficiais Autorizados da Jurisprudência do TRF – 2ª Região. Os exemplares recebidos em triplicata ou duplicata já vêm sendo enviados para a Biblioteca da SJES. Em 2012, passarão a ser encaminhados também à SJRJ, proporcionando expressiva diminuição dos custos das aquisições por parte dessas duas Seccionais.

Além dos títulos acima citados, também deve ser mencionado o recebimento de uma licença para acesso ao banco eletrônico de legislação e jurisprudência fornecida pela Editora Nacional de Direito Livraria Ltda, também habilitada como repositório autorizado do TRF- 2ª Região.

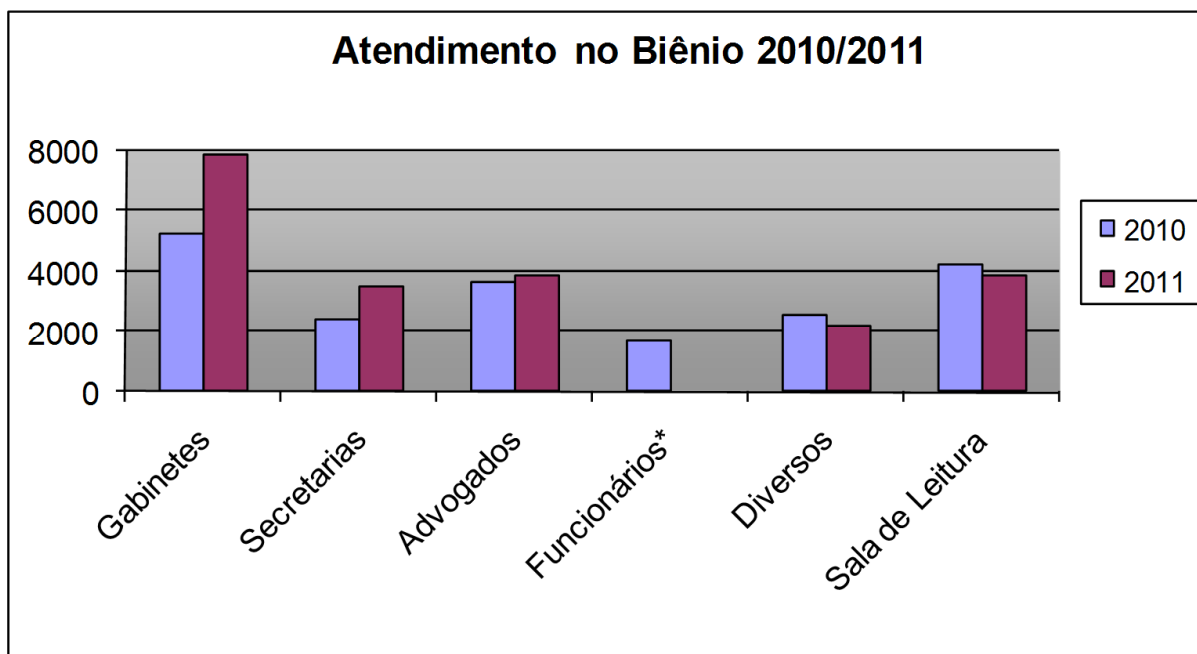
No ano de 2011, a DIBLI prestou 21.438 atendimentos, incluindo, consultas, empréstimos, pesquisas, orientações e os serviços oferecidos na Sala de Leitura.

Dados comparativos sobre o Atendimento prestado no biênio 2010/2011

Serviços Prestados \ Ano	2010	2011	Variação
Gabinetes	5289	7886	49,10%
Secretarias	2413	3553	47,24%
Advogados	3704	3888	10,94%
Funcionários*	1682	*	-
Diversos	2567	2190	-14,69%
Sala de Leitura	4286	3921	-8,52%
Total	19.941	21.438	

Fonte: Secretaria de Documentação e Disseminação da informação - SED/ TRF-2ª Região

** Tendo em vista que muitos funcionários que utilizam os serviços da Biblioteca para estudo de caráter pessoal estão também de certa forma trazendo benefícios às atividades desenvolvidas em seus Setores de trabalho, este item passou a ser incluído, a partir de 2011, nos itens Gabinetes e Secretarias, de modo a melhor se avaliar a utilização interna da Biblioteca.*



Sobre o projeto estratégico “Biblioteca Digital”, merece ser consignada a integração, do sistema utilizado na DIBLI - o SOPHIA - com o *Sistema Dspace* do Superior Tribunal de Justiça - STJ. Esse evento decorreu do Acordo de Cooperação mantido com aquela Corte, objetivando a implementação e a manutenção do Consórcio BDJur – *Rede de Informações Digitais do Poder Judiciário*. Com essa integração, as informações digitais incluídas no acervo da DIBLI também estarão disponibilizadas no Sistema de Bibliotecas Digitais do STJ. Este procedimento tecnológico entre um *software* livre (*Dspace*) e um proprietário (SOPHIA) é pioneiro no Brasil, tornando-se uma ferramenta que facilitará a divulgação da produção intelectual e institucional do TRF - 2ª Região, primeiro Regional a participar desse Consórcio.

Em 2011, deu-se continuidade aos investimentos em Tecnologia Assistiva, com o objetivo de aperfeiçoar todo um arsenal de equipamentos, estratégias, práticas e serviços que contribuam para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e, consequentemente, para promover vida independente e inclusão. Neste sentido, foram concluídas as instalações do Tele Centro Acessível, que consiste na destinação de um balcão para comportar os equipamentos e de espaço para a circulação de cadeirantes.

Foram implementadas ações visando à celebração de Acordo de Cooperação Técnica com a Casa de Oswaldo Cruz (Fundação Oswaldo Cruz), para a instalação do aplicativo Ica-Atom no TRF – 2ª Região, na SJRJ e na SJES, ferramenta destinada à descrição arquivística, organização e difusão de documentos na WEB.

No terreno da uniformização dos documentos oficiais, destaca-se a expedição da Resolução nº 18, de 16/5/2011, que consolidou as normas de Gestão Documental da JF - 2ª Região.

A revisão da IN-24-02/2011 consolidou normas já estabelecidas, ampliando as orientações sobre o arquivamento correto dos documentos segundo o Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade da Justiça Federal (PCTT). Tal instrumento contribuiu também de forma relevante no processo de obrigatoriedade de uso do SIGA, garantindo a aplicação do PCTT para o cadastramento adequado dos documentos no SIGA, concorrendo para a implantação da política de gestão de documentos na Instituição.

No campo da Jurisprudência, destaca-se a atualização do Portal de Jurisprudência, para atender aos requisitos de acessibilidade, onde estão disponíveis para consulta os julgados do TRF – 2ª Região e dos Juizados Especiais Federais (Turma Regional de Uniformização e Turmas Recursais da 2ª Região), Súmulas e Enunciados, Revistas e Informativos de Jurisprudência, Ementários Temáticos e Julgados Históricos.

Dados comparativos sobre o Atendimento da Jurisprudência no biênio 2010/2011

Atividades \ Ano	2010	2011	Variação
Pesquisa	8.717	8.942	2,5%
Informações Processuais	39.466	43.962	11,39%
Autoatendimento*	-	-	-

** Devido a problemas técnicos os dados estatísticos dos terminais de autoatendimento não foram computados em 2011
Fonte: Secretaria de Documentação e Disseminação da informação - SED/ TRF-2ª Região*

No que tange à preservação do meio ambiente, anota-se que a Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P, criada pelo Ministério do Meio Ambiente e instituída, no âmbito do TRF - 2ª Região, pela Portaria nº 131/2006 da SG, manteve firmes propósitos nos objetivos institucionais voltados à minimização dos impactos negativos causados ao meio ambiente pelas atividades operacionais e administrativas da Instituição à conscientização do consumo de recursos naturais com responsabilidade.

Também foram implementadas ações direcionadas para a otimização da coleta seletiva de lixo, objetivando a sua reciclagem.

Como resultado obtido na coleta seletiva de lixo em 2011, pode-se ressaltar a quantidade totalizada de 30 toneladas de material reciclável (papéis, plásticos e metais).

Expressivo evento ocorrido no exercício de 2011, a III Semana do Meio Ambiente no TRF – 2ª Região, que contou palestra sobre temática relativa à proteção do meio ambiente, oficinas de artesanatos com reaproveitamento de materiais, exposições de obras produzidas com material reciclado e exibição de vídeos. O evento foi realizado no período de 3 a 9/6/2011, tendo contado com a participação de aproximadamente 200 pessoas, entre servidores, funcionários terceirizados e público externo.

Com relação ao campo de pessoal, assinala-se que a força de trabalho do TRF – 2ª Região, em 31/12/2011, contava com 35 magistrados (13 convocados) e 1.265 servidores, totalizando 1.300 pessoas (*vide* Anexo I).

Cabe assinalar que a força de trabalho deste TRF- 2ª Região, em 31/12/2011, contava com 35 magistrados (13 convocados) e 1.265 servidores, totalizando 1.300 pessoas (*vide* Anexo I).

Em dezembro de 2011, o TRF - 2ª Região contava com 208 estagiários e as Seções Judiciárias vinculadas, 752, compreendidos os níveis superior e médio, assim distribuídos:

Quantitativo de Estagiários na Justiça Federal da 2ª Região

POSIÇÃO EM 31/12/11			
ESTAGIÁRIOS	NÍVEL SUPERIOR		
	TRF- 2ª Região	SJRJ	SJES
ÁREA – FIM	86	552	87
ÁREA – MEIO	38	19	7
TOTAL	124	571	94

POSIÇÃO EM 31/12/11			
ESTAGIÁRIOS	NÍVEL MÉDIO		
	TRF- 2ª Região	SJRJ	SJES
ÁREA – FIM	32	7	-
ÁREA – MEIO	52	53	27
TOTAL	84	60	27

Fonte: Planilhas fornecidas pela SRH e EMARF/ TRF- 2ª Região

O Programa de Estágio revela-se importante instrumento de apoio às atividades judicantes, contribuindo para a celeridade da prestação jurisdicional.

No campo da Tecnologia da Informação, elenca-se o quadro sintético das ações empreendidas no exercício, sendo relevante esclarecer que os itens contratados conectam-se com os projetos de “Nivelamento da Infraestrutura de Tecnologia da Informação”, “Projeto Administração 100% Digital”, “Projeto Justiça 100% Digital”:

Itens do Projeto de Nivelamento da Infraestrutura de Tecnologia da Informação	
Correntes	Serviços de Manutenção de Infraestrutura de Servidores e Expansão do Computador Central
	Serviços de Manutenção e Modernização de Sistemas
	Serviço de Manutenção do Parque de Computadores
	Serviços de Suporte e Treinamento, e Insumos do Plano de Segurança e Contingência
	Serviços de Comunicação de Dados
	Serviço de <i>Callcenter</i> e atendimento
Capital	Software e Equipamentos para Modernização e Ampliação do Parque Computacional
	Software e Equipamentos para Plano de Segurança e Contingência
	Equipamentos para a Infraestrutura de Rede

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação - STI/ TRF-2ª Região

Correntes:

Resultados Alcançados: Aumento da aderência aos padrões de nivelamento de serviços e infraestrutura de Tecnologia da Informação- TI estabelecidos pelo CNJ, por meio da Resolução nº 90/CNJ, de setembro de 2009, e reforçados pelo Planejamento Estratégico de TI da JF – PETI/Jus – publicado na Resolução 103/2010 do CJ F. Tal aderência, medida pelo indicador de número 24 do Planejamento Estratégico – PE - do TRF - 2ª. Região, atingiu o nível de 81,5% ao término do exercício de 2011, ultrapassando a meta esperada (40%). Além disso, a fim de garantir uma disponibilidade adequada dos serviços críticos de TI, foram realizados investimentos na reestruturação dos contratos de atendimento, manutenção de infraestrutura, sistemas e parque de equipamentos

Resultados Esperados: O investimento no plano de segurança e contingência visa a garantir a continuidade dos serviços críticos através do tratamento dos riscos tecnológicos mais relevantes aos quais a infraestrutura de TI encontra-se exposta. Para tanto, no exercício de 2011, foi promovida uma atualização do *software* de filtragem de conteúdos potencialmente nocivos existentes na Internet, de forma a evitar danos aos dados e equipamentos.

Capital:

Resultados Esperados: Por meio da ampliação do parque computacional espera-se atingir a relação de um computador por usuário e a de um ponto de impressão com a funcionalidade frente/verso por unidade de trabalho, conforme determinado pela Resolução nº 90/CNJ. A substituição de equipamentos servidores, de rede e de estações de trabalho, visa adequar a idade média desses bens para três anos, no caso das estações e, para oito anos, no caso dos demais equipamentos. A ação objetiva reduzir os custos com a manutenção e garantir a disponibilidade dos serviços.

Itens do Projeto Administração 100% Digital	
Correntes	Aquisição de dispositivos de armazenamento de certificado digital pessoal (<i>tokens</i>)
Capital	Licenciamento de Biblioteca de Edição de Texto pela <i>Web</i>

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação - STI/ TRF-2ª Região

Correntes:

Resultados Alcançados: Atendimento da demanda por mídias de armazenamento para o certificado e chaves necessários à assinatura digital de documentos por magistrados e servidores do TRF - 2ª Região. Considerando que todos os documentos, atos e expedientes administrativos, a partir de 8/9/2011, passaram a ser produzidos e tramitados de forma eletrônica por meio do Sistema SIGA, tornou-se necessário o uso do certificado para todos os servidores do TRF – 2ª Região. Ademais, a substituição dos smartcards por tokens simplificará os processos de produção, entrega e instalação da mídia de armazenamento por dispensar a necessidade da impressão dos dados do portador e instalação das leitoras de smartcards nas estações de trabalho dos usuários.

Capital:

Resultados Alcançados: Foram atendidas as demandas referentes ao sistema SIGA, adotado por toda a 2ª. Região, na elaboração e trâmite digital de documentos e processos administrativos. Dentre as demandas atendidas destacam-se: a formatação de texto, a mudança de espaçamentos, a inserção de tabelas diferenciadas, gráficos e mudança de fonte, normalmente usados em outros editores. A adoção do SIGA contribuiu para o cumprimento de parte da meta nacional nove estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ – para a Justiça Federal.

Itens do Projeto Justiça 100% Digital	
Capital	Licenciamento de VMWare

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação - STI/ TRF-2ª Região

Resultados Esperados: Expansão da capacidade de processamento e armazenamento necessários ao processo eletrônico por intermédio do uso da tecnologia de virtualização, que permite um melhor aproveitamento do espaço físico do *Datacenter*.

No campo da arrecadação de recursos ao Tesouro Nacional (custas judiciais e receitas de execução fiscal), promovida pela JF - 2ª Região, acusa-se a expressiva atuação de suas unidades.

O resultado da receita monta **R\$ 3.025.020.647,99**, o que ultrapassa 3 vezes o valor despendido com a operação e manutenção da JF - 2ª Região. Não resta dúvida de que a JF - 2ª Região vem cumprindo efetivamente o seu papel em todos os segmentos de atuação.

Arrecadação Justiça Federal da 2ª Região			R\$
ESPÉCIE	ÓRGÃO	VALOR	
CUSTAS JUDICIAIS	SJRJ	8.180.783,44	
	SJES	1.136.468,66	
	TRF - 2ª Região	108.337,76	
SUBTOTAL		9.425.589,86	
FAZENDA NACIONAL	DÍVIDA ATIVA	373.973.704,06	
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	FGTS	12.859.943,00	
DEPÓSITOS JUDICIAIS	Antes da Lei nº 9.703/98	965.042,18	
	Após a Lei nº 9.703/98	2.627.796.368,89	
SUBTOTAL		2.628.761.411,07	
TOTAL		3.025.020.647,99	

Fonte:

- Custas Judiciais: Conselho da Justiça Federal - CJF - DESPACHO Nº CF-DES-2012/00298 - Referência: EXPEDIENTE EXTERNO Nº CF-EXT-2012/00312-A, 06/02/2012 - SCG.
- Dívida Ativa: OFÍCIO T2-OFI-2012/00029 DE 4/1/2012, da Procuradoria Regional.
- CEF – FGTS - CJF - DESPACHO Nº CF-DES-2012/00298 – Planilha: FGTS ADMINISTRAR RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS.
- Depósitos Judiciais – CJF - Utilizados os valores brutos, presentes nas planilhas ARRECADAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS - APÓS A LEI Nº 9.703/98 e CONVERSÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS - ANTERIOR A LEI Nº 9.703/98 REFERENTES AO EXERCÍCIO 2011, contidos no DESPACHO Nº CF-DES-2012/00298.

As despesas de operação e manutenção da JF - 2ª Região corresponderam a cerca de 32% dos recursos arrecadados ao Tesouro como fruto de nossas atividades, fato que se destaca na gestão do TRF - 2ª Região, da SJRJ e da SJES no exercício de 2011.

Despesas Operacionais	
Justiça Federal da 2ª Região	
Unidades	Valor (R\$)
TRF - 2ª Região	251.615.204,04
Seções Jurisdicionadas (SJRJ e SJES)	712.125.655,14
TOTAL	963.740.859,18

Observações/Considerações:

¹⁾ O critério de apuração levou em conta as despesas empenhadas, sendo computado inclusive os valores a conta "Crédito Pago – Folha" efetivamente liquidados;

²⁾ Excluídas as despesas com inativos e pensionistas, com projetos e os valores relativos a Precatórios e Requisitórios de Pequeno Valor

4.1.2.8 - Funcionamento do Centro Cultural Justiça Federal – 8417

O papel fundamental da arte, da cultura e da história na construção da identidade nacional é reconhecido pela Constituição de 1988. A Lei Magna determina que é dever do Estado garantir aos cidadãos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional. Entre outras atribuições, compete ao Estado preservar o patrimônio histórico e apoiar e incentivar a instituição de espaços culturais.

Este Regional tem plena consciência da importância de um espaço como o Centro Cultural da Justiça Federal – CCJF, para o fomento de ideias, intercâmbio cultural, disseminação do saber em seus mais variados matizes. Assume-se, portanto, efetiva responsabilidade no campo sociocultural, de forma a promover cultura, garantindo a expressão do pensamento e a democratização do acesso a diversas manifestações culturais.

A Ação tem por finalidade manter em funcionamento as instalações do CCJF e assegurar o desenvolvimento de suas atividades socioculturais, tendo em vista a natureza peculiar de suas atividades.

Em 2011, dentro da rotina de preservação permanente do CCJF, foram realizadas as restaurações dos móveis originais do antigo plenário do STF, expostos à visitação pública, das portas entalhadas da entrada do CCJF, de autoria do artista português Manoel Ferreira Tunes, bem como da fachada lateral esquerda do prédio, cujo montante total empregado foi de R\$ 142.190,00.

Por conta dos recursos disponibilizados nessa ação, além das despesas de caráter continuado relacionadas à manutenção e ao funcionamento das atividades do Espaço Cultural, houve a aquisição de equipamentos para ampliação do sistema eletrônico de segurança do prédio, para a modernização das instalações do teatro e de uma tela de projeção para o espaço de cinema.

Ainda em 2011, foi inaugurado o Cine Cultural Justiça Federal que reservou espaço especial para 4 cadeirantes, além de 1 assento destinado a pessoa com obesidade mórbida. Logo em seu primeiro ano de funcionamento, o cinema abrigou festivais consagrados como “V Encontro de Cinema Negro Brasil, África e Caribe”, “Rio Festival Gay de Cinema 2011”, além do “Festival do Rio”.

O CCJF realizou nesse período 305 projetos, que promovem a inclusão social e contribuem para o fortalecimento da educação e da consciência dos direitos, deveres e valores do cidadão.

Ao longo de 2011, a programação do CCJF contou com os seguintes eventos: 23 exposições (com destaque para o “FotoRio 2011” e “20 olhares novos”) ; 115 apresentações musicais (como a “História através da Música” e o lançamento do CD Marcos Lobo); apresentação do “Documentário Abdias Nascimento”; 1 lançamento de DVD; 15 mostras cinematográficas; 9 peças teatrais (em especial “Nise da Silveira – Senhora das Imagens” e a infantil: “O Menino detrás das Nuvens”); 3 atividades novas de artes cênicas (“Um Número”, “Umbigar” e a “Ópera Faust”); 54 palestras, debates e mesas redondas; 14 oficinas; 8 cursos; 17 atividades educativas; lançamento de 35 livros; 7 atividades ligadas ao projeto “(Re)Conhecendo a Biblioteca do CCJF” ; 3 atividades especiais (“Sarau de MPB”, “Uma noite com o xadrez” e “Leitura de Portfolio por Flavio Damm”); a Série Justiça e Pensamento, a Oficina “Contação de Histórias” e o Curso “Gestão de Ambientes Culturais Inclusivos”.

Registra-se que houve, no período, aproximadamente, 135 mil visitantes/ano, tendo, nesse período, o *site* do CCJF registrado o número de 69.010 acessos, o que evidencia que o espaço cultural se firma como importante polo de disseminação da cultura.

Convém assinalar que, no ano de 2011, a empresa que explora uma cafeteria nas dependências do CCJF depositou para os cofres públicos o valor de R\$ 19.909,74, em contrapartida pela concessão do espaço para exercer atividade comercial que atende a quem visita as exposições, o teatro e as demais atividades culturais oferecidas ao público.

A existência de um espaço cultural dessa natureza favorece a preservação de nossas raízes, repercutindo no desenvolvimento social, político e cultural da nação, além de contribuir para o fortalecimento da cidadania, um dos principais pilares da democracia.

4.1.2.9 – PROJETO 1136 - Modernização de Instalações da Justiça Federal

AÇÃO: PROJETO	Dotação	Execução
	Autorizada	Liquidado
Ação: Modernização de Instalações na Justiça Federal.	R\$ 374.624,00	R\$ 13.125,00
UO 12103		
RESTOS A PAGAR		
Foram inscrito R\$ 361.498,39 em Restos a Pagar		

O projeto tem por finalidade reformar, ampliar e modernizar as instalações do complexo predial onde tem sede o TRF - 2ª Região, com área total construída de 49.255,64m2, visando proporcionar condições físicas adequadas ao bom funcionamento dos serviços judiciários.

O valor de R\$13.125,00 atendeu ao Primeiro Aditamento ao Contrato nº 001/2011, que teve por objeto a prestação de serviços especializados em ampliação e modernização do sistema de automação predial. O Aditamento em questão possibilitou o acréscimo do número de cartões magnéticos, com tecnologia *microchip*, o que viabilizará o pleno funcionamento do Sistema de Controle de Acesso;

O “Projeto de Modernização do Sistema de Refrigeração” de alguns pavimentos do TRF - 2ª Região alinha-se ao cenário mais amplo, voltado à preservação e conservação das instalações físicas, com foco também na esfera ambiental.

De fato, o grau de complexidade técnica das especificações é elevado, em virtude de a sede do TRF - 2ª Região situar-se em prédio antigo interligado a dois anexos.

Assim, os projetos de engenharias, via de regra, primando pela modernização das instalações, devem levar em conta as possíveis interferências com os já existentes, de forma a garantir a eficiente operacionalização das instalações em seu conjunto.

Devido a tais fatores, a contratação desse Projeto efetivou-se ao final do exercício, tendo sido os valores correspondentes inscritos em Restos a Pagar Não Processados, ficando, portanto, a avaliação da meta física, para o exercício de 2012.

A implementação desse projeto propiciará melhor desempenho, redução do consumo de energia elétrica e aperfeiçoamento no padrão térmico compatível com as necessidades dos diversos setores.

4.1.2.10 – PROJETO 3757 - Implantação de Sistema Integrado de Gestão de Informação Jurisdicional – ISIGI

AÇÃO: PROJETO

Ação: Implantação de Sistema Integrado de Gestão de Informação Jurisdicional na Justiça Federal.

Produto: Sistema implantado (% de execução física)

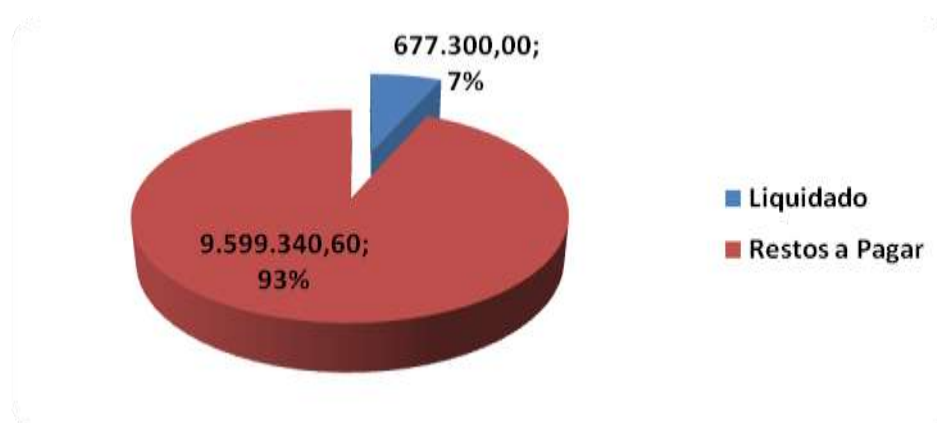
Obs. : A apreciação da execução física ficará a cargo do CJF..

UO 12101: Foi empenhado o valor de R\$ 10.276.640,60 (Programa de Execução Nacional) para atender à programação do TRF - 2ª Região, dentro de um total de R\$ 10.277.213,16 disponibilizados.

UO 12101: O valor de R\$ 9.599.340,60 foi inscrito em Restos a Pagar com previsão de pagamento durante o exercício de 2012.

Obs.: ¹UO 12101 - Orçamento e meta estabelecidos para as 27 Unidades Gestoras da JF - 1º Grau, distribuídas nas cinco Regiões e no CJF.

Situação do Valor Empenhado do ISIGI pelo TRF 2ª. Região



Os recursos destinados a este Projeto, de execução nacional, têm como objetivo precípuo promover a modernização e a integração da JF - 2ª Região com o contínuo aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, tendo como objetivos principais: a agilidade, a transparência, a facilidade e a minimização de custos no tratamento digital dos processos, documentos e informações que resultam das atividades da Justiça Federal.

Durante todo o exercício de 2011, o CJF exigiu que as aquisições deste projeto buscassem sempre o alinhamento com os objetivos estabelecidos no Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação da Justiça Federal – PETI/Jus (publicado na Resolução 103/2010/CJF).

Dentre as ações de cunho estratégico que fizeram uso dos recursos do ISIGI, destacaram-se: o nivelamento da Infraestrutura de Tecnologia da Informação e o projeto estratégico Justiça 100% Digital.

Importa focar o nivelamento da Infraestrutura de Tecnologia da Informação, que visa a modernizar a Infraestrutura de TI em toda a JF- 2ª Região. Esta ação assegura os níveis de serviço (qualidade, disponibilidade e confiabilidade), adequados ao cumprimento da função institucional, com ajustes das capacidades de processamento, armazenamento e, também de tráfego de dados na infraestrutura de TI. O investimento no nivelamento da infraestrutura observa recomendação contida na Resolução 90/CNJ de setembro de 2009, e teve como resultado a obtenção do índice 81,48% para o indicador estratégico no. 26 que mede a aderência aos padrões mínimos de TI estabelecidos para o Poder Judiciário, cuja meta era de 40% para 2011.

Os Itens correspondentes ao nivelamento de infraestrutura de TI, que foram adquiridos pelo TRF - 2ª Região, encontram-se detalhados no quadro a seguir:

Item	Valor Empenhado
Capital	
Dispositivo de busca textual <i>Google Appliance</i>	449.000,00
572 impressoras laser	1.054.673,44
Dispositivo de armazenamento <i>Storage</i>	1.077.785,16
Corrente	
Instalação e configuração do dispositivo <i>Storage</i>	30.000,00
Treinamento técnico de administração e operação do dispositivo <i>Storage</i>	24.000,00
Totais	2.635.458,60

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação - STI/ TRF-2ª Região

O conjunto de realizações terá por fim: o desenvolvimento de um sistema de busca textual integrada para os serviços de jurisprudência, atos normativos, diário eletrônico, inteiro teor e consulta processual, incorporando todas as facilidades e o desempenho oferecidos pela solução *Google*, já reconhecida internacionalmente; a extensão do serviço de impressão com uso da frente e do verso dos papéis em todas as unidades do TRF - 2ª Região, conforme estabelecido na Resolução 90/2009 do CNJ; a ampliação da capacidade de armazenamento de dados e processos eletrônicos.

O projeto estratégico Justiça 100% Digital objetiva o uso da tecnologia de documentos eletrônicos em favor do processamento de causas da 2ª. Região, substituindo os processos em papel por documentos similares em meio digital, aproveitando a segurança, a velocidade de trâmite e a disponibilidade de informações que esta tecnologia proporciona. Além da implantação do processo judicial digital na JF-1ª e 2ª Graus/2ª Região, este projeto estratégico teve seus objetivos e planejamento realinhados às duas metas nacionais definidas pelo CNJ: Implantar sistema de registro audiovisual de audiências em pelo menos uma unidade judiciária de primeiro grau em cada tribunal”, e Implantar processo eletrônico judicial e administrativo em 70% das unidades de primeiro e segundo grau até dezembro de 2011.

Os Itens correspondentes ao projeto Justiça 100% Digital, que foram adquiridos pelo TRF - 2ª. Região, encontram-se detalhados no quadro a seguir:

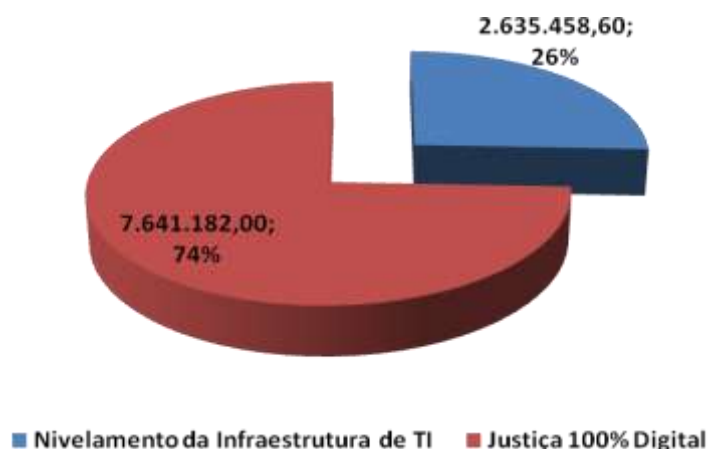
Item	Valor Empenhado
Capital	
Sistema Audiovisual para as salas de sessões (<i>software</i> e equipamentos)	27.100,00
<i>Datacenter</i> seguro regional com implementação de uma sala-cofre certificada de acordo com as normas ABNT NBR 15.247 e NBR 60529	7.601.912,00
Corrente	
Sistema Audiovisual para as salas de sessões (instalação, configuração e treinamento)	12.170,00
Totais	7.641.182,00

Fonte: STI/ TRF-2ª Região

Essas contratações se voltam a atender à necessidade de guarda e armazenamento dos processos e documentos eletrônicos em geral, considerando que destes depende a continuidade dos processos de trabalho críticos do TRF - 2ª Região e da SJRJ, tanto jurisdicionais quanto administrativos; a meta 2 nacional, integrando o registro de imagens das sessões aos registros de áudio que já vinham sendo realizados há alguns anos.

Finalmente, embora não tenha envolvido recursos do ISIGI, cabe dizer que a estratégia adotada pelo TRF - 2ª Região para implantar o processo eletrônico judicial, na segunda instância, envolve a adoção do Sistema Projeto Judicial Eletrônico – PJe. Contudo, em função dos problemas enfrentados pelo CNJ na manutenção de uma única versão nacional do sistema, tal implantação não foi realizada no exercício de 2011. Quanto à implantação do processo eletrônico judicial na 1ª. Instância, a utilização do sistema APOLO foi estendida a 100% das varas não criminais. No que concerne à implantação do processo eletrônico administrativo, a solução adotada envolveu a extensão do uso do sistema SIGA integrando o trâmite processual em toda a JF - 2ª Região.

Distribuição do Uso dos Recursos do ISIGI pelas Ações/Projetos no TRF



Avaliação Global:

Da meta regional do ISIGI no exercício de 2011, coube ao TRF - 2ª Região empenhar 64,6% dos recursos, tendo sido colocados à disposição da Região créditos no montante de R\$ 15.903.890,00. Desse montante regional, o TRF - 2ª. Região comprometeu R\$ 10.276.640,60, dos quais R\$ 9.599.340,60 foram inscritos em Restos a Pagar, tendo em vista a complexidade da especificação das aquisições (com ênfase especial ao projeto do *Datacenter* seguro), dos prazos de entrega dos equipamentos que expiram no exercício de 2012 e da disponibilidade de parte dos recursos financeiros, liberados pelo CJF somente no final do exercício. A distribuição do montante regional foi complementada com o comprometimento de R\$ 416.722,52 pela SJRJ e de R\$ 5.185.596,78 pela SJES, restando apenas R\$ 24.930,10 como saldo residual regional, ou seja 0,16% do total disponibilizado para a Região.

4.1.2.11 - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - 09HB

Os recursos alocados no orçamento destinaram-se ao pagamento da parte da União Federal no custeio do Regime de Previdência de 1.123 magistrados e servidores públicos federais ativos do TRF - 2ª Região.

4.2 - PROGRAMA: 0089 – PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO

4.2.1 - Demonstrativo da Dotação/Execução do Programa/Operações Especiais:

AÇÃO: OPERAÇÕES ESPECIAIS	Dotação Autorizada		Execução	
	Orçamentária	Física	Liquidado (1)	Física
Ação: Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Nacional				
Produto: Pessoa Beneficiada (unidade)				
UO 12103:	31.963.327,00		31.899.953,04	
RP não processados:			63.373,96	

Fonte: SIGPLAN/2011

Obs:

(1) Foram computados inclusive os valores relativos à conta “Crédito Pago – Folha” efetivamente liquidados.

4.2.2 - Resultado da Execução do Programa 0089

4.2.2.1 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões – 0396

Através desta operação especial que se destina, exclusivamente, à execução das despesas com o pagamento do pessoal inativo, pensionistas e encargos sociais, foram atendidos 169 beneficiados no âmbito do TRF - 2ª Região, conforme detalhamento do quadro abaixo.

ÓRGÃO	Quantitativos ¹			
	Inativos	Pensão		TOTAL ²
		Instituidores	Beneficiários	
TRF 2ª Região	141	28	42	169

Fonte: Planilha fornecida pela SRH/TRF- 2ª Região

.Observações/Considerações:

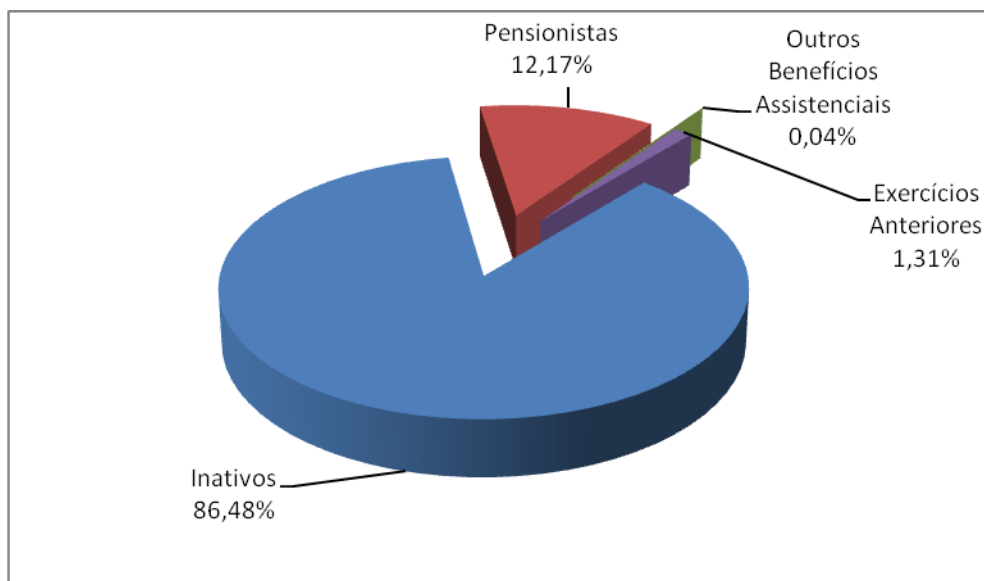
1) Estes quantitativos incluem magistrados e servidores; excluído 1 inativo que não percebe proventos pelo TRF- 2ª Região, tendo em vista opção por outro Órgão, em razão da impossibilidade de acumulação;

2) No quantitativo total, não está computado o número de beneficiários.

Houve, no exercício de 2011, uma dotação final de R\$ 31.963.327,00 para uma liquidação efetiva de R\$ 31.899.953,04.

Destaca-se que o montante inscrito em Restos a Pagar, no valor de R\$ 63.373,96, é destinado ao pagamento de valores relativos às diferenças devidas a servidores inativos não pagos à época.

O gráfico a seguir demonstra o detalhamento das despesas liquidadas nesta atividade, ao final do exercício.

DESPESAS LIQUIDADAS

No tocante às despesas executadas, destaca-se a seguinte ocorrência constante da tabela abaixo:

Espécie	Fundamento Legal/Normativo	Valor
Parcela Autônoma de Equivalência	Proc. Nº 2006.16.0031-CJF	R\$ 418.654,18

Fonte: Divisão de Cadastro e Pagamento/SRH/ TRF- 2ª Região

No quadro abaixo, demonstra-se a variação da quantidade de magistrados e servidores inativos, e pensionistas no período 2010/2011.

Demonstrativo da Quantidade Física

TIPO	EXERCÍCIO DE 2010 (31/DEZ)	EXERCÍCIO DE 2011 (31/DEZ)	VARIAÇÃO
Magistrados Inativos	17	20	3
Servidores Inativos	107	121	14
Instituidores de Pensão*	25	28	3

Fonte: SRH/ TRF- 2ª Região

Obs.: * Este quantitativo inclui magistrados (4) e servidores (24).

⌘ No ano de 2011, ocorreram, no TRF - 2ª Região: 3 aposentadorias de magistrados, 1 falecimento de magistrado inativo, 1 aposentadoria de magistrado publicada no DOU de 28/02/2011, retroativa a 20/12/2010; 16 aposentadorias de servidores e 2 falecimentos de servidores inativos.

4.3 - PROGRAMA: 0901 – CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS**4.3.1 - Demonstrativo da Dotação/Execução**

Art. 100 da Constituição Federal de 1988 e art 78 do ADCT

AÇÃO: OPERAÇÕES ESPECIAIS	Destaque		Execução	
	Orçamentária	Física	Liquidado	Física
Ação: Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Produto: Destaque:	995.454.804,00		994.185.377,42	
TOTAL	995.454.804,00		994.185.377,42 ⁽¹⁾	
Ação: Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor devida pela União, Autarquias e Fundações Produto: Destaque: RP Não Processados:	665.622.303,00		655.671.630,89 9.940.672,11	
TOTAL	665.622.303,00		655.671.630,89 ⁽²⁾	
Ação: Contribuição Patronal Sobre Precatórios e Requisitórios de Pequeno Valor Produto: Destaque: RP Não Processados:	139.740.283,00		4.925.754,80 5.967.023,56	
TOTAL	139.740.283,00		4.925.754,80	
TOTAL GERAL	1.800.817.390,00		1.654.782.763,11	

Fonte: SIAFI/Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças – SPO/ TRF- 2ª Região

Obs.:

(1) Não estão incluídos os valores relativos a Entidades não Integrantes do SIAFI (R\$ 1.357.773,89). Consideram-se as devoluções decorrentes de retificação e/ou cancelamento efetivadas após o depósito (R\$ 1.219.403,74).

(2) Consideram-se devoluções na forma indicada na nota anterior (R\$ 697.151,71).

Demonstrativos de Restos a Pagar

AÇÃO: OPERAÇÕES ESPECIAIS	Valor Inscrito	Execução
Ação: Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações		
Destaque:	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00
Ação: Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor devida pela União, Autarquias e Fundações		
Destaque:	38.115.248,55	22.615.672,51 ⁽¹⁾
TOTAL	38.115.248,55	22.615.672,51

Fonte: SIAF - SPO/ TRF- 2ª Região

Obs.:

(1) Despesa referente a parte dos RPVs autuados em dezembro/2010 e novembro/2011, conforme orientação do CJF.

4.3.2 - Resultado da Execução do Programa 0901**4.3.2.1 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) - 0005**

A inclusão e a previsão das despesas voltadas para o pagamento de sentenças judiciais observaram as determinações da Lei n.º 12.309/10 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2011).

Ao longo do exercício, foram depositados precatórios num montante de R\$ 996.762.555,05, oriundos da Administração Direta (R\$ 641.635.769,69), Indireta (R\$ 353.769.011,47) e Entidades não-integrantes do SIAFI (R\$ 1.357.773,89), considerando, para tanto, os recursos autorizados no orçamento de 2011 e as transferências financeiras realizadas diretamente por entidades não-integrantes do Orçamento Geral da União.

A Unidade Orçamentária do TRF - 2ª Região compreende duas Unidades Gestoras para efetivar o pagamento de precatórios:

I – UG 090048

A UG 090048 responde pela execução das dotações destinadas aos precatórios inscritos originalmente a partir da Proposta Orçamentária do exercício de 2004 (competência) e pelos Requisitórios de Pequeno Valor registrados a partir do mesmo ano.

O montante de R\$ 978.126.874,42 corresponde aos depósitos realizados no exercício de competência, não contemplando as devoluções decorrentes de retificações e/ou cancelamentos.

Anota-se que o 2º quadro refere-se a precatórios inscritos originalmente na Proposta 2011. Os totais deste quadro não compreendem valores provenientes de entidades não integrantes do Orçamento Geral da União (R\$ 1.357.773,89).

Na sequência, o último quadro contempla as sentenças inscritas nas Propostas Orçamentárias de 2004 a 2010.

Depósitos de Precatórios – UG 090048

ORIGEM	Destaque		Transferências Financeiras		TOTAL	
	2011					
	QTD	Valores	QTD	Valores	QTD	Valores
Administração Direta	3.322	624.267.650,37			3.322	624.267.650,37
Entidades	2.758	142.882.453,34			2.758	142.882.453,34
FRGPS e FNAS	2.436	209.618.996,82			2.436	209.618.996,82
Entidades não integrantes do Orçamento Geral da União			4	1.357.773,89	4	1.357.773,89
TOTAL	8.516	976.769.100,53	4	1.357.773,89	8.520	978.126.874,42

Fonte: Secretaria de Atividades Judiciárias – SAJ/ TRF – 2ª Região

Proposta 2011-UG 090048

ORIGEM	NATUREZA					
	Alimentar		Comum		Capital	
	QTD	Valor	QTD	Valor	QTD	Valor
Administração Direta	2.552	293.692.741,68	211	16.631.184,34	54	1.609.395,88
Entidades*	2.610	126.548.914,88	45	1.664.892,43	5	306.233,70
FRGPS/FNAS	2.436	209.618.996,82				
TOTAL	7.598	629.860.653,38	256	18.296.076,77	59	1.915.629,58

Fonte: SAJ/ TRF – 2ª Região

Precatórios Parcelados (Propostas 2004 a 2010 – UG 090048)

ORIGEM	Comum		Capital		Total	
	QTD	Valor	QTD	Valor	QTD	Valor
Administração Direta	477	310.495.152,25	28	1.839.176,22	505	312.334.328,47
	87	11.746.735,61	11	2.615.676,72	98	14.362.412,33
Entidades						
TOTAL	564	322.241.887,86	39	4.454.852,94	603	326.696.740,80

Fonte: SAJ/ TRF – 2ª Região

II – UG 090028

A Unidade Gestora 090028 fica responsável pela execução das parcelas vencíveis até 2004, ou seja, as referentes aos precatórios originários das propostas dos exercícios de 2002 e 2003, bem como quaisquer pendências de exercícios anteriores a 2004, tendo em vista que, nesta UG, estão mantidos os registros originais, inclusive no tocante às parcelas pagas.

Depósitos de Precatórios – UG 090028

ORIGEM	VALORES	
	2011	
	QTD	Valores
Administração Direta	46	17.368.119,32
Entidades	4	1.267.561,31
TOTAL	50	18.635.680,63

Fonte: SAJ/ TRF – 2ª Região

Nota: Não ocorreram devoluções decorrentes de retificação e/ou cancelamento, após o depósito.

Precatórios Parcelados (Propostas 2002 e 2003 – UG 090028)

ORIGEM	Competência 2010					
	Comum		Capital		Total	
	QTD	Valor	QTD	Valor	QTD	Valor
Administração Direta	32	14.358.052,55	14	3.010.066,77	46	17.368.119,32
Entidades	4	1.267.561,31			4	1.267.561,31
TOTAL	36	15.625.613,86	14	3.010.066,77	50	18.635.680,63

Fonte: SAJ/ TRF – 2ª Região

Registra-se que não houve depósitos de precatórios de exercícios anteriores.

4.3.2.2 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Pequeno Valor) - 0625

Os Requisitórios de Pequeno Valor (RPV) são limitados a 60 salários mínimos e representam cerca de 90% do volume de requisitórios processados. Como definidos na Resolução/CJF nº. 168/2011, os RPVs são processados mensalmente e depositados com correção monetária, em até 60 dias, contados a partir do registro da requisição no TRF- 2ª Região.

Foi depositado o montante de R\$ 678.984.455,11 oriundos de requisições expedidas por varas federais, comarcas estaduais com competência delegada e juizados especiais federais. Desse montante, R\$ 35.473.802,21 são referentes a requisitórios autuados em dezembro de 2010 e liquidados em janeiro de 2011.

O exame a seguir demonstrará a execução verificada na ação destinada ao pagamento de Requisitórios de Pequeno Valor.

Depósitos de RPVs efetuados em 2011

ORIGEM	COMPETÊNCIA*				TOTAL	
	2011		Outros Exercícios			
	QTD	Valores	QTD	Valores	QTD	Valores
Varas Federais (inclusive Comarcas Estaduais com competência delegada)	23.532	132.229.092,38	1.333	6.111.012,77	24.865	138.340.105,15
Juizados Especiais Federais	63.243	511.281.560,52	3.718	29.362.789,44	66.961	540.644.349,96
TOTAL	86.775	643.510.652,90	5.051	35.473.802,21	91.826	678.984.455,11

Fonte: SAJ/ TRF – 2ª Região

Encontram-se detalhados a seguir os dados orçamentário-financeiros:

Natureza dos Depósitos de RPVs – Competência 2011

ORIGEM	NATUREZA									
	Alimentar/EFU		Comum/EFU		Alimentar/FRGPS		Alimentar/FNAS		Capital/EFU	
	QTD	Valor	QTD	Valor	QTD	Valor	QTD	Valor	QTD	Valor
Varas Federais (inclusive Comarcas Estaduais com competência delegada)	15.633	84.275.767,90	2.388	8.859.353,79	5.456	38.539.143,68	25	329.602,41	30	225.224,60
Juizados Especiais Federais	35.444	293.962.381,03	8.916	5.372.141,32	17.864	200.654.118,69	1.017	11.265.886,14	2	27.033,34
TOTAL	51.077	378.238.148,93	11.304	14.231.495,11	23.320	239.193.262,37	1.042	11.595.488,55	32	252.257,94

Fonte: SAJ/ TRF – 2ª Região

4.3.2.3 – Devolução de Valores

Precatórios	Origem	Valores Devolvidos em 2011
	Administração Direta	629.677,20
	Entidades	1.945.973,87
	Entidades Não Integrantes do SIAFI	376.829,76
RPVs	União	2.990.971,82
	FRGPS	861.263,14
	FNAS	31.438,74
TOTAL		6.836.154,53

Fonte: SAJ/ TRF – 2ª Região

Obs: Além dos valores acima, houve a devolução de R\$ 1.004,48 referente a RPV da União que não transitou pela conta do TRF- 2ª Região. Esse valor foi transferido pelo Juízo da Comarca de Engenheiro Paulo de Frontin/RJ diretamente para o INSS (UG/GESTÃO: 510001/57202).

O quadro abaixo detalha a quantidade de precatórios e requisitórios de pequenos valores depositados, à conta de todos os recursos disponíveis no exercício de 2011:

R\$		
Exercício 2011	Quantidade	Valores
Precatórios ^{(1) (2)}	8.570	996.762.555,05
RPVs ^{(2) (3)}	91.826	678.984.455,11
TOTAL	100.396	1.675.747.010,16

Fonte: Secretaria de Atividades Judiciárias/Secretaria de Orçamento, Planejamento e Finanças/TRF – 2ª Região

Obs:

⁽¹⁾ O valor inclui precatórios de entidades não integrantes do SIAFI;

⁽²⁾ Não considera o valor referente às devoluções ocorridas no exercício de 2011;

⁽³⁾ Está incluído o valor de R\$ 35.473.802,21 para pagamento de RPVs autuadas em dezembro/ 2010, liquidadas em janeiro/2011.

CONCLUSÃO

Os processos judiciais tomados em seu aspecto de suporte (autos físicos ou virtuais) contemplam esperança, crença na própria democracia e no papel da Justiça. Nas páginas dos autos, descortinam-se extratos de vida historicamente definidos, que contam os anseios dos cidadãos, as expectativas na Justiça como a única instância capaz de equilibrar as forças, independentemente do universo financeiro e poder econômico de que venha a desfrutar os indivíduos na contenda. Nos inumeráveis casos concretos, os autos vão alinhavando as tramas que contam a história da nação, suas lutas e seus percalços, inclusive vai balizando as mudanças no ordenamento jurídico que traduzem as transformações operadas no plano socioeconômico e cultural.

Os índices apresentados no cumprimento das diversas metas, tanto as constantes da Lei Orçamentária Anual – LOA, quanto as do CNJ, para os exercícios de 2011, além do plano de ação da JF - 2ª Região, demonstram sobremodo o engajamento dos magistrados e servidores na busca pela prestação jurisdicional com excelência, congregando na proporção ideal qualidade dos julgados e celeridade.

As metas voltadas tanto às atividades judicantes, quanto às administrativas conquistaram, de forma geral, índices bastante satisfatórios.

Neste panorama, urge alinhar que mais importante do que tão-somente chegar a uma meta determinada é a dedicação do corpo de pessoal e a confiança no pleno desenvolvimento dos mecanismos gerenciais. De fato, os processos de trabalho encontram-se sempre em desenvolvimento, o que pressupõe acompanhamento crítico do desempenho. Assim, a medição de indicadores e metas leva a força de trabalho à avaliação e à implementação de medidas que garantam mais produtividade e superação das dificuldades.

Desta forma, sejam os índices finais das atividades judicantes, seja a aplicação austera dos recursos públicos, de acordo com uma programação de contratações consistente para a manutenção das condições adequadas ao funcionamento das atividades da JF - 2ª Região, configura-se o alcance de patamar mais elevado. Mas na ânsia de se fazer sempre melhor, os dirigentes mantêm-se alerta para que, seguramente, seja conquistada a posição de paradigma no contexto do Poder Judiciário.

Sob a perspectiva dos recursos arrecadados pela JF - 2ª Região, importa mencionar que a receita global ultrapassou o patamar de R\$ 3 bilhões. As despesas de operação e manutenção da JF - 2ª Região corresponderam a cerca de 32% dos recursos arrecadados. Destarte, constata-se que os valores recolhidos ao Tesouro, a cargo dos órgãos da 2ª Região, montam a mais de 3 vezes o valor das despesas para a manutenção do TRF- 2ª Região, da SJRJ e da SJES.

A nova marca de identidade da Justiça Federal no âmbito nacional expressa esse movimento ininterrupto do fazer, o que aponta para as curvas da modernidade. Símbolo que se deixa perpassar pelos traços da história, embora guarde, em profundidade, os ideais indelévels da Justiça, que são expressões imemoriais do humano.

Nessa disposição, mantém-se o firme propósito de prosseguir com as metas e indicadores. Incentivar os mutirões de conciliação, como alternativa à litigância, como resoluções na fase pré-processual, ajustar os processos de trabalho, investir na virtualização dos procedimentos, dar seguimento à interiorização da JF - 2ª Região, proporcionar o acesso irrestrito à informação, garantindo aos cidadãos condições de exercer, com plena força, a cidadania fazem parte da miríade desse dito ideal, compartilhado por todos, magistrados, servidores, estagiários e jurisdicionados.

É com essa disposição de promover a paz social, o aperfeiçoamento da Instituição e o atendimento aos anseios legítimos dos jurisdicionados que a Justiça Federal da 2ª Região firma esse compromisso com 19.504.881¹ habitantes nos 170 municípios dos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2012.



MARIA HELENA CISNE

Desembargadora Federal

Presidente

¹ Fonte: Censo Populacional 2010. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE

ANEXOS

ANEXO I - DEMONSTRATIVO DA FORÇA DE TRABALHO**SERVIDORES ATIVOS²**

SITUAÇÃO FUNCIONAL	2ª REGIÃO		TOTAL
	TRF - 2ª Região	JF 1º Grau	
Servidores Ativos (+)	994	323	4225
Servidores Cedidos (-)	55	165	220
Servidores Removidos (-)	54	204	258
Servidores em Licença sem Vencimentos (-)	2	6	8
Servidores Requisitados (+)	204	120	324
Servidores Removidos (+)	153	86	239
Servidores no Órgão em Lotação Provisória (+)	8	8	16
Servidores do Órgão em Lotação Provisória (-)	9	11	20
Ocupantes de CJ sem Vínculo (+)	26	11	37
Magistrados Ativos (+)	22	220	242
Magistrados Convocados (+) ¹	13	-	13
Magistrados Cedidos (-) ¹	-	14	14
Magistrados Licenciados/Afastados (-)	-	5	5
TOTAL	130	327	4571

Fonte: Planilha fornecida pela SRH/TRF – 2ª Região

Obs: ¹⁾ Os magistrados convocados (+) são aqueles convocados pelo TRF - 2ª Região para prestarem auxílio. Já os magistrados cedidos (-) são aqueles magistrados da JF de 1º Grau que foram convocados para serem juízes auxiliares no TRF - 2ª Região e no STF;

²⁾ Os dados refletem a situação real, independente de haver ônus ou não.

SERVIDORES INATIVOS

SITUAÇÃO FUNCIONAL	2ª REGIÃO		TOTAL
	TRF - 2ª Região	JF 1º Grau	-
Magistrados Inativos (+) ¹⁻²	20	9	29
Servidores Inativos (+) ¹⁻²	121	437	558
Pensões Estatutárias (+) ³	42	255	297
TOTAL	183	701	884

Fonte: Planilha fornecida pela SRH/TRF – 2ª Região

OBSERVAÇÕES/CONSIDERAÇÕES:**2) Total de magistrados e servidores inativos em 2011:**

⌘ TRF - 2ª Região: No total de servidores **não** foi computado um inativo que não percebe proventos pelo TRF - 2ª Região, tendo em vista a impossibilidade de acumulação de proventos;

⌘ JF 1º Grau: Nos totais de magistrados **não** foram incluídos 4 juízes federais da SJ/RJ: 2 que percebem seus proventos por outras Regiões e 2 que não percebem proventos por aquela Seccional, tendo em vista a impossibilidade de acumulação de proventos.

2) No ano de 2011 ocorreram as seguintes alterações:

- TRF - 2ª Região: - 3 aposentadorias de magistrados, 1 aposentadoria de magistrado publicada em fevereiro de 2011, retroativa a dezembro de 2010, 1 falecimento de magistrado inativo; - 16 aposentadorias de servidores, 2 falecimentos de servidores inativos.

- SJ/RJ: - 33 aposentadorias de servidores, 13 falecimentos de servidores inativos;

- SJ/ES: - 7 aposentadorias de servidores, nenhum falecimento de servidor inativo

3) Total de pensionistas em 2011, referentes aos seguintes quantitativos de instituidores:

- TRF - 2ª Região: 4 magistrados e 24 servidores;

- SJ/RJ: 8 magistrados e 176 servidores;

- SJ/ES: 1 magistrado e 7 servidores.

ANEXO II – MATRIZ DOS INDICADORES ESTRATÉGICOS DA 2ª REGIÃO**Indicador 01**

Visão de Futuro: até 2014, ser reconhecida perante a sociedade como modelo de efetividade, transparência e segurança jurídica.

INDICADOR: Grau de Satisfação da Sociedade com a Justiça Federal da 2ª Região

Tipo de Indicador	Efetividade				
O que mede	Mede a satisfação da sociedade na Justiça Federal da 2ª Região				
Quem mede	AGOR/SG (TRF- 2ª Região), CPLA/SG (SJRJ), SEGOR/SG (SJES)				
Quando medir	Anual				
Onde medir	Por e-mail (advogados cadastrados no Push), formulário <i>on line</i> no <i>site</i> + formulários impressos				
Polaridade	Maior melhor				
Por que medir	Verificar o nível de satisfação da sociedade em relação à Justiça Federal da 2ª Região				
Como medir	% apurado em pesquisa de opinião pública de satisfação dos usuários da Justiça Federal da 2ª Região				
Situação (2009)	TRF- 2ª Região: 85,8%				
Situação (2010)	TRF- 2ª Região: 82,7%				
Situação (2011)	TRF- 2ª Região: 84,55%				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF-2ª Região	89%	91%	93%	95%	97%
SJRJ	89%	91%	93%	95%	97%
SJES	89%	91%	93%	95%	97%

Indicador 02

Objetivo: agilizar os trâmites judiciais e administrativos

INDICADOR: Idade do Acervo

Tipo de Indicador	Eficácia				
O que mede	A quantidade de processos em tramitação há mais de 4 anos				
Quem mede	NUEST/STI/TRF- 2ª Região				
Quando medir	Trimestral				
Onde medir	TRF- 2ª Região/SJRJ/SJES				
Polaridade	Menor melhor				
Por que medir	Avaliar a redução da idade do acervo				

Como medir	% Processos em tramitação protocolados há mais de 4 anos				
Situação (2009)	TRF- 2ª Região: 22% SJRJ: 46% JEFJRJ 5% SJES: 47% JEFES 4%				
Situação (2010)	TRF- 2ª Região: 15% SJRJ: 47,8% JEFJRJ: 3,9% SJES (1ºgrau): 45,1% JEFES: 5,6%				
Situação (2011)	TRF- 2ª Região: $14.081 / 97.050 \times 100 = 14,51\%$ SJRJ: $193.132 / 401.976 \times 100 = 48\%$ JEFJRJ: $11.828 / 131.902 \times 100 = 9\%$ SJES: $39.809 / 88.251 \times 100 = 45,1\%$ JEFES: $2.450 / 30.531 \times 100 = 8\%$				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF- 2ª Região	17%	12%	7%	2%	0%
SJRJ	41%	36%	31%	26%	21%
SJES	42%	37	32%	27%	22%
JEFJRJ	2%	0%	0%	0%	0%
JEFES	1%	0%	0%	0%	0%

Indicador 03

Objetivo: agilizar os trâmites judiciais e administrativos

INDICADOR: Taxa de Congestionamento (Processo de Conhecimento)

Tipo de Indicador	Eficácia
O que mede	A taxa de congestionamento do 1º e 2º graus e nos JEF's
Quem mede	NUEST/STI/TRF- 2ª Região
Quando medir	Semestral
Onde medir	TRF- 2ª Região/SJRJ/SJES
Polaridade	Menor melhor
Por que medir	Mensurar a agilidade dos trâmites judiciais, através da redução da taxa de congestionamento
Como medir	$1 - \{\text{total de processos judiciais baixados} / (\text{casos novos} + \text{casos pendentes})\}$
Situação (2009)	1º grau - 70% (jun 2009) previsão dez 2009 - 49% (SJRJ) 35% (SJES) JEFJRJ (34%) JEFES (60%) TRF- 2ª Região - 66,8% (jun 2009) previsão dez 2009 - 46%
Situação (2010)	TRF- 2ª Região: 50% - SJRJ: 46% - SJES: 61,2% JEFJRJ: 53% - JEFES: 70%

Situação (2011)	TRF- 2ª Região: 46,62% - SJRJ: 65,8% - SJES: 64,9% JEFRJ: 45,4% - JEFES: 67,9%				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF- 2ª Região	43%	40%	37%	34%	31%
SJRJ	46%	43%	40%	37%	34%
SJES	32%	29%	26%	23%	20%
JEFRJ	31%	28%	25%	22%	19%
JEFES	57%	54%	51%	48%	45%

Indicador 04

Objetivo: agilizar os trâmites judiciais e administrativos

INDICADOR: Tempo Médio na Tramitação no Processo da Aquisição de Bens e Serviços

Tipo de Indicador	Eficácia
O que mede	O tempo de finalização dos processos de aquisição de bens e serviços
Quem mede	TRF- 2ª Região (SAD), SJRJ (SAD/SCM), SJES (NCO/SG/SJES)
Quando medir	Trimestral
Onde medir	TRF- 2ª Região (SAD), SJRJ, SJES (Núcleo de contratações)
Polaridade	Maior melhor
Por que medir	Avaliar a tramitação dos processos administrativos dentro dos padrões estabelecidos
Como medir	% entre processos de aquisição de bens e serviços finalizados no prazo padrão, em relação ao total: A - 120 dias, para concurso e concorrências dos tipos empreitada integral, técnica ou técnica e preço; B - 105 dias, para demais concorrências e tomada de preços dos tipos técnica e técnica e preço; C - 60 dias, para demais tomadas de preços; D - 50 dias, para convites e pregão; E - 8 dias para dispensa e inexigibilidade
Situação (2009)	TRF- 2ª Região: 55% SJRJ: NA SJES: 27%
Situação (2010)	TRF- 2ª Região: 41% SJRJ: 59,9% SJES: 13,71%
Situação (2011)	TRF- 2ª Região: 32% SJRJ: 65% SJES: 74,25%

META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF- 2ª Região	60%	70%	80%	90%	100%
SJRJ	50%	60%	70%	80%	90%
SJES	32%	75%	80%	85%	90%

Indicador 05

Objetivo: otimizar a gestão de custos operacionais

INDICADOR: Despesa por Processo Judicial

Tipo de Indicador	Eficiência				
O que mede	A despesa total (empenhada) por processo baixado				
Quem mede	SPO (TRF- 2ª Região) – SJRJ (SOF) – SJES (NOF)				
Quando medir	Anual (acompanhamento trimestral)				
Onde medir	TRF- 2ª Região/SJRJ/SJES				
Polaridade	Menor melhor				
Por que medir	Analisar da despesa total por processo				
Como medir	Despesa total - inativos – precatórios - rpvs – investimentos + depreciação /processos baixados				
Situação (2009)	TRF- 2ª Região: R\$ 3.606,43 SJRJ: R\$ 1.850,86 SJES: R\$ 2.671,53				
Situação (2010)	TRF- 2ª Região: R\$ 4.575,21 SJRJ: R\$ 2.140,43 SJES: R\$ 3.474,38				
Situação (2011)	TRF- 2ª Região: R\$ 4.305,74 SJRJ: R\$ 2.044,69 SJES: 1.762,49				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF- 2ª Região	3.610,00	3.690,00	3.825,00	3.990,00	4.200,00
SJRJ	1.940,00	2.040,00	2.140,00	2.250,00	2.360,00
SJES	2.850,00	2.940,00	3.090,00	3.245,00	3.400,00

Indicador 06

Objetivo: otimizar os processos de trabalho

INDICADOR: Virtualização dos Processos

Tipo de Indicador	Eficiência				
O que mede	A quantidade de processos novos eletrônicos				
Quem mede	NUEST/STI/TRF- 2ª Região				
Quando medir	Trimestral				
Onde medir	TRF- 2ª Região/SJRJ/SJES				

Polaridade	Maior melhor				
Por que medir	Levantar os processos virtualizados em relação aos processos novos distribuídos				
Como medir	Processos Novos Eletronicos / Processos Novos Distribuidos				
Situação (2009)	NA				
Situação (2010)	TRF- 2ª Região: 0% - SJRJ: 84,1% - SJES: 76,5%				
Situação (2011)	TRF- 2ª Região: 0,01- SJRJ: 91,96% - SJES: 88,2%				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF- 2ª Região	50%	60%	70%	80%	90%
SJRJ	100%	100%	100%	100%	100%
SJES	100%	100%	100%	100%	100%

Obs.: O calculo das SJs considerou a media entre 1º grau e JEFs.

Indicador 07

Objetivo: otimizar os processos de trabalho

INDICADOR: Processos de Trabalho Implantados

Tipo de Indicador	Eficiência				
O que mede	O quantitativo de processos implantados, em relação aos processos mapeados no SIGJUS				
Quem mede	AGOR/SG (TRF- 2ª Região), CGOR/SAD (SJRJ) e SEGOR/SG (SJES) - SUSPENSO DEVIDO À DESCONTINUIDADE DO SIGJUS				
Quando medir	Semestral				
Onde medir	TRF e Seções (áreas administrativas)				
Polaridade	Maior melhor				
Por que medir	Levantar os processos implantados em relação aos processos mapeados no SIGJUS				
Como medir	$\frac{\text{Processos de trabalho implantados}}{\text{Número total de processos de trabalho mapeados}}$				
Situação (2009)	0,5%				
Situação (2010)	TRF- 2ª Região: 3,5% - SJRJ: 16,6% - SJES: 6,4%				
Situação (2011)	SEGOR / SG / SJES (SUSPENSO DEVIDO À DESCONTINUIDADE DO SIGJUS)				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF- 2ª Região	70% (adm.)	90% (adm.)	100% (adm.)	100% (adm.)	100% (adm.)
SJRJ	70% (adm.)	90% (adm.)	100% (adm.)	100% (adm.)	100% (adm.)
SJES	70% (adm.)	90% (adm.)	100% (adm.)	100% (adm.)	100% (adm.)

Indicador 08

Objetivo: facilitar o acesso à Justiça Federal da 2ª Região

INDICADOR: Número de magistrados por habitantes

Tipo de Indicador	Eficácia				
O que mede	A relação de magistrados de 1º e 2º grau, por habitantes				
Quem mede	NUEST/STI/TRF- 2ª Região				
Quando medir	Anual				
Onde medir	TRF- 2ª Região/SJRJ/SJES				
Polaridade	Maior melhor				
Por que medir	Apurar relação de magistrado da Região em relação aos habitantes				
Como medir	Nº de magistrados x 100.000 / nº de habitantes				
Situação (2009)	TRF- 2ª Região: 0,13 SJRJ: 1,34 SJES: 1,19				
Situação (2010)	TRF- 2ª Região: 0,13 SJRJ: 1,35 SJES: 1,19				
Situação (2011)	TRF- 2ª Região: 0,18 SJRJ: 1,05 SJES: 0,9				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF- 2ª Região	0,14	0,14	0,14	0,13	0,13
SJRJ	1,14	1,32	1,34	1,37	1,39
SJES	1,00	1,16	1,21	1,26	1,30

Indicador 09

Objetivo: facilitar o acesso à Justiça Federal da 2ª Região

INDICADOR: Grau de Interiorização da Justiça

Tipo de Indicador	Eficácia				
O que mede	Quantidade de Municípios atendidos pela Justiça Federal				
Quem mede	Corregedoria				
Quando medir	Anual				
Onde medir	SJRJ/SJES				
Polaridade	Maior melhor				
Por que medir	Verificar a quantidade de Municípios com vara federal instalada				
Como medir	Municípios atendidos com Vara Federal instalada / Total de Municípios				
Situação (2009)	SJRJ – 21,7% atendidos (92 municípios) - SJES – 6.4% atendidos (76 municípios)				
Situação (2010)	SJRJ: 20 / 92 X 100= 21,73% - SJES: 6 / 76 X 100 = 7,9%				

Situação (2011)	SJRJ: 20 / 92 = 21,7% - SJES: 6 / 76 = 7,9%				
META	2010	2011	2012	2013	2014
SJRJ	21,7%	21,7%	21,7%	23,9%	23,9%
SJES	6,4%	6,4%	7,7%	7,7%	9%

Indicador 10

Objetivo: promover a efetividade no cumprimento das decisões

INDICADOR: Taxa de Congestionamento (Processos de Execução)

Tipo de Indicador	Eficácia				
O que mede	A relação entre os processos de execução baixados e o acervo existente				
Quem mede	NUEST/STI/TRF- 2ª Região				
Quando medir	Semestral				
Onde medir	TRF- 2ª Região/SJRJ/SJES				
Polaridade	Menor melhor				
Por que medir	Verificar o quantitativo de execuções baixadas em relação às execuções pendentes				
Como medir	1-{processos de execução baixados / (casos novos + casos pendentes)}				
Situação (2009)	1ºGrau – 94,7% (jun 2009) previsão dez 2009 - 90% (SJRJ) 88% (SJES) JEFRJ(61%) JEFES(68%)				
Situação (2010)	TRF- 2ª Região: Não se aplica - SJRJ: 89,2% - SJES: 88,5% - JEFRJ: 42,7% - JEFES: 44,5%				
Situação (2011)	TRF- 2ª Região: Não se aplica – SJRJ: 87,5% - SJES: 91,5% - JEFRJ: 41,03% - JEFES: 44,1%				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF- 2ª Região	-	-	-	-	-
SJRJ	87%	84%	81%	78%	75%
SJES	85%	82%	79%	76%	73%
JEFRJ	58%	55%	52%	49%	46%
JEFES	65%	62%	59%	56%	53%

Indicador 11

Objetivo: promover a cidadania

INDICADOR: Número Iniciativas Sociais Realizadas

Tipo de Indicador	Eficiência				
O que mede	Número de iniciativas sociais realizadas pelo órgão				
Quem mede	TRF (SEG / EMARF / CCJF / ACOS), SJRJ (DIRFO), SJES (NCS/DIRFO/SJES)				
Quando medir	Trimestral				
Onde medir	TRF- 2ª Região/SJRJ/SJES				
Polaridade	Maior melhor				
Por que medir	Apurar o número de ações e/ou projetos que promovam a inclusão social e contribuam para o fortalecimento da educação e da consciência dos direitos, deveres e valores do cidadão				
Como medir	Total de iniciativas sociais realizadas pelo órgão				
Situação (2009)	NA				
Situação (2010)	TRF- 2ª Região: 381 - SJRJ: 9 – SJES: 8				
Situação (2011)	TRF- 2ª Região: 405 - SJRJ: 12 – SJES: 20				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF- 2ª Região	350	385	425	465	515
SJRJ	08	10	11	12	14
SJES	10	12	14	16	18

Indicador 12

Objetivo: promover a cidadania

INDICADOR: Número de Pessoas Beneficiadas pelas Iniciativas Sociais Realizadas

Tipo de Indicador	Eficiência				
O que mede	Número de pessoas diretamente beneficiadas pelas iniciativas sociais realizadas pelo órgão				
Quem mede	TRF (SEG / EMARF / CCJF / ACOS), SJRJ (DIRFO), SJES (NCS/DIRFO/SJES)				
Quando medir	Trimestral				
Onde medir	TRF- 2ª Região/SJRJ/SJES				
Polaridade	Maior melhor				
Por que medir	Apurar do número de participantes nas iniciativas sociais realizadas pelo órgão				
Como medir	Total de participantes nas iniciativas sociais realizadas no período				

Situação (2009)	NA				
Situação (2010)	TRF- 2ª Região: 114.119 - SJRJ: 1.086 – SJES: NA				
Situação (2011)	TRF- 2ª Região: 138.518 - SJRJ: 1.628 – SJES: 3.220				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF- 2ª Região	115.000	125.000	135.000	145.000	150.000
SJRJ	420	700	770	840	980
SJES	2.800	3.000	3.300	3.600	4.000

Indicador 13

Objetivo: incentivar e promover a responsabilidade ambiental

INDICADOR: Consumo de Papel

Tipo de Indicador	Eficiência				
O que mede	Consumo per capita de resmas de papel no período				
Quem mede	TRF- 2ª Região (SAT), SJRJ (SCM), SJES (SEMAT/SG/SJES)				
Quando medir	Trimestral				
Onde medir	TRF- 2ª Região/SJRJ/SJES				
Polaridade	Menor melhor				
Por que medir	Apurar o consumo per capita de resmas de papel em relação à média do consumo do ano anterior				
Como medir	Variação do consumo per capita de resmas de papel utilizada no período				
Situação (2009)	TRF- 2ª Região: 7,9 resmas / per capita SJRJ: 11 resmas / per capita SJES: 13,15 resmas / per capita				
Situação (2010)	TRF- 2ª Região: 6,4 resmas / per capita SJRJ: 7,75 resmas / per capita SJES: 7,2 resmas / per capita				
Situação (2011)	TRF-2ª Região: 9,7 resmas / per capita SJRJ: 9,9 resmas / per capita SJES: 2,2 resmas / per capita				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF- 2ª Região	7,5	7	6,5	6	5
SJRJ	10	10	9	9	8
SJES	12	11,4	10,4	9	6

Indicador 14

Objetivo: incentivar e promover a responsabilidade ambiental

INDICADOR: Consumo de Água

Tipo de Indicador	Eficiência				
O que mede	Consumo per capita de água no período				
Quem mede	TRF- 2ª Região (DIAMP), SJRJ (SIE), SJES (NOM/SG/SJES)				
Quando medir	Trimestral				
Onde medir	TRF- 2ª Região /SJRJ/SJES				
Polaridade	Menor melhor				
Por que medir	Apurar o consumo per capita de água em relação à média do consumo do ano anterior				
Como medir	Variação do consumo per capita de água utilizada no período				
Situação (2009)	TRF- 2ª Região: 22,3 m³ / per capita SJRJ: 20,3 m³ / per capita (estimativa, haja vista não haver ainda medições de novembro e dezembro pelas concessionárias) SJES: 17m³ /per capita				
Situação (2010)	TRF- 2ª Região: $46.584 / 1.970 = 23,64$ m³ / per capita SJRJ: $68.289 / 3.829 = 17,83$ m³ / per capita SJES: $12.818,1 / 863 = 14,8$ m³ / per capita				
Situação (2011)	TRF- 2ª Região: $49.516 / 1.997 = 24,80$ m³ / per capita SJRJ: $73.667 / 4.120 = 17,88$ m³ / per capita SJES: $13.679 / 5.612 = 2,4$ m³ / per capita				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF- 2ª Região	22,0 m³	21,6 m³	21,2 m³	20,8 m³	20,4 m³
SJRJ	20,3 m³	20,5 m³	20,9 m³	21,1 m³	21,3 m³
SJES	16,5 m³	16 m³	15,5 m³	15 m³	14,5 m³

Indicador 15

Objetivo: incentivar e promover a responsabilidade ambiental

INDICADOR: Consumo de Energia Elétrica

Tipo de Indicador	Eficiência				
O que mede	Consumo per capita de energia elétrica no período				
Quem mede	TRF- 2ª Região (DIAMP), SJRJ (SIE), SJES (NOM/SG/SJES)				

Quando medir	Trimestral				
Onde medir	TRF- 2ª Região /SJRJ/SJES				
Polaridade	Menor melhor				
Por que medir	Apurar o consumo per capita de energia elétrica em relação à média do consumo no ano anterior				
Como medir	Variação do consumo per capita de energia elétrica utilizada no período				
Situação (2009)	TRF- 2ª Região: 4.577 KW/h per capita - SJRJ: 2.035 KW/h per capita - SJES: 1.902 Kwh/ per capita				
Situação (2010)	TRF- 2ª Região: 4.928 KW/h per capita - SJRJ: 3.673 KW/h per capita - SJES: 2.087 Kwh/ per capita				
Situação (2011)	TRF- 2ª Região: 4.957 KW/h per capita - SJRJ: 3.513 KW/h per capita - SJES: 1.674 Kwh/ per capita				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF- 2ª Região	4.639 kw/h	4.609 kw/h	4.580 kw/h	4.550 kw/h	4.520 kw/h
SJRJ	2.035 kw/h	2.075 kw/h	2.158 kw/h	2.201 kw/h	2.245 kw/h
SJES	1.850 kw/h	1.800 kw/h	1.750 kw/h	1.700 kw/h	1.650 kw/h

Indicador 16

Objetivo: incentivar e promover a responsabilidade ambiental

INDICADOR: Responsabilidade Ambiental

Tipo de Indicador	Eficácia
O que mede	Iniciativas para incentivar e promover a responsabilidade ambiental
Quem mede	TRF- 2ª Região (SEG/SEGEST), SJRJ (SLO), SJES (SEGOR/SG/SJES)
Quando medir	Trimestral
Onde medir	TRF- 2ª Região /SJRJ/SJES
Polaridade	Maior melhor
Por que medir	Verificar o aumento das iniciativas de responsabilidade ambiental
Como medir	Total de iniciativas de responsabilidade ambiental no período
Situação (2009)	TRF- 2ª Região: 36 - SJRJ: 07 - SJES: NA
Situação (2010)	TRF- 2ª Região: 52 - SJRJ: 18 - SJES: 6
Situação (2011)	TRF- 2ª Região: 54 - SJRJ: 15 - SJES: 16

META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF- 2ª Região	39	42	45	48	51
SJRJ	10	10	13	15	20
SJES	10	10	13	15	20

Indicador 17

Objetivo: garantir o alinhamento estratégico e a integração da Justiça Federal da 2ª Região

INDICADOR: Projetos Estratégicos Executados no Prazo Estabelecido no Plano do Projeto

Tipo de Indicador	Eficácia				
O que mede	Quantidade de projetos estratégicos executados no prazo				
Quem mede	TRF- 2ª Região (CEGEST), SJRJ (CGOR), SJES (SEGOR).				
Quando medir	Anual				
Onde medir	TRF- 2ª Região /SJRJ/SJES				
Polaridade	Maior melhor				
Por que medir	Acompanhar a evolução da estratégia				
Como medir	Número de projetos estratégicos executados no prazo / Total de projetos estratégicos propostos				
Situação (2009)	NA				
Situação (2010)	TRF- 2ª Região: 27 / 35 = 77% - SJRJ: 6 / 6 = 100% - SJES: 16 / 22= 72%				
Situação (2011)	TRF- 2ª Região: 15 / 30 = 50% - SJRJ: 66% - SJES: 6 / 7= 85,71%				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF- 2ª Região	80%	80%	80%	80%	80%
SJRJ	80%	80%	80%	80%	80%
SJES	80%	80%	80%	80%	80%

Indicador 18

Objetivo: fortalecer as relações da Justiça Federal da 2ª Região com outros órgão e instituições

INDICADOR: Convênios de Cooperação Técnica com os Demais Poderes e Instituições

Tipo de Indicador	Efetividade				
O que mede	Número de convênios de cooperação técnica realizados com resultados				
Quem mede	TRF- 2ª Região (AGOR), SJRJ (CJUD/SG/SJRJ), SJES (NAJ/SG/SJES)				
Quando medir	Anual (acompanhamento trimestral)				

Onde medir	TRF- 2ª Região /SJRJ/SJES				
Polaridade	Maior melhor				
Por que medir	Identificar as relações em parcerias entre instituições				
Como medir	Número de convênios de cooperação técnica com resultados alcançados / total de convênios de cooperação técnica				
Situação (2009)	TRF- 2ª Região: NA - SJRJ: 75% - SJES: NA				
Situação (2010)	TRF- 2ª Região: 5 / 5 = 100% - SJRJ: 2 / 3 = 66% - SJES: 46 / 46 =100%				
Situação (2011)	TRF- 2ª Região: 7 / 7 = 100% - SJRJ: 3 / 3 = 100% - SJES: 12 / 12 = 100%				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF- 2ª Região	70%	75%	80%	85%	90%
SJRJ	87%	88%	95%	95,2%	95,6%
SJES	60%	65%	70%	75%	80%

Indicador 19

Objetivo: fortalecer a imagem e aperfeiçoar a comunicação da Justiça Federal da 2ª Região

INDICADOR: Informações Positivas na Mídia

Tipo de Indicador	Efetividade				
O que mede	Quantidade de informações positivas sobre a Justiça Federal da 2ª Região				
Quem mede	TRF- 2ª Região (ACOS), SJRJ (NCOS/DIRFO/SJRJ), SJES (NCS/DIRFO/SJES)				
Quando medir	Trimestral				
Onde medir	TRF- 2ª Região /SJRJ/SJES (mídia impressa + <i>Internet</i>)				
Polaridade	Maior melhor				
Por que medir	Verificar a imagem da Justiça Federal da 2ª Região				
Como medir	Quantidade de matérias positivas / total de matéria				
Situação (2009)	TRF- 2ª Região (ACOS): 247 matérias positivas até 30/11/2009 de um total de 332 matérias produzidas (74%) SJRJ: NA SJES: NA				
Situação (2010)	TRF- 2ª Região: 431 / 488 = 88,31% - SJRJ: NA SJES: 118 / 129 = 91,47%				
Situação (2011)	TRF- 2ª Região: 416 / 751 = 55,39% - SJRJ: 38 / 57 = 66,67% - SJES: 150/ 184 = 81,52%				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF- 2ª Região	77%	81%	85%	89%	93%
SJRJ	75%	80%	85%	90%	95%
SJES	75%	80%	85%	90%	95%

Indicador 20

Objetivo: fortalecer a imagem e aperfeiçoar a comunicação da Justiça Federal da 2ª Região

INDICADOR: Satisfação dos Servidores com a Comunicação Interna

Tipo de Indicador	Efetividade				
O que mede	Mede a satisfação dos servidores com a comunicação interna da Justiça Federal da 2ª Região				
Quem mede	TRF- 2ª Região (RH), SJRJ (SGP/SJRJ), SJES (NGP/SG/SJES)				
Quando medir	Anual				
Onde medir	TRF- 2ª Região /SJRJ/SJES (pesquisa de clima organizacional)				
Polaridade	Maior melhor				
Por que medir	Verificar a satisfação dos servidores com a comunicação interna da Justiça Federal da 2ª Região				
Como medir	% de avaliações positivas da pesquisa de clima organizacional nas questões relativas á comunicação interna.				
Situação (2009)	NA				
Situação (2010)	NA				
Situação (2011)	TRF- 2ª Região: 40,91% SJRJ: 64,2% SJES: 36,54%				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF- 2ª Região	40%	50%	60%	70%	80%
SJRJ	65%	75%	78%	80%	85%
SJES	40%	50%	60%	70%	80%

Indicador 21

Objetivo: desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos magistrados e servidores com foco em resultados

INDICADOR: Capacitação nas Competências Estratégicas

Tipo de Indicador	Eficiência				
O que mede	Desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes dos magistrados e servidores com foco em resultados				
Quem mede	TRF-2ª Região (SRH/DICRE/EMARF), SJRJ (SGP/CCDE), SJES (NGP/SG/SJES)				
Quando medir	Trimestral				
Onde medir	TRF-2ª Região/SJRJ/SJES				
Polaridade	Maior melhor				
Por que medir	Capacitar magistrados e Servidores com foco em resultados				

Como medir	Total de pessoas treinadas com pelo menos 15 horas nas competências estratégicas / total de pessoas				
Situação (2009)	TRF-2ª Região: 25% SJRJ: NA SJES: NA				
Situação (2010)	TRF-2ª Região: 325 (183 mag.+ 142 serv.) / 1472 (233 mag.+ 1239 serv.) = 22% SJRJ: 897 / 2458 = 36,49% - SJES= 154 / 530= 29%				
Situação (2011)	TRF-2ª Região: 275 (149mag.+126 serv.) / 1.460 (199mag.+1.261 serv.) = 18,83% SJRJ: 1.134 / 2.517 = 45% - SJES: 28,05%				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF-2ª Região	25%	27,5%	30%	32,5%	35%
SJRJ	25%	27,5%	30%	32,5%	35%
SJES	25%	27,5%	30%	32,5%	35%

Indicador 22

Objetivo: fortalecer o clima organizacional e o bem-estar dos magistrados e servidores

INDICADOR: Clima Organizacional

Tipo de Indicador	Eficácia				
O que mede	A satisfação dos servidores e magistrados em relação às perspectivas da pesquisa de clima organizacional (trabalho em equipe, liderança, conhecimento da instituição, motivação, qualidade de vida, administração, infra-estrutura, relacionamento interpessoal e comunicação)				
Quem mede	TRF-2ª Região (SRH), SJRJ (SGP/CCDE), SJES (NGP/SG/SJES)				
Quando medir	Anual				
Onde medir	TRF-2ª Região/SJRJ/SJES (área administrativa e judiciária)				
Polaridade	Maior melhor				
Por que medir	Avaliar a satisfação dos magistrados e servidores com o clima organizacional				
Como medir	% de avaliações positivas nas perspectivas da pesquisa de clima organizacional				
Situação (2009)	NA				
Situação (2010)	NA				
Situação (2011)	TRF: 54,94% SJRJ: 76,26% SJES: 67,89%				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF-2ª Região	50%	55%	60%	65%	70%
SJRJ	50%	55%	60%	65%	70%
SJES	50%	55%	60%	65%	70%

Obs.: Pesquisa realizada com material encaminhado pelo CNJ.

Indicador 23

Objetivo: fortalecer o clima organizacional e o bem-estar dos magistrados e servidores

INDICADOR: Absenteísmo

Tipo de Indicador	Efetividade				
O que mede	O índice de absenteísmo dos magistrados e servidores				
Quem mede	TRF-2ª Região (SRH/SECENF), SJRJ (SGP/CAMS), SJES (NGP/SG/SJES)				
Quando medir	Trimestral				
Onde medir	TRF-2ª Região/SJRJ/SJES (área administrativa e judiciária)				
Polaridade	Menor melhor				
Por que medir	Apurar o grau de afastamento no trabalho				
Como medir	Nº de dias não trabalhados / nº de magistrados e servidores x nº de dias úteis X 100				
Situação (2009)	TRF-2ª Região: 6% - SJRJ: NA – SJES: NA				
Situação (2010)	TRF-2ª Região: 3,25% - SJRJ: 5,8% - SJES: 4,3%				
Situação (2011)	TRF-2ª Região: 3,23% - SJRJ: 5,6% - SJES: 3,7%				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF-2ª Região	6%	6%	6%	6%	6%
SJRJ	6%	6%	6%	6%	6%
SJES	6%	6%	6%	6%	6%

Indicador 24

Objetivo: garantir a infraestrutura suficiente à execução das atividades administrativas e judiciais

INDICADOR: Aderência aos Padrões Mínimos de TI Estabelecidos para o Poder Judiciário

Tipo de Indicador	Eficácia				
O que mede	Aderência aos padrões mínimos de TI, estabelecido para o judiciário				
Quem mede	TRF-2ª Região (STI), SJRJ (STI), SJES (NTI/SG/SJES)				
Quando medir	Anual (acompanhamento trimestral)				
Onde medir	TRF-2ª Região/SJRJ/SJES				
Polaridade	Maior melhor				
Por que medir	Verificar se os padrões de TI mínimos estão sendo atendidos				
Como medir	Itens atendidos / total de itens estabelecidos				
Situação (2009)	NA				
Situação (2010)	TRF-2ª Região: 70% - SJRJ: 75% - SJES: NA				

Situação (2011)	TRF-2ª Região: 81,48% - SJRJ: 87,5% - SJES: 62,96%				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF-2ª Região	20%	40%	60%	80%	100%
SJRJ	82%	85%	87%	90%	95%
SJES	20%	40%	60%	80%	100%

Obs.: falta definição dos critérios mínimos as serem observados no cálculo Res. 90/2009-CNJ

Indicador 25

Objetivo: garantir a infraestrutura suficiente à execução das atividades administrativas e judiciais

INDICADOR: Índice de Satisfação com as Instalações Físicas

Tipo de Indicador	Efetividade				
O que mede	A satisfação dos Magistrados e Servidores com as instalações físicas				
Quem mede	TRF-2ª Região (SRH/SECENF), SJRJ (SGP/ CAMS), SJES (NGP/SG/SJES)				
Quando medir	Anual				
Onde medir	TRF-2ª Região/SJRJ/SJES (área administrativa e judicial)				
Polaridade	Maior melhor				
Por que medir	Verificar a satisfação dos magistrados e servidores com as instalações físicas				
Como medir	Pesquisa de clima organizacional				
Situação (2009)	NA				
Situação (2010)	NA				
Situação (2011)	TRF-2ª Região: 63,63% - SJRJ: 80,5% - SJES: 87,18%				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF-2ª Região	70%	75%	80%	85%	90%
SJRJ	67%	74%	81%	88%	90%
SJES	60%	65%	70%	75%	80%

Indicador 26

Objetivo: garantir o acesso e funcionamento de sistemas essenciais da tecnologia de informação

INDICADOR: Disponibilidade de Serviços Essências de TI

Tipo de Indicador	Eficácia				
O que mede	Tempo de disponibilidade dos serviços essenciais				
Quem mede	TRF-2ª Região (STI), SJRJ (STI), SJES (NTI/SG/SJES)				
Quando medir	Anual (acompanhamento trimestral)				

Onde medir	TRF-2ª Região/SJRJ/SJES				
Polaridade	Maior melhor				
Por que medir	Verificar a disponibilidade dos serviços				
Como medir	1 - tempo de indisponibilidade de serviços essenciais / tempo total do período x 100				
Situação (2009)	NA				
Situação (2010)	TRF-2ª Região: 98,55% - SJRJ: 93,7% - SJES: 96,4%				
Situação (2011)	TRF-2ª Região: 97,45% - SJRJ: 94,1% - SJES: 97,99%				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF-2ª Região	97,5%	98%	98,5%	99,5%	99,9%
SJRJ	97,5%	98%	98,5%	99,5%	99,9%
SJES	95%	98%	98,5%	99,5%	99,9%

Indicador 27

Objetivo: assegurar recursos orçamentários e priorizar a sua execução na estratégia

INDICADOR: Orçamento Estratégico

Tipo de Indicador	Eficiência				
O que mede	Participação dos projetos estratégicos sobre o orçamento				
Quem mede	TRF-2ª Região (SPO), SJRJ (SOF), SJES (NOF/SG/SJES)				
Quando medir	Anual (acompanhamento trimestral)				
Onde medir	TRF-2ª Região/ SJRJ/ SJES				
Polaridade	Maior melhor				
Por que medir	Verificar quanto foi disponibilizado para os projetos estratégicos em relação ao orçamento total (custeio + capital)				
Como medir	Valor disponibilizado para os projetos estratégicos / total do orçamento total (custeio + capital)				
Situação (2009)	TRF-2ª Região: 13,8% SJRJ: 11,9% SJES: 18,5%				
Situação (2010)	TRF-2ª Região: 3,1% SJRJ: 1,7% SJES: 1,7%				
Situação (2011)	TRF-2ª Região: 4,5% SJRJ: 2,5% - SJES: 5,13%				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF-2ª Região	14,5%	15,5%	16,5%	18,5	20,0%
SJRJ	13,0%	15,0%	16,0%	18,0%	20,0%
SJES	14,0%	15,0%	16,0%	18,0%	20,0%

Indicador 28

Objetivo: assegurar recursos orçamentários e priorizar a sua execução na estratégia

INDICADOR: Execução do Orçamento Estratégico

Tipo de Indicador	Eficácia				
O que mede	Nível de execução dos projetos estratégicos				
Quem mede	TRF-2ª Região, SJRJ (NOF), SJES (NOF/SG/SJES)				
Quando medir	Anual (acompanhamento trimestral)				
Onde medir	TRF-2ª Região/SJRJ/SJES				
Polaridade	Maior melhor				
Por que medir	Apurar a utilização do valor disponibilizado para os projetos estratégicos				
Como medir	Valor executado (empenhado) dos projetos estratégicos / Valor disponibilizados para os projetos estratégicos				
Situação (2009)	NA				
Situação (2010)	TRF-2ª Região: R\$ 5.149.397,17 / R\$ 8.533.104,60 = 60% SJRJ: R\$ 11.350.000,00 / R\$ 11.947.368,42 = 95% SJES: NA				
Situação (2011)	TRF-2ª Região: R\$10.136.847,17/R\$13.213.265,00 = 76,7% SJRJ: 100% SJES: 58,85%				
META	2010	2011	2012	2013	2014
TRF-2ª Região	80%	85%	90%	95%	100%
SJRJ	80%	85%	90%	95%	100%
SJES	80%	85%	90%	95%	100%